



Processo Decisório e Grupos de Interesse na Política Externa Norte-
Americana: um estudo sobre a Guerra do Golfo (1990)

Havana Alícia de Moraes Pimentel Marinho

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Economia Política Internacional, do
Instituto de Economia / Núcleo de
Estudos Internacionais, da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção
do título de mestre em Economia Política
Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho
Barreiros

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2011



Processo Decisório e Grupos de Interesse na Política Externa Norte-Americana: um estudo sobre a Guerra do Golfo (1990)

Havana Alícia de Moraes Pimentel Marinho

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada por:

Presidente da Banca Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros (UFRJ)

Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira (UFRRJ)

Profa. Dra. Ingrid Piera Andersen Sarti (UFRJ)

Profa. Dra. Monica de Souza Nunes Martins (UFRRJ)

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines (UFRJ)

FICHA CATALOGRÁFICA

Marinho, Havana Alicia de Moraes Pimentel

Processo Decisório e Grupos de Interesse na Política Externa Norte-Americana: um estudo sobre a Guerra do Golfo (1990) / Havana Alicia de Moraes Pimentel Marinho. - Rio de Janeiro: UFRJ/ IE / NEI, 2011

109f.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IE / NEI / Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 99-107.

1. Guerra do Golfo. 2. Grupos de Interesse .
I.Barreiros, Daniel de Pinho. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. III. Título.

“For American policymakers the Middle East has often been a headache, sometimes a nightmare, as each President has tried in his own way, to pursue an even-handed policy, if only because he needed both Arab oil and Jewish campaign contributions”.
Stephen E. Ambrose.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Ser Supremo, agradeço aos meus pais que me criaram cercada de livros e sempre instigaram minha ânsia pelo conhecer e agradeço ao meu amado irmão que desempenhou um papel crítico enriquecedor.

Agradeço ao meu orientador, Daniel, que conseguiu de alguma forma organizar meus pensamentos e direcionar o rumo da pesquisa. Sou grata também pela paciência ao lidar com todos os obstáculos que enfrentei durante o trabalho.

Agradeço minha tia Elvira - representando toda a família - por acreditar nas minhas potencialidades e me lembrar sempre de ser “uma grande mulher”.

Agradeço por fim, mas não menos importante, a todos os amigos que compartilharam comigo esse importante caminhar, especialmente Ana Flávia e Guilherme, pois sem tal suporte jamais teria chegado aqui, na conclusão desta etapa. Karina, minha amiga, agradeço por seu olhar leigo mas sempre carinhoso para com o meu trabalho e Rafael, agradeço por me ensinar que o computador é um objeto desprovido de inteligência.

Agradeço aos colegas “pepianos” pela colaboração, pelo incentivo e pelas críticas construtivas. Adorei compartilhar a experiência de ser a primeira turma junto com todos vocês.

RESUMO

Processo Decisório e Grupos de Interesse na Política Externa Norte-Americana: um estudo sobre a Guerra do Golfo (1990)

Havana Alícia de Moraes Pimentel Marinho

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

O trabalho analisa o processo de tomada de decisão pela cúpula do governo norte-americano no contexto da Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), e como os grupos de interesse agiram na defesa de seus objetivos. O primeiro ponto da pesquisa apresenta o momento político, econômico e social prévio a invasão iraquiana do Kuwait, dos países envolvidos. Em seguida, é tratada a parte teórica acerca de alguns conceitos, como grupo de interesse, por exemplo. E então são apresentados três segmentos do *lobby* dentro dos Estados Unidos: energia (consumidor), sionista e bélico.

A pesquisa prossegue com a identificação de alguns congressistas americanos envolvidos com os setores supracitados e como se comportaram com relação às duas votações (operações: *Desert Shield* e *Desert Storm*). Por fim, como o *inner circle* do governo americano tomou as decisões acerca da Guerra do Golfo.

Palavras-chave: Grupos de interesses, *lobby*, Estados Unidos, Guerra do Golfo.

Rio de Janeiro
Fevereiro - 2011

ABSTRACT

Processo Decisório e Grupos de Interesse na Política Externa Norte-Americana: um estudo sobre a Guerra do Golfo (1990)

Havana Alícia de Moraes Pimentel Marinho

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Abstract da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

The present work investigates, in the Gulf War (1990/1991) context, how the decisions were made by the upper decision-maker group and how interests groups acted defending their objectives. The first part introduces to how was the political, economic and social scenario in the countries involved before Iraqi's invasion in Kuwait. Forward, is the theoretical part where concepts such as interests groups will be presented. Then, also the three lobbying groups: Zionist, arms sector and energy (consumer) will be introduced in the United States reality.

The research follows with the identification of determined group of U.S. Congressman involved with the segments mentioned before, and how those politicians voted in the Desert Shield and Desert Storm operation. Finally, the research intends to evaluate the overall process of decision-making in the inner circle of American government concerning the Gulf War.

Keywords: Interests groups, lobby, United States, Gulf War.

Rio de Janeiro
Fevereiro – 2011

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gasto Militar, Forças Armadas, PIB, Gastos do Governo Central e População no Mundo	19
Tabela 2 – Gasto Militar, Forças Armadas, PIB, Gastos do Governo Central e População nos Estados Unidos.....	20
Tabela 3 – Panorama do Petróleo	24
Tabela 4 – Importação de Petróleo de alguns países da OPEP.....	24
Tabela 5 – Atividade Econômica no Iraque.....	26
Tabela 6 – Dados sobre o Iraque: PIB e Produção de Petróleo.....	26/27
Tabela 7 – Crescimento Econômico do Iraque.....	27
Tabela 8 – Atividade Econômica do Kuwait.....	30
Tabela 9 – Trocas entre Estados Unidos e Kuwait 1989 e 1990.....	31
Tabela 10 – Importação americana da Arábia Saudita de óleo cru e produtos petrolíferos (milhares de barris por dia).....	32
Tabela 11 – Importação americana do Iraque de óleo cru e produtos petrolíferos (milhares de barris por dia).....	33
Tabela 12 – Importação americana do Kuwait de óleo cru e produtos petrolíferos (milhares de barris por dia).....	33
Tabela 13 – Exportação de armamentos produzidos nos Estados Unidos.....	35
Tabela 14 – Exportação de armamentos produzidos na União Soviética.....	36
Tabela 15 – Votação na Câmara (outubro 1990).....	60
Tabela 16 – Votação no Senado (outubro 1990).....	60
Tabela 17 – Votação na Câmara (janeiro 1991).....	61
Tabela 18 – Votação no Senado (janeiro 1991)	61
Tabela 19 – Diagrama de estruturação do <i>lobby</i>	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio do JINSA na mídia.....	43
Figura 2 – Ilustração retirada do <i>Near East Report</i> (05/2008).....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I CONTEXTO E CONJUNTURA	
1. Elementos Históricos	17
1.1 Breves comentários acerca do contexto mundial em questão	17
1.2 Estados Unidos e a política para o Oriente Médio.....	20
1.3 O cenário iraquiano antes da Guerra do Golfo.....	25
1.4 O Kuwait e o contexto da invasão.....	29
2. Elementos Setoriais	32
2.1 A relação entre o petróleo árabe e os Estados Unidos.....	32
2.2 Questão das armas no Oriente Médio sob a ótica dos Estados Unidos	34
2.3 A relação de proximidade entre Estados Unidos e Israel e suas consequências.....	37
PARTE II INFLUÊNCIA E DECISÃO	
3. Grupos de Interesse, pressão e lobby	41
3.1 O grupo pró-Israel	43
3.2 O setor energético e suas duas vertentes	51
3.3 As armas e a movimentação econômica.....	53
4. O Congresso americano e a Guerra do Golfo	59
4.1 O Congresso e a votação da operação defensiva Desert Shield	61
4.2 O Congresso e a votação da operação ofensiva Desert Storm.....	66
5. A esfera decisória.....	79
5.1 Dados biográficos.....	79
5.2 Os posicionamentos no contexto da operação Desert Storm.....	84
5.3 A operação Desert Storm e seus desdobramentos	94
5.4 Consequências.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

Introdução

A proposta de investigação apresentada como projeto para a presente pesquisa partiu de todo um processo de discussão entre aluno e orientador. O ponto de partida foi uma perspectiva genérica que foi sendo lapidada até se definir os elementos centrais do projeto apresentado em junho de 2010.

A primeira ideia era uma análise das relações entre Estados Unidos e Oriente Médio, identificando as semelhanças e principalmente, as diferenças de tratamento entre a política externa americana e os diversos países, buscando entender como essa política era formulada e quais eram os interesses em questão. Entretanto, a generalidade poderia ameaçar a investigação e não atendia bem a proposta da linha de pesquisa apresentada pelo mestrado.

Partindo do ponto acima, surgiu a ideia de identificar os grupos de interesse do conflito no Iraque de 2003 e contrastar esses segmentos com aqueles envolvidos na Guerra do Golfo de 1990/1991. A amplitude da proposta inviabilizaria o estudo no prazo disponível, além de se tratar de um emaranhado de informações, o recorte histórico-temporal era bastante extenso.

Por fim, a proposta foi delineada no contexto da I Guerra do Golfo dos anos 90 do século passado. Após essa definição, o passo seguinte foi determinar quais eram os grupos de interesses mais relevantes no conflito e ainda, como se articulava a esfera de tomada de decisão frente às pressões desses segmentos.

Por se tratar de Estados Unidos e Oriente Médio, a questão energética consistia em um ponto extremamente relevante e figurava o rol de “interesses nacionais” em pauta durante o confronto. Além disso, o relacionamento preferencial e especial entre Estados Unidos e Israel também era um aspecto importante na formulação da política externa americana para a região. E para complementar a pesquisa, não seria possível uma análise que não incluísse o setor bélico, tanto pelo lado da grande produção americana, quanto pelo lado do Oriente Médio como grande demandante desses armamentos (intercâmbio petróleo-armas).

As delimitações supracitadas foram sendo fundamentadas por meio da investigação de inúmeros artigos. A primeira hipótese, que defendia a supremacia do *lobby* sionista, foi logo refutada no decorrer da pesquisa, antes mesmo de ser inserida no projeto apresentado na qualificação. À medida que as leituras avançaram, novos aspectos iam sendo observados, levando a uma contínua rearticulação das idéias.

Lidar com a questão dos grupos de interesse e as teorias envolvidas com essa temática é um tanto complexo, tanto pela dificuldade em mapear o emaranhado de interligações, quanto pelo lado das críticas que afirma a inviabilidade de se mensurar o alcance efetivo dessas pressões. Na primeira parte do segundo capítulo do presente trabalho apresento um breve posicionamento teórico acerca do conceito de *lobby*, mais com função instrumental que com a pretensão de discutir o problema.

Outro aspecto delicado do estudo refere-se à situação do *lobby* sionista, pois é sempre controverso tocar nesta temática. A palavra judeu, se utilizada para definir tal grupo de interesse, iria abarcar uma totalidade religiosa que não condiz com a realidade dos fatos demonstrados. Já a adjetivação *lobby* israelense, apenas, também não seria específico o suficiente para delimitar o segmento mencionado. Por isso, ao longo do trabalho foi utilizada a expressão sionista ou pró-Israel.

O termo sionista¹ traz consigo uma formulação teórica com uma carga histórica específica. O início da construção do conceito (fora utilizado primeiramente em 1890) remonta ao século XIX, quando um grupo de jovens judeus junto com escritores formularam a solução nacionalista para o problema judaico, a formação de um Estado próprio (COMAY, 1983, p.8). Após a criação do Estado de Israel, teoricamente, o grupo sionista teria alcançado seu objetivo e não teria mais razão de existir. Entretanto, o movimento conhecido como sionismo se manteve atuante, estimulando a migração de judeus, promovendo a cultura e a educação dentro da formação cultural e ainda, divulgando e defendendo os interesses israelenses pelo mundo.

Ao tratarmos do “segmento energético” está subentendido, novamente, uma totalidade que engloba lados opostos ligados ao setor, ou seja, tanto produtores

¹ “O termo deriva do Monte Sião, uma das montanhas em que está situada a cidade de Jerusalém. “Sião” passou a simbolizar para os judeus a esperança de retorno à sua pátria” (COMAY, 1983, p.7).

quanto demandantes. A análise realizada no trabalho refere-se ao grupo consumidor, diretamente afetado e prejudicado com as oscilações do preço do barril de petróleo, e ainda, com a interrupção do fluxo de exportação de petróleo vindo da região do Oriente Médio. Essa distinção é relevante, pois pelo lado da oferta os interesses são antagônicos aos objetivos pelo âmbito do consumo.

Inclusive, o presidente americano George H. W. Bush teve que articular politicamente com os dois pólos deste “segmento energético”. Por um lado solicitou que não houvesse aumento abusivo de preços e uma possível exploração negativa do contexto de guerra, e por outro lado, solicitou que o grande consumidor utilizasse fontes alternativas de energia e buscasse economizar na demanda por petróleo e derivados.

O setor armamentista é um tanto mais claro com relação aos seus objetivos. Mas apesar da simplicidade aparente, o segmento acaba sendo alvo direto da política externa praticada pelo governo americano. A restrição no comércio internacional de armas é parte relevante da discussão acerca do “interesse nacional” dos Estados Unidos.

Formalmente, as grandes empresas americanas tem contratos de alto valor com a administração americana, mas os consumidores mundiais também são considerados importantes. Inclusive, a parceria entre setor público e privado no desenvolvimento de tecnologia bélica foi imprescindível para que, ao longo da corrida armamentista, os Estados Unidos ocupassem o primeiro lugar na disputa, mantendo-se na mesma posição mesmo após o término da Guerra Fria e na construção de um novo arranjo internacional.

Entretanto, o dilema ético gira em torno da decisão da efetivação da venda: o lucro deve ser a finalidade última do segmento, ou se deve sopesar a situação da política externa atrelada aos interesses dos Estados Unidos?

Por fim, um breve resumo dos desdobramentos do conflito pode ser pertinente no presente momento, com o intuito de ambientar o leitor no contexto histórico da Guerra do Golfo.

Meses antes das tropas iraquianas invadirem o Kuwait alguns conselheiros e

assessores do governo americano alertaram para a possibilidade da ação. Os países árabes em conjunto com seus parceiros ocidentais buscaram impedir que a invasão viesse a ocorrer. Embora diante de algumas evidências, como a movimentação de tropas para a região de fronteira entre os países, a reunião da embaixadora americana April Glaspie com o presidente iraquiano Saddam Hussein trouxe uma falsa sensação de certeza de que pelo menos, no curtíssimo prazo, o confronto não teria início.

Entretanto, dia 2 de agosto de 1990 o Iraque invade o Kuwait e começa o conflito que ficou historicamente conhecido como a Guerra do Golfo². Ao longo da pesquisa os desdobramentos dos acontecimentos serão mais pontualmente apresentados dentro da lógica de cada segmento pesquisado. Voltando ao confronto, a decisão do presidente Bush de enviar imediatamente tropas à Arábia Saudita foi criticada pelo Congresso americano por ser considerada unilateral. Apesar desse posicionamento contrário, o poder legislativo aprovou, quase de modo unânime, a operação defensiva conhecida como *Desert Shield* que tinha como objetivo resguardar a Arábia Saudita e vizinhos parceiros de qualquer ameaça e assegurar o cumprimento das resoluções da ONU com relação ao embargo e ações restritivas com relação ao comércio para com o Iraque e o Kuwait.

O tempo passou e o Iraque não se retirou do território invadido. Diante da inércia iraquiana, o governo dos Estados Unidos transformou a ação defensiva em uma grande ofensiva militar, que em articulação com uma estrutura de coalizão veio de fato encerrar o confronto, expulsando as tropas iraquianas do Kuwait.

A operação denominada de *Desert Storm* se iniciou logo em janeiro de 1991. Ao contrário do respaldo dado pelo Congresso na primeira ação, a votação acerca da segunda movimentação, de cunho ofensivo, foi aprovada por uma pequena margem de diferença. O embate evidenciou a insatisfação do legislativo americano com a decisão do governo dos Estados Unidos, mesmo este estando em consonância com a ONU e liderando uma coalizão internacional.

O cessar-fogo ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1991, e a curta temporalidade da guerra foi questionada. Além disso, a decisão do presidente americano Bush de

² Hoje em dia refere-se ao conflito como I Guerra do Golfo, pois com os desdobramentos do 11 de setembro e a intervenção militar americana no Iraque em 2003, tem-se a II Guerra do Golfo.

não seguir até Bagdá e destituir Saddam Hussein do poder foi amplamente criticada por uma série de setores, inclusive o grupo sionista.

Por tanto, após essa breve apresentação, o trabalho segue trazendo no primeiro capítulo uma contextualização no âmbito histórico, de cada país diretamente ligado ao conflito e sua respectiva ligação com os Estados Unidos. Já adiante a questão da divisão setorial dos grupos de interesses identificados é apresentada.

No capítulo dois, são apresentados os segmentos sionista, energético e bélico, respectivamente, e como ocorre a articulação no âmbito interno dos Estados Unidos, entre outros apontamentos. Na segunda parte do capítulo mencionado, a questão do Congresso americana é analisada por meio da identificação dos principais personagens que participaram das votações divergindo das suas orientações partidárias.

A opinião desses congressistas, em votações tão relevantes como as relativas às operações no Golfo, quando ocorrem debates e articulações partidárias, e quando normalmente o número de “dissidentes” costuma ser reduzido, provoca no mínimo um questionamento. A análise dos discursos aponta os interesses elencados como fundamentação na defesa do voto contrário. Nos pronunciamentos realizados no Congresso e em uma breve pesquisa biográfica, elementos que consideramos relevantes para a análise foram identificados.

No verbete “grupos de pressão” do Dicionário Político organizado por Norberto Bobbio, observa-se o seguinte trecho que evidencia a movimentação mencionada anteriormente:

“(...) os partidos muitas vezes não ficam em sintonia com as novas questões vigentes na sociedade. Os grupos de pressão operam, de uma forma mais constante e mais específica, e atuam numa tramitação eficaz entre os grupos sociais organizados e o Governo. Além disso, eles podem proporcionar uma participação mais significativa a seus associados do que a atividade que eles tem no seio do partido”. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1992, p.570).

Então, mesmo diante de uma determinada orientação partidária, os congressistas acabam votando de modo contrário atendendo determinados interesses, seja por estar vinculado à alguma instituição, seja por alguma forma de

endividamento (ético, financeiro, ideológico) com determinado grupo, entre outras motivações.

Analisando as votações que ocorreram no Congresso americano, temos que se em um primeiro momento (Operação *Desert Shield*) houve certa convergência partidária, num segundo momento (relativo à Operação *Desert Storm*, politicamente mais relevante por se tratar de assumir a ação ofensiva militar) os “opositores” democratas dentro do próprio partido agiram de acordo com convicções político-pessoais, assim como os republicanos na mesma situação.

O capítulo três introduz a questão da esfera decisória, e de como foram tomadas, pelo Poder Executivo do governo norte-americano, as decisões envolvendo a ação militar na Guerra do Golfo, pois mesmo sofrendo pressões tanto do Congresso quanto dos representantes do *lobby*, conseguiu articular os segmentos e teve seus objetivos atendidos. Por fim, as consequências das ações são trazidas para a discussão, quais os resultados diretos e indiretos das decisões e como foram vistas ou interpretadas, pelos atores envolvidos, os desdobramentos da Guerra do Golfo.

PARTE I

CONTEXTO E CONJUNTURA

1. Elementos Históricos

1.1 Breves comentários acerca do contexto mundial em questão

Os desdobramentos da Guerra do Golfo foram precedidos por um período de instabilidade e incerteza no âmbito internacional. O longo embate entre as duas potências durante a Guerra Fria teve episódios de grande tensão como é evidente pela Crise dos Mísseis de 1962³. As intempéries dos anos 70 do século passado fizeram com que os Estados Unidos sentissem o abatimento moral pela “derrota” no Vietnã, o abalo econômico pela crise enfrentada com os choques do petróleo e no âmbito internacional, com uma “falsa” sensação de declínio do poder americano (posicionamento adotado por alguns teóricos da Economia Política Internacional, por exemplo, José Luis Fiori na obra *O Mito do Colapso do Poder Americano*). Por essa razão, entre outras, a Guerra do Golfo é vista como uma grande demonstração bélica do poderio americano após o fim da Guerra Fria. Na visão de Fiori:

“a estrondosa demonstração da força militar americana na Guerra do Golfo acabou se impondo a todas as demais negociações, e anunciando ao mundo o seu novo princípio organizador porque como diz, com toda razão, Henry Kissinger, ‘os impérios não tem interesse em operar dentro do sistema internacional; eles aspiram ser o próprio sistema internacional’”. (FIORI, 2007, p.95).

Hobsbawm, por sua vez, mais favorável a ideia do declínio americano no contexto dos anos 70, demonstra a ação de força dos Estados Unidos por meio da seguinte afirmação: “Será demasiado supor, sobretudo em vista da Guerra do Golfo contra o Iraque em 1991, que uns EUA mais confiantes não teriam aceitado tão passivamente o golpe da OPEP em 1973?” (HOBBSAWM, 1995, p.439).

A organização do sistema mundial no contexto da bipolaridade propiciou uma sensação constante de incômodo e isso teve repercussão direta no posicionamento dos países frente à questão da segurança:

³A Crise dos Mísseis de outubro de 1962 ocorreu em função da instalação de mísseis norte-americanos no território turco, em franca ameaça à União Soviética, que respondeu deslocando seus próprios mísseis nucleares para o território cubano. A crise foi resolvida pela via diplomática.

“(…) toda e qualquer iniciativa tomada por uma das potências visando ampliar a sua margem de segurança e o seu poder é encarada pela potência rival como uma ameaça direta e vital, que exige uma resposta simétrica. Assim, a insegurança transformava-se no fator decisivo das relações internacionais, (...). O exemplo clássico dessa dinâmica circular típica da bipolaridade foi a corrida armamentista”. (MAGNOLI, 2000 p.63).

A corrida armamentista foi outro aspecto relevante, pois movimentou a economia dos dois países e seu desdobramento atingiu grande parte do globo. Conter a Rússia marxista era “um excelente pretexto para espalhar o controle americano por toda parte, estabelecendo bases militares, financiando, e assim, dominando regimes ameaçados, e imobilizando o poder de outras nações com acordos armamentistas padronizados”. (LENS, 2006, p.503)

Na defesa de seus interesses e suas áreas de influência no mundo durante a Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram diversas formas de intervenção para assegurar que os governos, sob a sua esfera de ação, mantivessem o alinhamento. Em um seminário sobre Segurança Nacional do Pentágono, um conferencista apresentou a seguinte lista:

“Opções dos Estados Unidos em caso de insurreições:

- 1) Orientação e assistência militares ao *establishment* militar do país em questão.
- 2) Treinamento por oficiais e soldados americanos.
- 3) Material bélico próprio e adequado para esse tipo de guerra.
- 4) Se necessário, apoio direto através da ação de tropas do governo americano enviadas em missões de combates, e *operações unilaterais dos Estados Unidos contra os insurrectos* (grifos nossos)” (LENS, 2006, p. 579).

Mais a diante, vários fatos demonstravam que a Guerra Fria estava cada vez mais próxima de seu fim. A queda do Muro de Berlim e, logo posteriormente, a reunificação alemã, por exemplo, foram momentos marcantes do fim do conflito no âmbito histórico. Os Estados Unidos despontavam como o grande vencedor, afinal, enquanto o modelo comunista vivido pela URSS e seus seguidores entrava em colapso, o capitalismo, apesar do tremor resultante da crise dos anos 1970, seguia firme rumo a uma nova reorganização. Ainda que se possa questionar se o colapso soviético foi obra das próprias contradições do sistema comunista, ou se derivou de decisões em uma conjuntura específica, o que se tem é que a vitória do capitalismo era, naquele momento, inquestionável:

“A julgar pela completa falta de preparo dos governos ocidentais para o súbito colapso 1989-91, as previsões do iminente falecimento do inimigo ideológico do Ocidente não passavam de rebotalhos de retórica pública. O que levou a União Soviética com rapidez crescente para o precipício foi a combinação de Glasnost (...) e Perestroika (...)”. (HOBSBAWM, 1995, p. 468).

Finalmente, os Estados Unidos assumiram a liderança global como ambicionaram ao longo do último século. “O conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, desde a ascensão de Truman ao poder até o presente, disfarçou sob um véu de ideologia as intenções imperialistas da política americana” (LENS, 2006, p.502). Os anos 90 começaram como uma nova fase do sistema interestatal, a ascensão do *hegemon* americano e as consequências do alcance desse poder no mundo.

O fim da Guerra Fria representou a vitória americana e essa posição viabilizou uma pequena diminuição dos gastos militares nos Estados Unidos. Entretanto, esses números podem ser questionados, pois gastos com pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e investimentos, principalmente do segmento privado não são claramente computados. O quadro abaixo apresenta um amplo panorama relacionado aos gastos militares e gastos governamentais do mundo e dos Estados Unidos entre 1985 a 1994:

Tabela 1. Gasto Militar, Forças Armadas, PIB, Gastos do Governo Central e População no Mundo

YEAR	MILITARY EXPENDITURES (ME) Billion dollars		ARMED FORCES Thousands	GROSS NATIONAL PRODUCT (GNP) Billion dollars		CENTRAL GOVERNMENT EXPENDITURES (CGE) Billion dollars	PEOPLE Millions	ME / GNP %	ME / CGE %	ME PER CAPITA Constant 1995 Dollars	ARMED FORCES PER 1000 PEOPLE Soldiers	GNP PER CAPITA Constant 1995 Dollars
	Current	Constant 1995		Current	Constant 1995							
	TOTALS ^a											
WORLD												
1985	971.0	1330.8	28070	18510	25370	7373	4836.5	5.2	18.1	275	5.8	5246
1986	1018.2	1359.0	28480	19590	26150	7529	4918.8	5.2	18.1	276	5.8	5317
1987	1050.8	1360.0	28320	20870	27010	7625	5004.4	5.0	17.8	272	5.7	5397
1988	1080.2	1348.7	28700	22610	28230	7643	5090.6	4.8	17.6	265	5.6	5546
1989	1089.0	1304.8	28580	24340	29160	7731	5176.0	4.5	16.9	252	5.5	5634
1990	1105.6	1270.6	27740	25820	29670	7854	5280.9	4.3	16.2	241	5.3	5618
1991	1048.8	1158.9	25960	26900	29720	8209	5347.7	3.9	14.1	217	4.9	5558
1992	973.8	1047.5	24470	26990	29030	8719	5429.9	3.6	12.0	193	4.5	5346
1993	912.3	956.5	23630	28060	29410	8741	5510.6	3.3	10.9	174	4.3	5337
1994	878.8	900.8	23460	29460	30200	8717	5590.6	3.0	10.3	161	4.2	5402

Os dados acima são referentes aos gastos bélicos no mundo e apontam que no início dos anos 90 do século passado representou uma mudança global com a

diminuição dos gastos militares após o término da Guerra Fria e o colapso da União Soviética. Essa modificação econômica demonstra o corte de gastos dos países no setor, embora guerras e conflitos ainda estivessem em curso. Já a tabela abaixo, apresenta os mesmos dados acima, mas voltados exclusivamente para apontar a situação dos gastos bélicos dos Estados Unidos.

Tabela 2. Gasto Militar, Forças Armadas, PIB, Gastos do Governo Central e População nos Estados Unidos

YEAR	MILITARY EXPENDITURES (ME) Million dollars		ARMED FORCES Thousands	GROSS NATIONAL PRODUCT (GNP) Million dollars		CENTRAL GOVERNMENT EXPENDITURES (CGE) Million dollars	PEOPLE Millions	ME / GNP %	ME / CGE %	ME PER CAPITA Constant 1995 Dollars	ARMED FORCES PER 1000 PEOPLE Soldiers	GNP PER CAPITA Constant 1995 Dollars
	Current	Constant 1995		Current	Constant 1995							
United States												
1985	258200	353800	2244	4201000	5758000	1376000	238.5	6.1	25.7	1484	9.4	24140
1986	280900	374900	2269	4435000	5920000	1383000	240.7	6.3	27.1	1558	9.4	24600
1987	288200	373000	2279	4701000	6085000	1369000	242.8	6.1	27.2	1536	9.4	25060
1988	293100	365900	2246	5063000	6321000	1396000	245.0	5.8	26.2	1493	9.2	25800
1989	304100	364300	2241	5453000	6533000	1426000	247.3	5.6	25.5	1473	9.1	26410
1990	306200	351900	2181	5765000	6625000	1499000	249.9	5.3	23.5	1408	8.7	26510
1991	280300	309700	2115	5932000	6555000	1583000	252.6	4.7	19.6	1226	8.4	25950
1992	305100	328200	1919	6255000	6729000	1554000	255.4	4.9	21.1	1285	7.5	26340
1993	297600	312000	1815	6563000	6881000	1564000	258.1	4.5	19.9	1209	7.0	26660
1994	288100	295300	1715	6932000	7106000	1571000	260.7	4.2	18.8	1133	6.6	27260
1995	277800	277800	1620	7247000	7247000	1598000	263.0	3.8	17.4	1056	6.2	27550

Fonte: Main Statistical Tables⁴

Ao analisar os dados acima, pode-se observar que no mundo de 1989 para 1990 ocorreu um pequeno aumento dos gastos militares assim como pode ser observado nos Estados Unidos. Já de 1990 para 1991 observa-se um quadro inverso, de diminuição. A priori, esse comportamento pode ser interpretado levando-se em conta o contexto do fim da Guerra Fria, entretanto, se sabe que inúmeros conflitos locais e regionais tiveram início nos anos 90, como exemplo, a Guerra do Golfo. Talvez essa queda represente uma diminuição econômica de investimentos e uma possível utilização de estoques bélicos do conflito anterior entre as duas potências mundiais.

1.2 Estados Unidos e a política para o Oriente Médio

“Á medida que o mundo caminhava cada vez mais decisivamente para uma economia baseada no petróleo, em parte sob pressão do governo americano, tornou-se cada vez mais importante para os Estados Unidos

⁴ http://www.state.gov/www/global/arms/wmeat96/049_099.pdf <acessado em 16 de outubro de 2010>

controlar esta grande recompensa material, para manter-se numa posição de domínio das relações internacionais”. (CHOMSKY, 2007, p.514)

As intervenções americanas no Oriente Médio, como no caso da nacionalização da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, demonstravam que: “O Departamento de Estado já pretendia, havia algum tempo, reivindicar direitos sobre o Oriente Médio para a América”. (LENS, 2006, p. 571). Seguindo essa linha da presença americana na região, em 1957, o Presidente Eisenhower declarou ao Congresso americano que os Estados Unidos iriam proteger 14 países do Oriente Médio. Entretanto, durante a Guerra Fria, países como Síria, Egito e Iraque se aproximaram mais da União Soviética.

Outra passagem que corrobora com os fatos apontados acima afirma: “(...) como observara na época o Departamento de Estado essas reservas constituem ‘uma estupenda fonte de poder estratégico, e uma das maiores recompensas materiais da história do mundo’.”. (CHOMSKY, 2007, 514).

A política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio ainda se mostra influenciada pela disputa travada ao longo da Guerra Fria. No conflito no Afeganistão na década de 80, por exemplo, os americanos armaram os rebeldes Talibãs na esperança de impedir o avanço soviético na região. Também deram apoio ao Iraque no conflito contra o Irã.

O petróleo vem fazendo parte da política de Estado americana desde o início dos anos 20 do século passado, quando se projetou a ascensão do “ouro-negro” como fonte energética, embora, apenas nos anos 50 ele se torne a principal fonte de energia americana. A *Standard Oil*, ainda na década de 20 apelou para que o Departamento de Estado dos Estados Unidos interferisse de algum modo com relação ao boicote que a empresa vinha sofrendo por parte, principalmente, dos ingleses. Por meio de notas, o governo americano buscava agir em benefício dos interesses empresariais petrolíferos: “O Departamento insistia em que a região do antigo Império Otomano fosse aberta para a exploração de petróleo a todas as nações do mundo, em bases iguais”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.166).

Esse posicionamento, com relação à política externa para o Oriente Médio petrolífero, cabe ressaltar, foi em vários momentos afirmado por autoridades

americanas que apontavam a importância estratégica do petróleo no dito “interesse nacional”, e ainda, em um regime de parceria com o setor privado: “os interesses das empresas e os do governo americano deviam caminhar juntos; as empresas eram os instrumentos mais confiáveis para a execução da política externa americana”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.170).

Já no conflito entre Irã e Iraque, novamente a intervenção americana foi fundamental, pois os Estados Unidos temiam o avanço das ideias da revolução iraniana para um grande produtor de petróleo como o Iraque e que isso se disseminasse para o Oriente Médio árabe; e ainda havia a questão da participação soviética. A instabilidade na região se mostra, ao longo da história, como um fator constante e os conflitos armados no século XX refletiam quase imediatamente no aumento vertiginoso do preço do barril de petróleo impactando a economia mundial. Os detalhes do conflito serão apresentados mais a diante.

A situação da região sofreu os efeitos diretos do final da Guerra Fria, e a organização política e alianças no âmbito internacional refletiram o prenúncio de novos tempos:

“As transformações geradas pelo fim da Guerra Fria repercutiram com especial intensidade no Oriente Médio. A Guerra do Golfo (1990-1991), que antecedeu em poucos meses o drama da desagregação da União Soviética, reorganizou os alinhamentos externos de todos os Estados da região e alterou substancialmente as relações entre Estados Unidos e Israel e entre os Estados Unidos e o mundo árabe.” (MAGNOLI, 2000, p.176).

Outros dois atores regionais no Oriente Médio, que apesar da localização geográfica, usufruíam dos benefícios da parceria com os Estados Unidos eram Arábia Saudita e Israel. O primeiro como maior exportador de petróleo em última instância (maior reserva mundial no período) barganhava o “ouro negro” por armamentos. E além da supremacia do petróleo, em 1989, 90 e 91, o país figurou entre os 10 maiores receptores de armas do mundo. Durante a Guerra do Golfo, a Arábia Saudita teve uma participação relevante, pois viabilizou a movimentação de tropas em seu território e ainda, abrigou a família real do Kuwait que fugira de seu país durante o confronto.

Em linhas gerais, Israel, o outro ator, era o parceiro mais privilegiado. Essa ligação vem desde 1948 quando os Estados Unidos foram o primeiro país a

reconhecer a formação do Estado. De lá até os anos 90, algumas guerras aconteceram diretamente ligadas à Israel e sempre, os americanos atuando prontamente na parceria, ora de modo explícito, ora de maneira velada por um falso discurso crítico no âmbito político-diplomático, enquanto as alianças comerciais-bélicas seguiam de modo intenso (mais a diante no trabalho esse aspecto será detalhado).

A relação entre Israel e seus vizinhos tem, em um dado momento, um posicionamento interessante que pode ser observado por meio da manifestação da opinião pública em Israel um pouco antes do início da Guerra do Golfo:

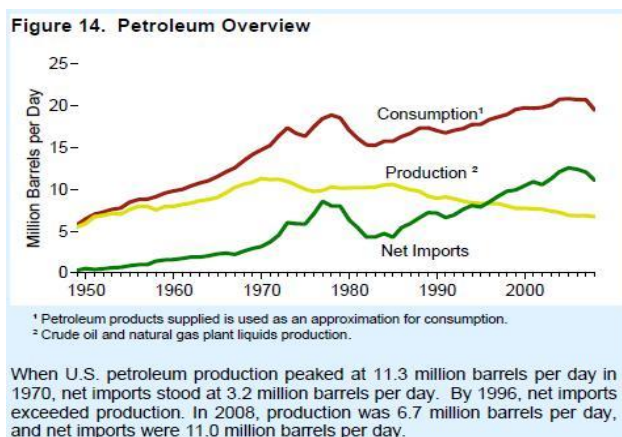
“Historicamente, Israel considera o Iraque um país hostil, mas sempre dentro do quadro da “Frente Oriental”, que inclui Síria e Jordânia ou pelo menos um desses países. Antes da eclosão da Guerra do Golfo, os tomadores de decisão israelenses, e muito menos a opinião pública em Israel, não imaginaram que o Iraque cometeria uma ação hostil contra Israel, enquanto outros países árabes estavam em oposição ao Iraque ou observando de longe. A noção que o Iraque pudesse atacar Israel via aérea sem enviar tropas que teria que passar por territórios de outros países árabes foi além da contemplação”. (Livre tradução)⁵

Outro ponto central na questão que já fora mencionado refere-se ao petróleo. No âmbito interno, ao longo dos anos 90, a maior demanda por petróleo nos Estados Unidos estava no setor de transportes seguidos pela indústria e consumo comercial/doméstico. A percepção da relação destes setores com a questão da segurança energética do petróleo é importante na reflexão apresentada nos capítulos seguintes, pois, sem dúvida, esses segmentos exerceram certa influência nas decisões do governo americano no contexto da Guerra do Golfo.

Um aspecto relevante com relação aos Estados Unidos e a necessidade petrolífera mostra que nos anos 90 houve um aumento da demanda e um declínio por parte da produção de petróleo. O gráfico abaixo trata do Consumo, Produção e Importação:

⁵ “Historically, Israel regarded Iraq as a hostile country, but always within the frame-work of the "Eastern front," which included Syria and Jordan or at least one of them. Prior to the outbreak of the Gulf War, Israeli decision makers, let alone Israeli public opinion, did not imagine that Iraq would take hostile action against Israel on its own, while other Arab countries were in opposition to Iraq or observing from the sidelines. The notion that Iraq might attack Israel from the air without sending troops through the territory of another Arab country was beyond contemplation”. (ARIAN & OLZAEKER, 1999 p.60).

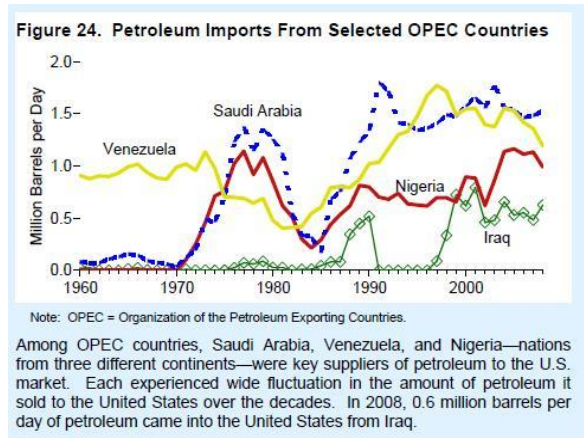
Tabela 3. Panorama do Petróleo



Fonte: EIA (U.S. Energy Information Administration)⁶

Outro ponto interessante é a observação da movimentação na importação de petróleo dos Estados Unidos com relação aos países da OPEP, destacando a participação do Iraque e da Arábia Saudita nos anos 90.

Tabela 4. Importação de Petróleo de alguns países da OPEP



Fonte: EIA (U.S. Energy Information Administration)⁷

Diante das informações aqui apresentadas, fica evidente que os Estados Unidos se tornaram mais dependentes do petróleo árabe, uma vez que sua produção interna sofreu um declínio e o consumo continuou crescendo. Essa evidência aponta para uma política externa americana para o Oriente Médio mais atrelada ao petróleo e as questões ligadas à segurança energética. Portanto, frente

⁶ EIA: <http://www.eia.doe.gov/emeu/aer/pdf/perspectives.pdf> <acessado em 11 de outubro de 2010>

⁷ EIA: <http://www.eia.doe.gov/emeu/aer/pdf/perspectives.pdf> <acessado em 11 de outubro de 2010>

à nova realidade pós Guerra Fria os Estados Unidos precisaram afirmar determinados posicionamentos e rever outras ações diretamente ligadas às ambições nacionais, como no caso supracitado do petróleo.

1.3 O cenário iraquiano antes do início da Guerra do Golfo

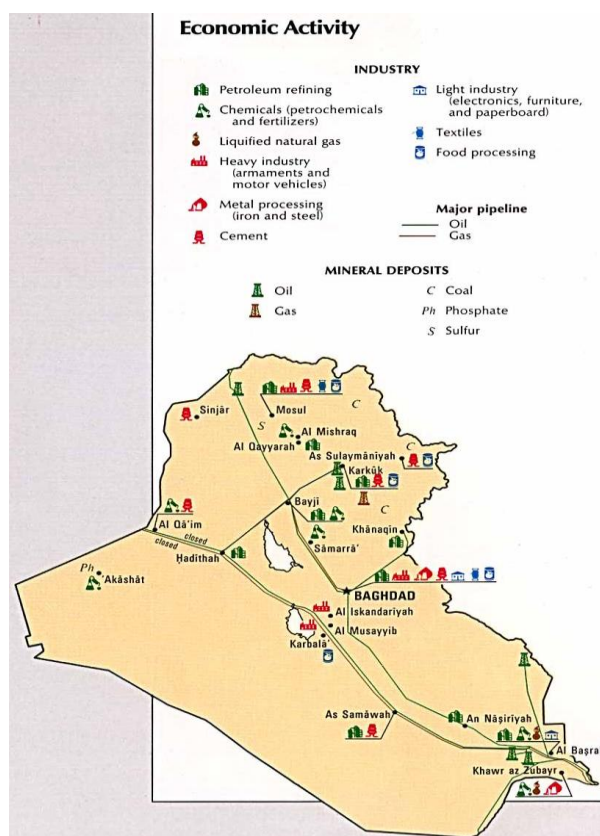
O Iraque, um pouco antes da invasão do Kuwait, estando com sua economia completamente comprometida pelos anos de guerra contra o Irã, assinara em 1988 o cessar-fogo com seu inimigo histórico, pondo fim aos oito anos de conflito. O Iraque então recomeça a questionar a situação do Kuwait, alegando que o país era parte do território iraquiano:

“As reivindicações do Iraque contra o Kuwait – o pequeno protetorado britânico rico em petróleo, no topo do golfo Pérsico, independente desde 1961 – eram antigas e constantemente reafirmadas. Só levaram à guerra quando o golfo Pérsico deixou de ser um quase automático ponto explosivo de confronto das superpotências. Antes de 1989, é certo que a URSS, principal fornecedora de armas ao Iraque, teria desencorajado vigorosamente qualquer aventurismo de Bagdá naquela área”. (HOBBSAWM, 1995, p. 249).

O endividamento econômico iraquiano era exorbitante e pactuado com vários Estados, apesar do constante auxílio dos Estados Unidos. No período anterior ao conflito a produção iraquiana de petróleo era de cerca de 3.5 milhões de barris por dia. O PIB per capita em 1989 era de \$2304; já em 1990 caiu para \$938.⁸

⁸CIA:https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/iraq_wmd_2004/chap2_annxD.html
<acessado em 3 de junho de 2010>

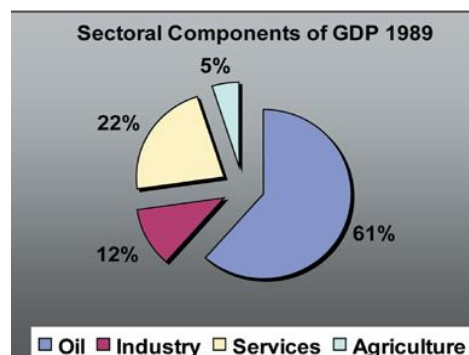
Tabela 5. Atividade Econômica no Iraque



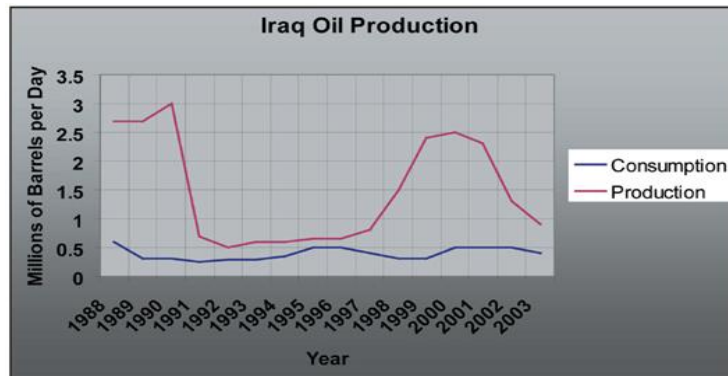
Fonte: University of Texas Libraries. ⁹

Ainda com relação à economia, os gráficos seguintes mostram um panorama da situação do país antes da invasão do Kuwait e os desdobramentos da Guerra do Golfo.

Tabela 6. Dados sobre o Iraque: PIB e Produção de Petróleo



⁹ http://www.lib.utexas.edu/maps/atlas_middle_east/iraq_econ.jpg <acessado em 26 de julho de 2010>



Fonte: Central Intelligence Agency. *Iraq Economic Data (1989-2003) – Anx D - Figure 8 and figure 9.*¹⁰

Tabela 7. Crescimento Econômico do Iraque

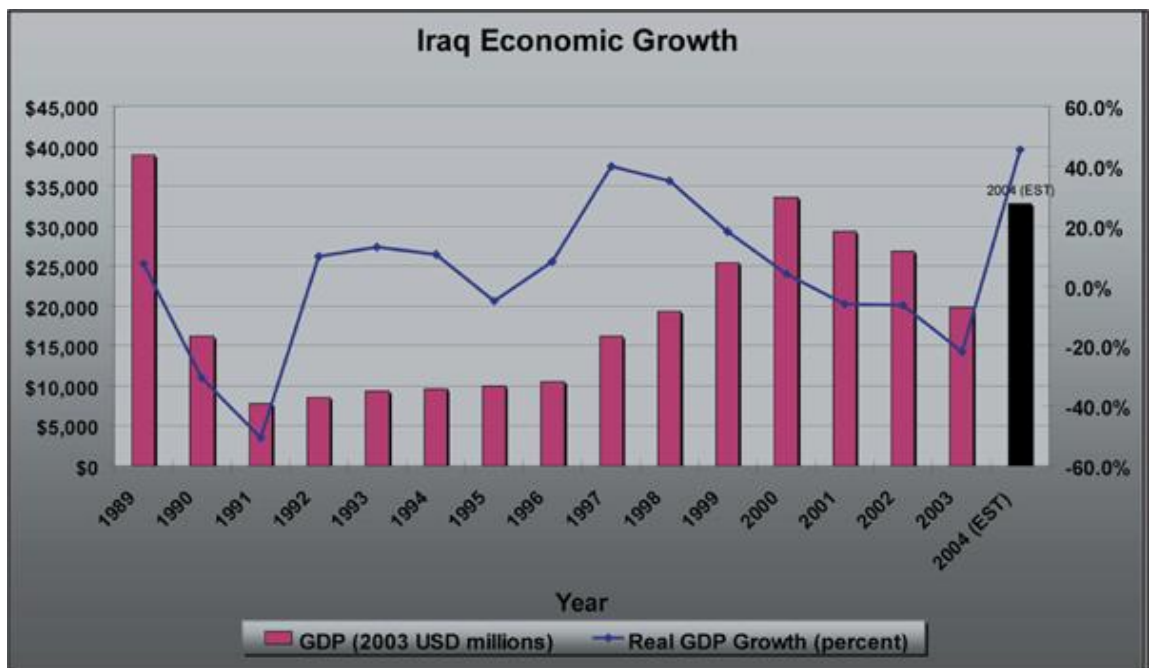


Figure 6. Estimated GDP/real GDP in 2003 USD.

Fonte: Central Intelligence Agency. *Iraq Economic Data (1989-2003) - Regime Finance and Procurement - Annex D - Figure 6*¹¹

No mercado agrícola mundial dos anos 80, o Iraque era o maior destinatário das exportações americanas de arroz e também, um importante comprador de trigo, grãos para ração, sementes oleaginosas, algodão, açúcar, laticínios, aves e tabaco. (SANFORD, 2003, pp. 23-26).

¹⁰CIA:https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/iraq_wmd_2004/images/ch2_anxD_img04.jpg
https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/iraq_wmd_2004/images/ch2_anxD_img03.jpg
 <acessado em 8 de junho de 2010>

¹¹CIA:https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/iraq_wmd_2004/chap2_annxD.html
 <acessado em 8 de junho de 2010>

Já a realidade política que o Iraque vivenciava, era tão delicada quanto a sua economia. O Estado praticava uma política interna de constante ameaça à população que se achesse a tomar um posicionamento de oposição ao regime em vigor. A ascensão de Saddam Hussein ao governo iraquiano instaurou vários métodos coercitivos exacerbados em um estado policial:

“Ao assumir a presidência do Iraque, no verão de 1979, Saddam Hussein imprimiu à nação um novo rumo, motivado por ambição e temor. A ambição de Saddam era transformar o Iraque no poder dominante do Golfo Pérsico e do mundo árabe. Seu temor, que a maioria xiita iraquiana se revoltasse, incentivada pela retórica do aiatolá Khomeini”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.101).

Mais a diante, com o fim do conflito com o Irã, a população iraquiana passou a acreditar que as medidas restritivas e coercitivas poderiam vir a ser flexibilizadas, afinal o país não estava mais em guerra. A diversidade de grupos étnicos e os posicionamentos religiosos conflituosos sempre foram fatores relevantes na articulação política do Iraque.

“A política iraquiana (até a Guerra do Golfo de 1991) era determinada por várias combinações oficiais nacionalistas, comunistas e baathistas, todos dedicados à unidade árabe e ao socialismo (pelo menos em teoria), mas claramente não à lei do Corão”. (HOBSBAWM, 1995, 174).

Ainda mencionando o estado autoritário instalado no Iraque, inclusive, em 1988 no mesmo ano do fim da guerra com o Irã, a população curda, localizada na região nordeste do país, foi atacada pelo próprio governo com armas químicas (gás mostarda), pois grupos armados supostamente auxiliaram os iranianos na região. Esse posicionamento é analisado sob a ótica da tentativa permanente de Saddam em se manter “firme” no poder.

“O uso do terror por Saddam como instrumento rotineiro do Estado policial destina-se a destruir a tessitura da sociedade civil, a sufocar todos os centros (centros em potencial) de oposição. (...) Os indivíduos não tem direitos; estão absolutamente subordinados aos desígnios do Estado. O Estado é subordinado a Saddam”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.52).

Portanto, a realidade iraquiana pós-conflito com o Irã e precedente à invasão do Kuwait permaneceu semelhante. Nenhuma melhora qualitativa ou quantitativa ocorrera para amenizar os longos anos de sofrimento que a população civil vinha

vivendo diariamente com a dura realidade das constantes guerras. Formava-se no horizonte a Guerra do Golfo que apenas agravaria ainda mais o empobrecimento econômico e o terror político e social presente no Estado iraquiano.

1.4 O Kuwait e o contexto da invasão

O Kuwait desfrutava de um momento bastante positivo anterior à guerra. A população desfrutava de indicadores econômicos e sociais relativamente elevados e a fonte de tantos benefícios vinha, por exemplo, da produção de petróleo e lucratividade do setor financeiro. Enquanto o país usufruía das benesses, no vizinho Iraque a economia se encontrava extremamente comprometida com o endividamento e a população já sentia que a esperança de melhorias não iria lograr após o término do conflito com o Irã.

O Iraque vinha pressionando os países produtores para elevar o preço do barril de petróleo, buscando desse modo amenizar as dificuldades internas. Entretanto, o Kuwait não tinha interesse, tanto pela parceria que desfrutava com o Ocidente, quanto pelos motivos apresentados abaixo:

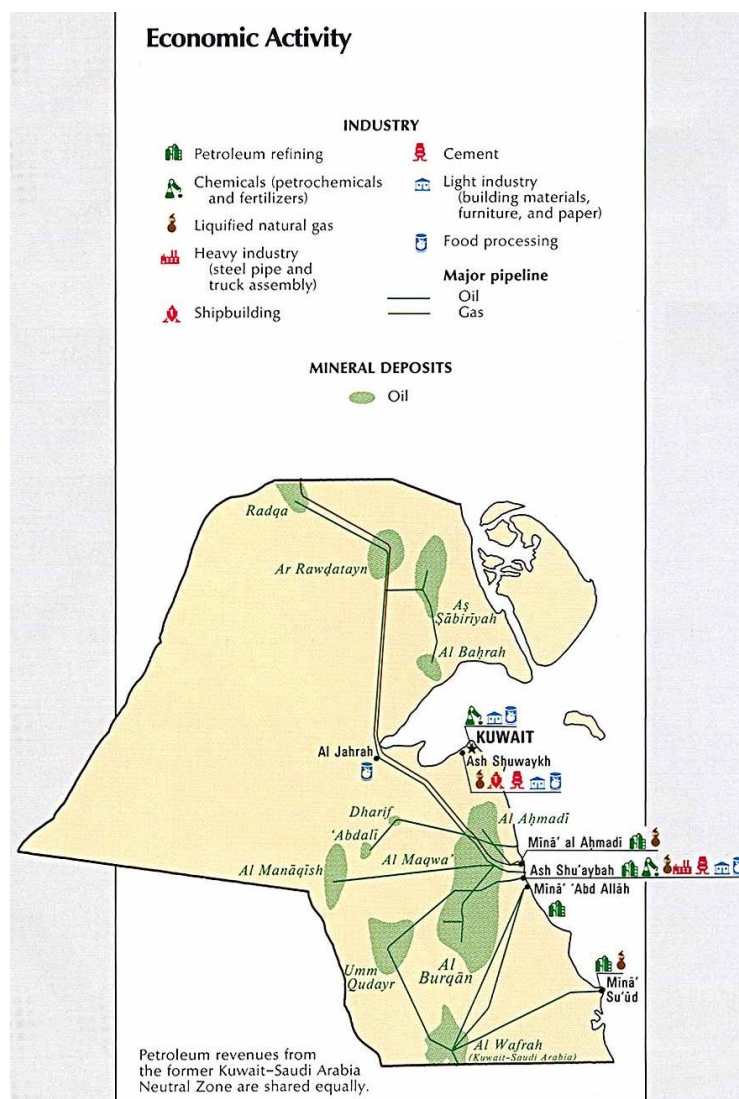
“Os kuaitianos souberam escolher seus investimentos e conselheiros, e seus lucros provenientes de aplicações no exterior estavam gradualmente ultrapassando os lucros obtidos com o petróleo. O Kuwait tinha muito pouco interesse em elevar o preço do petróleo, como propunha o Iraque, porque essas majorações provocariam queda no valor das ações, bonificações e moedas dos mercados que passaram a ser sua principal fonte de renda”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.188).

Cabe ressaltar que durante o conflito entre Irã e Iraque, o Kuwait apoiou o Iraque, sentiu-se momentaneamente aliviado das pressões iraquianas e ainda realizou contribuições financeiras, sofrendo conseqüências negativas por esse apoio, pois foi retaliado pelo Irã. Entretanto, o Kuwait também contou com auxílio americano frente às ameaças iranianas.

O Kuwait era visto pelo mundo ocidental e vizinhos árabes como “uma sociedade de comerciantes, voltada para o mundo, cosmopolita, e acima de tudo,

consumidora”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.185). Alguns dados econômicos mostram que de 1988 para 1989 houve de fato um aumento positivo nos indicadores do país. Por exemplo, o PIB do Kuwait em 1988 foi de US\$/Bilhão 19.281, em 1989 foi para US\$/Bilhão 23.855 e nos anos seguintes 1990 18.293 e 1991 10.826.¹²

Tabela 8. Atividade Econômica do Kuwait



Fonte: University of Texas Libraries. ¹³

¹² http://www.economywatch.com/economic-statistics/Kuwait/GDP_Current_Prices_US_Dollars/ <acessado em 12 de setembro de 2010>.

¹³ http://www.lib.utexas.edu/maps/atlas_middle_east/iraq_econ.jpg <acessado em 26 de julho de 2010>.

Tabela 9. Trocas entre Estados Unidos e Kuwait 1989 e 1990

Nota: todos os dados estão em milhões de dólar Americano em base nominal, sem ajustes sazonais, a menos que assim especificado

1989	Exportação	Importação	Balanço
Julho 1989	41.8	134.3	-92.5
Agosto 1989	66.1	188.7	-122.6
Setembro 1989	52.2	125.2	-73.0
Dezembro 1989	100.0	56.2	43.8
TOTAL	853.3	973.1	-119.8
1990	Exportação	Importação	Balanço
Julho 1990	45.7	17.8	27.9
Agosto 1990	1.5	131.1	-129.6
Setembro 1990	0.0	27.7	-27.7
Dezembro 1990	0.0	0.4	-0.4
TOTAL	403.4	569.2	-165.8

Fonte: U.S Census Bureau, Foreign Trade Division, Data Dissemination Branch, Washington, D.C. 20233¹⁴

Politicamente, o país se organizava sob o governo de “uma monarquia feudal, um Estado religioso no qual o álcool e outros vícios ocidentais são tabus e as mulheres não tem direito ao voto. (...) o Kuwait, relativamente aberto e tolerante, um lugar onde as autoridades estavam sempre dispostas a fechar os olhos às leis (...)”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.186).

A invasão iraquiana desestruturou o país que vinha em uma trajetória econômica positiva, e se deparou com uma realidade um tanto diversa. De agosto de 1990 em diante as trocas comerciais se deterioraram, inclusive com a exportação zerada. O governo do Kuwait foi desarticulado e a população se viu em um país totalmente ocupado.

¹⁴ Fonte: <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5130.html> <acessado em 28 de agosto de 2010>.

2. Elementos Setoriais

2.1. A relação entre o petróleo árabe e os Estados Unidos

“O petróleo do Pérsico... é nosso. Nós dividimos o petróleo do Iraque e do Kuwait. Com relação ao petróleo saudita, esse é nosso”. (Livre tradução) ¹⁵

A afirmação acima denota que a forte ligação entre Estados Unidos e Arábia Saudita vem de longos anos. A proximidade da família Bush com a monarquia governante é então uma continuidade dos laços, que envolveram fatores tanto de Estado como empresariais (petrolíferos e armamentistas).

As tabelas a seguir mostram o montante de petróleo que os Estados Unidos importavam dos respectivos países localizados no Oriente Médio. Os dados apontam a significativa importância da Arábia Saudita como fornecedor e parceiro americano. ¹⁶

Tabela 10. Importação americana da Arábia Saudita de óleo cru e produtos petrolíferos (milhares de barris por dia)

Década	Ano-0	Ano-1	Ano-2	Ano-3	Ano-4	Ano-5	Ano-6	Ano-7	Ano-8	Ano-9
1970's				486	461	715	1,230	1,380	1,144	1,356
1980's	1,261	1,129	552	337	325	168	685	751	1,073	1,224
1990's	1,339	1,802	1,720	1,414	1,402	1,344	1,363	1,407	1,491	1,478
2000's	1,572	1,662	1,552	1,774	1,558	1,537	1,463	1,485	1,529	1,004

¹⁵ “*Persian oil ... is yours. We share the oil of Iraq and Kuwait. As for Saudi Arabian oil, it's ours*”, Presidente Roosevelt para um embaixador”. (BILLON & KHATIB, 2004, p.1)

¹⁶EIA – (IRAQUE) <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTIMIZ2&f=A> ; (KUWAIT) <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTIMUSKU2&f=A> ; (ARÁBIA SAUDITA) <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTIMUSSA2&f=A> <acessado em 13 de março de 2010>

Tabela 11. Importação americana do Iraque de óleo cru e produtos petrolíferos (milhares de barris por dia)

Década	Ano-0	Ano-1	Ano-2	Ano-3	Ano-4	Ano-5	Ano-6	Ano-7	Ano-8	Ano-9
1970's				4	0	2	26	74	62	88
1980's	28	0	3	10	12	46	81	83	345	449
1990's	518	0	0	0	0	0	1	89	336	725
2000's	620	795	459	481	656	531	553	484	627	450

Tabela 12. Importação americana do Kuwait de óleo cru e produtos petrolíferos (milhares de barris por dia)

Década	Ano-0	Ano-1	Ano-2	Ano-3	Ano-4	Ano-5	Ano-6	Ano-7	Ano-8	Ano-9
1970's				47	5	16	5	48	6	8
1980's	27	0	5	14	36	21	68	84	92	157
1990's	86	6	51	353	312	218	236	253	301	248
2000's	272	250	228	220	250	243	185	181	210	182

Fonte: Dados EIA – Arábia Saudita, Iraque e Kuwait¹⁷

Diante dos dados supracitados, observa-se que o Iraque é o segundo maior fornecedor de petróleo para os Estados Unidos dentre os três países. De certo modo, essa relação comercial pode contribuir em uma visão um pouco diferente com relação a postura da política externa americana durante o conflito. O fim da invasão do Kuwait era importante por dois motivos, além da ameaça iminente de avanço das tropas iraquianas até a Arábia Saudita, a instabilidade dentro do Iraque e suas ações questionáveis exigiam uma retaliação forçada por parte dos Estados Unidos, mesmo estes sendo consumidores do petróleo iraquiano.

¹⁷ http://www.eia.doe.gov/oil_gas/petroleum/info_glance/petroleum.html <acessado em 11 de outubro de 2010>

A questão da segurança energética, como fora antes mencionada, é um fator essencial na tomada de decisão com relação aos rumos da política externa dos Estados Unidos. Os principais fornecedores de petróleo estiveram direta ou indiretamente envolvidos na Guerra do Golfo, pois além da presença no espaço geográfico do conflito, ainda havia laços econômicos e políticos que ligavam esses países com os interesses americanos.

2.2. Questão das armas no Oriente Médio sob a ótica dos Estados Unidos

“A Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença. Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vistas a uma guerra que podia estourar a qualquer momento; quarenta anos de competição das superpotências para fazer amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo (...). influentes complexos industrial-militares, tinham interesse econômico em vender seus produtos no exterior, no mínimo para reconfortar seus governos com provas de que *não* estavam engolindo os astronômicos e economicamente improdutivos orçamentos militares que os mantinham em funcionamento”. (HOBSBAWM, 1995, p.250).

Ao longo dos anos da Guerra Fria, os Estados Unidos fomentaram uma postura belicosa fortemente atrelada à economia. Presidentes de grandes empresas passavam a figurar em postos no governo americano relacionados à segurança e política externa. São vários casos, como por exemplo:

“As grandes corporações empreiteiras que faziam negócios com o Pentágono (...) no ano fiscal de 1968, segundo o senador William Proxmire, as cem empresas que realizaram mais de dois terços dos principais projetos militares tinham em suas folhas de pagamento “2.072 oficiais militares reformados (...)”. (...) Um seleto grupo de organizações que atuavam como elos entre a indústria e os militares (...). Dezesesseis organizações subsidiadas pelo Departamento de Defesa, conhecidas como *think tanks* (...)”. (LENS, 2006, p.558).

O *slogan* de Dick Cheney, quando Secretário de Defesa, ao se tratar do Oriente Médio, evidenciava a postura americana com relação à questão armamentista: “Armas para os amigos e controle de armas para os inimigos”. (URBINA, 2000, p.11).

Todas essas negociações resultavam de uma ambição primordial que norteava as ações desses interesses diretamente envolvidos, pois grande parte da

economia americana tem vínculos estreitos com a indústria bélica-militar. “A transformação interna da América pelo complexo industrial-militar, por mais importante que tenha sido, foi, no entanto, simplesmente um subproduto de um objetivo externo – o imperialismo global”. (LENS, 2006, 563).

Dados da CIA (Agência Central de Inteligência) sobre *World Defense Forces*¹⁸ de 1990 informam:

- Ramos: terra, mar e forças armadas em todos os níveis de tecnologia.
- Força militar humana: 29.15 milhões de pessoas nas forças de defesa no mundo (1987).
- Despesas em defesa: 5.4% do Produto Mundial Bruto, ou 1.1 trilhão (1989 est.).

Uma fonte interessante que pode complementar a reflexão proposta são as informações relacionadas à exportação de armamentos oriundos dos Estados Unidos e sua destinação para alguns países do Oriente Médio. Os dados estão expressos em milhão de dólar nos preços constantes de 1990 (valores indicativos zero mostram que o valor computado é menor que US\$ 0.5 milhão).

Tabela 13. Exportação de armamentos produzidos nos Estados Unidos

<u>SIPRI</u>	1989	1990	1991	Total
Israel	25	70	1217	1311
Arábia Saud.	233	962	400	1595
Kuwait		10	41	51

Fonte: SIPRI – Arms Transfers Database¹⁹

¹⁸ CIA. World Factbook. http://www.theodora.com/wfb1990/world/world_military.html <acessado em 5 de junho de 2010>

¹⁹ SIPRI: http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php <acessado em 8 de maio de 2010>

Outro ponto a ser observado é a relação comercial petróleo-armas entre Estados Unidos e Arábia Saudita que é evidenciado pelos números apresentados.

O Iraque só consta como importador de armas dos Estados Unidos até 1988 (valor – US\$ 125/mi), de 1989 até 1991 o país nem mesmo figura na lista apresentada pelo órgão de pesquisa. A grande parceria comercial bélica iraquiana ainda era com a União Soviética. A tabela seguinte é semelhante à supracitada, mas esta apresenta dados de exportação de armas da União Soviética para os seguintes países.

Tabela 14. Exportação de armamentos produzidos na União Soviética

SIPRI	1989	1990	1991	Total
Iraque	1258	523		1781
Kuwait	57	188		245
Síria	623	689	19	1331

Fonte: SIPRI – Arms Transfers Database²⁰

Um exemplo das parcerias comerciais bélicas do Iraque antes da Guerra do Golfo pode ser observado no parágrafo abaixo com dados coletados no contexto do conflito com o Irã. Esse fluxo de armamentos demonstra como o Iraque barganhava com ambas as potências hegemônicas, e ainda, como durante o conflito vários países forneceram equipamentos tanto por motivações políticas e outros por razões meramente econômicas.

Antes da guerra contra o Irã os principais fornecedores de armas eram: União Soviética, França e Brasil. Já ao longo do confronto: Estados Unidos, União Soviética, China, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Áustria, Suíça, Egito, Jordânia, Coréia do Norte, Brasil e Chile (mais alguns países forneceram suporte), (STORK, 1984, pp. 39 – 40).

²⁰ SIPRI: http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php <acessado em 8 de maio de 2010>

Ainda que possamos aceitar que a formação do arsenal iraquiano tenha se beneficiado de fluxos ilegais de armas, é necessário levar-se em conta a ressalva de Laurence:

“Enquanto é tentador ver a aquisição iraquiana de modo negativo, uma visão compartilhada por quase todos os Estados, eles não eram necessariamente ilegais”. (Livre tradução) ²¹

Portanto, é razoável sugerir que a situação do comércio de armamentos no âmbito do Oriente Médio segue de certo modo o fluxo internacional. Empresas querem vender, enquanto governos e grupos político-militar querem comprar. E na região apontada, o petróleo é visto como uma forma de pagamento atrativa.

2.3 A relação de proximidade entre Estados Unidos e Israel e suas consequências

A aproximação entre Israel e Estados Unidos tem objetivos que por vezes parecem divergir dos ditos “interesses nacionais” americanos. Entretanto, há razões fundamentais que justificam essa aliança tão próxima que permeia a política americana nos âmbitos interno e externo, e ainda, provoca questionamentos por parte dos países árabes rotulados como “amigos”. Uma possibilidade de análise pode ser observada na seguinte afirmação:

“Por que os Estados Unidos dão um suporte tão forte para Israel? Como o debate anterior mostrou, os Estados Unidos suportam Israel por duas razões básicas, política e militar. A força política exercida é forte, mas não pragmática. A submissão às atividades “lobistas” de grupos de interesse especiais colocou os Estados Unidos no papel de irmão mais velho de Israel. Frequentemente, Israel atua como um irmão mais novo mimado e superprotegido. O suporte militar é onde os Estados Unidos colhem os maiores dividendos. Os benefícios da conexão militar entre EUA-Israel não poderia ser repetida por nenhum outro país”. (Livre tradução) ²²

²¹ “While it is tempting to view Iraq's acquisitions negatively, a view shared by almost all states, they were not necessarily illegal”. (LAURENCE, 1992, p.502).

²² “Why does the United States give strong support to Israel? As the previous discussion has shown, the United States supports Israel for two basic reasons, political and military. The political force exerted is a strong but not pragmatic one. Submission to special interest groups lobbying activities has placed the United States in a big brother role to Israel. Often, Israel plays the part of the spoiled and overindulged younger sibling. Military support is where the United States reaps the greatest dividends. The benefits of the U.S. -Israeli military connection could not have been

Os Estados Unidos, diante do interesse político e energético ligado à região, tiveram que articular uma política externa que pudesse viabilizar a questão petrolífera ligada aos árabes e que atendesse os anseios israelenses, principalmente com relação a ser a potência hegemônica regional. A afirmação a seguir elucida as consequências da aproximação entre Estados Unidos e Israel: “A assistência militar americana, superando em muito os níveis anteriores, fortaleceu a posição de Israel como potência militar dominante na região” (CHOMSKY, 2007, p.513)

Internamente, os congressistas americanos, no âmbito da política externa tinham que lidar com a questão do apoio ao Iraque para que não ocorresse lá algo semelhante como o acontecido no Irã, em nome da questão energética. Apesar disso, os grupos sionistas pró-Israel condenavam o apoio, pois temiam que o fortalecimento militar do Iraque pudesse causar efeitos negativos com relação à Israel.

Acerca do posicionamento de Israel frente ao conflito dos anos 80, o Ministro da Defesa Yitzhak Rabin respondeu ao pedido iraquiano de reaproximação, de forma muito pragmática: “Mudei de ideia. A continuidade da guerra Irã – Iraque não serve aos interesses de Israel, ela gera uma corrida armamentista”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.116).

Chomsky interpreta a realidade das decisões do Estado americano acima de qualquer influência sionista; entretanto, o que o presente trabalho buscará apresentar ao longo dos capítulos seguintes é que essa relação do Estado com os grupos de interesse não é algo simplesmente utilizado em um discurso funcionalista. Há um grau de complexidade elevado por se tratar de interesses e ambições que podem conflitar e divergir em vários momentos. Mas segue a citação como um básico contraponto:

“Costuma-se argumentar que a política americana em relação ao Oriente Médio é dominada por uma “relação especial” com Israel assentada em algum compromisso moral ou em questões de política interna. Trata-se de um postulado dos mais dúbios. (...) À medida que evoluem os interesses fundamentais salvaguardados pelo governo americano, a política com relação à Israel irá mudando, independentemente de qualquer mitologia

duplicated by any other country”. (BAILEY, 1990, p.1).

pluralista ou de retóricas moralistas, invariavelmente invocadas quando atendem a alguma finalidade útil”. (CHOMSKY, 2007, p.518).

No contexto dos anos 70, a seguinte afirmação elucida a postura americana: “A preocupação fundamental do governo americano não é com Israel ou com seus vizinhos imediatos, e sim com o controle das vastas reservas de energia do Oriente Médio”. (CHOMSKY, 2007, p.514).

Estados Unidos e Israel, como mencionado anteriormente, vivenciaram uma parceria um tanto especial, um exemplo claro dessa relação pode ser identificado no episódio envolvendo a destruição do complexo nuclear iraquiano de Osirak. Diante da ação destrutiva de Israel para com a planta nuclear iraquiana, o país atacado retaliou com o lançamento de vários mísseis. Entretanto, mesmo diante da resposta militar do Iraque, os Estados Unidos pediram para que Israel não desse qualquer prosseguimento bélico-militar em um possível ataque de contra-ataque. O ataque que destruiu o complexo nuclear ocorreu aparentemente da seguinte maneira:

“Tudo acabou em menos de um minuto. No final da tarde do domingo, 7 de junho de 1981, oito F-16 de Israel e seis caças F-15 zuniram no céu e arrasaram o bem mais precioso do Iraque, o reator nuclear Osirak (...). A usina nuclear ficava nos arredores de Bagdá e era guardada por mísseis *Roland* franceses, e soldados que não tiveram tempo para um simples disparo”. (MILLER & MYLROE, 1990, p.145).

Enquanto para os israelenses, o desequilíbrio do presidente iraquiano Saddam Hussein figurou como um argumento constante na defesa de um ataque preventivo que o destituísse do poder. Para os Estados Unidos, a frágil situação política do Iraque requeria certa complacência israelense evitando assim um conflito militar de grandes proporções no Oriente Médio.

Portanto, a complexidade da região está não apenas nos atores centrais, e sim, principalmente, nos meandros políticos das articulações de interesses. Cada país tem seu poder de barganha junto aos Estados Unidos, uns mais outros menos, mas os rumos da política externa americana representam a força condutora do tabuleiro formado pelo Oriente Médio e sua realidade peculiar.

PARTE II:

INFLUÊNCIA E DECISÃO

3. Grupos de Interesse, pressão e *lobby*

Após a contextualização apresentada no primeiro capítulo, neste momento é relevante tratar da conceituação teórica acerca do *lobby* e dos grupos de pressão que são o objeto do presente estudo. A reflexão teórica acerca dos grupos foi introduzida por Arthur Bentley no livro *The process of government* em 1908. Abaixo temos a definição de “grupo” apresentada pelo autor:

“O termo “grupo” será utilizado ao longo deste trabalho em um sentido técnico. Significa uma certa parcela de homens de uma sociedade, tomado, entretanto, não como uma massa física recortada de outras massas de homens, mas como uma atividade de massa, o que não impede que os homens que participam nisso participem igualmente em muitas outras atividades de grupos. Isso é sempre vários homens com todas suas qualidades humanas. Isso é sempre vários homens, agindo ou tendendo a uma ação – que é, vários estágios de ação. Grupo e atividade de grupo são termos equivalentes com apenas uma pequena diferença de ênfase, útil apenas para a objetividade da expressão em diferentes contextos”. (BENTLEY, 1908, p.211). (Livre tradução)²³

Compreender o funcionamento dos grupos e a articulação acerca dos interesses em pauta é relevante para a compreensão do funcionamento e da estruturação dos grupos de pressão e interesse, bem como para análise da prática do *lobby*. A definição de grupos apresentada por Bentley evidencia a ligação da expressão grupos e interesse de acordo com o objetivo de sua obra:

“Agora é necessário seguir em um próximo passo na análise do grupo. Não há grupo sem seus interesses. Um interesse, como o termo será utilizado no trabalho, é equivalente ao grupo. Podemos falar também de um grupo de interesse ou de interesses de um grupo, novamente, por mera objetividade da expressão. O grupo e o interesse não se separam”. (BENTLEY, 1908, p.211). (Livre tradução)²⁴

²³ “The term “group” will be used throughout this work in a technical sense. It means a certain portion of the men of a society, taken, however, not as a physical mass cut off from other masses of men, but as a mass activity, which does not preclude the men who participate in it from participating likewise in many other group activities. It is always so many men with all their human quality. It is always so many men, acting, or tending toward action—that is, in various stages of action. Group and group activity are equivalent terms with just a little difference of emphasis, useful only for clearness of expression in different contexts”. (BENTLEY, 1908, p.211).

²⁴ “It is now necessary to take another step in the analysis of the group. There is no group without its interest. An interest, as the term will be used in this work, is the equivalent of a group. We may speak also of an interest group or of a group interest, again merely for the sake of clearness in expression. The group and the interest are not separate”. (BENTLEY, 1908, p.211).

No verbete “grupos de pressão” do Dicionário de Política, Pasquino conceitua *lobby* da seguinte maneira:

“trata-se de uma atividade, ou melhor, de um processo, mais do que uma organização. É o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos decision-makers os desejos de seus grupos. Lobbying é portanto e sobretudo uma transmissão de mensagens do Grupo de pressão aos decision-makers, por meio de representantes especializados (em alguns casos, como nos Estados Unidos, legalmente autorizados), que podem ou não fazer uso da ameaça de sanções”. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1992, pp. 563-564).

As três vertentes analisadas na pesquisa demonstram que a esfera de atuação dos grupos de interesses vai além das ambições apenas econômicas, pois no caso do segmento sionista fica evidente a defesa da ideologia que almeja a liderança regional de Israel no Oriente Médio. Já os grupos bélico e petrolífero estão diretamente associados ao aspecto financeiro de suas respectivas pautas de interesses.

A forma de articulação e a prática do *lobby* por parte dos três setores supracitados perpassam por uma forte atuação nos dois poderes estatais, diretamente responsáveis pela tomada de decisão, sendo eles o Legislativo e o Executivo (*decision-makers*).

No Legislativo, os grupos de pressão atuam por meio de financiamentos de campanha, articulação da opinião pública em votações relevantes e outros mecanismos de persuasão. Já no Executivo, a presença é semelhante, embora esse poder sofra, além da influência direta dos agentes lobistas, a ação indireta dos congressistas que buscam uma decisão governamental condizente com os interesses amplamente defendidos.

Após essa breve introdução teórica, a primeira parte do presente capítulo se propõe a apresentar pontualmente os três *lobbies* elencados no contexto da Guerra do Golfo. Já o segundo segmento apresentará os personagens importantes dos eventos ligados ao conflito, como essa esfera decisória atuou com respaldo da participação do Congresso americano em dois momentos distintos, primeiro com a operação defensiva *Desert Shield* e posteriormente a ação ofensiva *Desert Storm*.

3.1. O grupo pró-Israel

O lobby sionista se manifesta por meio de várias instituições que foram se consolidando e permeando várias esferas de debate, tanto acadêmicas quanto de naturezas diversas. JINSA (*The Jewish Institute for National Security Affairs*), AIPAC (*The American Israel Public Affairs Committee*), MEF (*Middle East Forum*) e WINEP (*Washington Institute for Near East Policy*) são alguns exemplos desses centros de debate e exercício da ideologia pró-Israel.

Esses grupos são freqüentemente identificados pela grande mídia que reconhece o alcance da influência desse setor. Afinal a busca de respaldo junto à opinião pública além de ser um dos objetivos do exercício do *lobby* é importante como instrumento de coação junto aos congressistas. Um exemplo evidente dessa ação na grande mídia pode ser observado no seguinte anúncio veiculado no de grande circulação:

Figura 1. Anúncio do JINSA

THE WALL STREET JOURNAL.
WEDNESDAY, MAY 5, 2010 • VOL. CCLV NO. 104

ISRAEL AS A SECURITY ASSET FOR THE UNITED STATES

WE, THE UNDERSIGNED, have traveled to Israel over the years with the Jewish Institute for National Security Affairs (JINSA). We brought with us our decades of military experience and, following unrestricted access to Israel's civilian and military leaders, came away with the unshakable belief that the security of the State of Israel is a matter of great importance to the United States and its policy in the Middle East and Eastern Mediterranean. A strong, secure Israel is an asset upon which American military planners and political leaders can rely. Israel is a democracy – a rare and precious commodity in the region – and Israel shares our commitment to freedom, personal liberty and rule of law.

Throughout our travels and our talks, the determination of Israel to protect their country and to pursue a fair and workable peace with their neighbors was clearly articulated. Thus, we view the current tensions between the United States and Israel with dismay and grave concern that political differences may be allowed to outweigh our larger mutual interests.

As American defense professionals, we view events in the Middle East through the prism of American security interests.

The United States and Israel established security cooperation during the Cold War, and today the two countries face the common threat of terrorism by those who fear freedom and liberty. Historically, close cooperation between the United States and Israel at all levels including the IDF, military research and development, shared intelligence and bilateral military training exercises enhances the security of both countries. American police and law enforcement officials have reaped the benefit of close cooperation with Israeli professionals in the areas of domestic counter-terrorism practices and first response to terrorist attacks.

Israel and the United States are drawn together by shared values and shared threats to our well-being.

The proliferation of weapons and nuclear technology across the Middle East and Asia, and the ballistic missile technology to deliver systems across wide areas, require cooperation in intelligence, technology and security policy. Terrorism, as well as the origins of financing, training and executing terrorist acts, needs to be addressed multilaterally when possible. The dissemination of hatred and support of terrorism by violent extremists in the name of Islam, whether state or non-state actors, must be addressed as a threat to global peace.

In the Middle East, a volatile region so vital to US interests, it would be foolish to disengage – or degenerate – an ally such as Israel.

Lawrence General Mark Anderson, USAF (ret.)
Rear Admiral Charles Boren, USN (ret.)
General William Rogers, USAF (ret.)
Lieutenant General Harold W. Rice, USMC (ret.)
Rear Admiral Stanley W. Ryan, USN (ret.)
Lieutenant General Anthony Bernhard, USAF (ret.)
Lieutenant General Neal Coyan, USA (ret.)
Admiral Leon Ebery, USN (ret.)
Brigadier General William F. Engel, USA (ret.)
Major General Bobby Floyd, USAF (ret.)
General John Fox, USA (ret.)
Major General Paul Fulbright, USMC (ret.)
Major General David Greig, USA (ret.)
Lieutenant General Tom Griffin, USA (ret.)
Lieutenant General Earl Hallinan, USMC (ret.)
Lieutenant General John Hall, USAF (ret.)
General Alfred Hanson, USAF (ret.)
Rear Admiral James Hinkle, USN (ret.)
General Hal Hornburg, USAF (ret.)
Major General James T. Jackson, USA (ret.)
Admiral James Johnson, USN (ret.)
Rear Admiral Herb Keller, USN (ret.)
Vice Admiral Bernard Kealoren, USN (ret.)
General William F. Korman, USA (ret.)
Lieutenant General Donald M. Linnert, USA (ret.)
Major General Homer Long, USA (ret.)
Major General Bradley M. Lutz, USMC (ret.)
Major General Jarvis Lynch, USMC (ret.)
General Robert Magnus, USMC (ret.)
Lieutenant General Charles May, Jr., USAF (ret.)
Vice Admiral Martin Meyer, USN (ret.)
Major General James McComb, USA (ret.)
Lieutenant General Fred McCorkle, USMC (ret.)
Rear Admiral W. F. Morin, USCG (ret.)
Rear Admiral Mark Mullen, USN (ret.)
Rear Admiral Ripley Mason, USN (ret.)
Major General William Moore, USA (ret.)
Lieutenant General Carol Moore, USMC (ret.)
Major General Gordon Nash, USMC (ret.)
Major General Larry T. Northrup, USAF (ret.)
Lieutenant General Tad Osterom, USAF (ret.)
Major General James D. Parker, USA (ret.)
Vice Admiral J. T. Parker, USN (ret.)
Major General Robert Patterson, USAF (ret.)
Vice Admiral James Perkins, USN (ret.)
Rear Admiral Bruce Perreman, USCG (ret.)
Lieutenant General Alan F. Rogers, USAF (ret.)
Rear Admiral Richard Rybacki, USCG (ret.)
General Chester Saas, USA (ret.)
Rear Admiral Norm Saunders, USCG (ret.)
General Laurence Skelton, USAF (ret.)
Major General Sid Shattara, USA (ret.)
Rear Admiral Jeremy Taylor, USN (ret.)
Major General Larry Taylor, USMC (ret.)
Lieutenant General Larry Tracy, USAF (ret.)
Vice Admiral Jerry D. Tinkle, USN (ret.)
General Louis Wagner, USA (ret.)
Rear Admiral Thomas Wilson, USN (ret.)
Lieutenant General Robert Wingates, USMC (ret.)
Rear Admiral Guy Zoller, USN (ret.)

— signatures as of April 12, 2010

JINSA
www.jinsa.org

Fonte: sítio do JINSA.²⁵

O JINSA, por exemplo, foi criado nos anos 70, com a intenção de buscar afirmar a importância de Israel para os objetivos e interesses estratégicos da política externa americana para a região do Oriente Médio, além de incluir a defesa de Israel.²⁶

Já a AIPAC é abertamente uma instituição que trabalha com o lobby pró-Israel junto ao Congresso e ao Executivo americanos.²⁷ Essa presença tão marcante nos Estados Unidos não é algo recente:

“A influência que grupos como AIPAC hoje desfrutam não emergiu do dia para a noite. Durante os primeiros anos do Sionismo, e até depois da fundação de Israel, o lobby pró-Israel tendeu a ocorrer silenciosamente atrás das cenas e frequentemente dependente de contatos pessoais entre influentes oficiais do governo, especialmente o presidente, e um pequeno número de líderes judeus, conselheiros pró-sionista ou amigos judeus”.
(Livre tradução)²⁸

A AIPAC tem mais de meio século de funcionamento e é registrada nos Estados Unidos com empresa de *lobby* que conta com financiamento privado. Tem cerca de cem mil membros e é, segundo o jornal *The New York Times*: “a organização mais importante influenciando o relacionamento da América com Israel”.
(Livre tradução)²⁹ Essa organização exerce diretamente sua influência no legislativo e no executivo, sempre ressaltando a importância vital da parceria entre Estados Unidos e Israel, como uma co-existência necessária para ambos.

²⁵ Wall Street Journal – 05/05/2010, Vol.CCLV, No 104 <http://www.jinsa.org/node/1810> <acessado em 08 de setembro de 2010>

²⁶ JINSA: <http://www.jinsa.org/node/3> <acessado em 08 de setembro de 2010>

²⁷ AIPAC: http://www.aipac.org/about_AIPAC/default.asp <acessado em 10 de setembro de 2010>

²⁸ “The influence that groups like AIPAC now enjoy did not emerge overnight. During Zionism’s early years, and even after Israel’s founding, lobbying on Israel’s behalf tended to occur quietly behind the scenes and usually depended on personal contacts between influential government officials, especially the president, and a small number of Jewish leaders, pro-Zionist advisers, or Jewish friends”. (MEARSHEIMER e WALT, 2007, p.117).

²⁹ “ the most important organization affecting America’s relationship with Israel”. AIPAC: http://www.aipac.org/about_AIPAC/Learn_About_AIPAC/26.asp <acessado em 09 de setembro de 2010>

Figura 2. “Benefícios Mútuos da Relação entre EUA e Israel” segundo a AIPAC



Fonte: AIPAC. *Near East Report: AIPAC's Biweekly on Middle East Policy*. 1-15 de Maio de 2008, pp. 22-23.³⁰

O MEF é um *think tank* criado nos anos 90 com o intuito de debater os problemas e ameaças do Oriente Médio com relação aos interesses e a segurança americana. E o WINEP, também considerado um *think tank*, foi fundado nos anos 80 com o objetivo de estimular o debate acerca da política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Como afirmam Mearsheimer e Walt:

“O Projeto para o Novo século americano neoconservador diz que Israel é “o principal aliado dos Estados Unidos contra o terrorismo internacional”, e a JINSA diz que “a cooperação estratégica entre Estados Unidos e Israel é um componente vital na equação da segurança global para os Estados Unidos”. De acordo com Martin Kramer, um pesquisador ligado ao Shalem Israel Center e ao WINEP, os Estados Unidos suportam Israel, não por causa da “culpa do holocausto ou por compartilhar valores democráticos”, mas porque a ajuda à Israel “sustenta a pax americana no Oriente Médio”. O estrategista israelense Efraim Inbar concorda, declarando que “no caso da continuidade do apoio americano à Israel como um importante aliado estratégico devido à sua localização estratégica e estabilidade política, assim como sua estrutura militar e tecnológica é muito forte”. (Livro tradução)³¹

³⁰ AIPAC: <http://www.aipac.org/Publications/AIPACPeriodicalsNearEastReport/NER050108.pdf> <acessado em 07 de setembro de 2010>

³¹ “The neoconservative Project for the New American Century (PNAC) calls Israel “America’s staunchest ally against international terrorism”, and the JINSA says, “U.S.-Israel strategic cooperation is a vital component in the global security equation for the United States”. According to Martin Kramer, a research fellow at Israel’s Shalem Center and at the WINEP, the United States backs Israel not because of “Holocaust guilty or shared democratic values,” but because aid to Israel “underpins the pax Americana in the Eastern Middle East.” The Israeli strategist Efraim Inbar agrees, declaring that

O *lobby* pró-guerra em 1990, por parte dos grupos sionistas, contou também com a *Committee for Peace and Security in the Gulf*, organização criada em 1990 por Richard Perle, Ann Lewis e o congressista Stephen J. Solarz (democrata-NY) com o objetivo de praticar *lobby* na Primeira Guerra do Golfo. (MEARSHEIMER e WALT, 2007, p.244).

A articulação política entre Estados Unidos e Israel tem pontos de aproximação e afastamento, movimentação essa pautada na estratégia e nos objetivos da política externa americana em dado momento. Um ponto de convergência constante se apresenta no discurso de que ambos os Estados são vítimas diretas do terrorismo internacional de origem árabe.

“A primeira Guerra do Golfo revelou a extensão de que Israel foi se tornando uma fronteira estratégica. Os Estados Unidos não podiam utilizar as bases israelenses sem romper com a coalisão anti-Iraque, e teve que diversificar suas fontes (exemplo, bateria de mísseis Patriot) para evitar que Tel Aviv fizesse algo que poderia ferir a aliança contra Saddam Hussein. A História se repetiu em 2003: embora Israel estivesse ansioso para que os Estados Unidos atacassem o Iraque, Bush não poderia pedir auxílio sem desencadear a oposição árabe. Então Israel permaneceu no segundo plano novamente. Se iniciando em 1990, e mais ainda após o 11 de setembro, o apoio dos Estados Unidos foi justificado pela alegação de que os dois países vinham sofrendo ameaças por grupos terroristas de origem árabe e do mundo muçulmano, e que os “Estados párias” que suportavam esses grupos buscavam armas de destruição de massa. (Livre tradução)³²

A priori, pensa-se no *lobby* sionista composto apenas de defensores de Israel e judeus, entretanto, outros segmentos respaldam os anseios desse grupo. Os neoconservadores, por exemplo, tiveram um relevante papel na defesa dos interesses sionistas, embora esse posicionamento seja questionado por aqueles rotulados de “neocons”.

“the case for the continued US support of Israel as an important strategic ally due to its strategic location and political stability, as well as its technological and military assets, is very strong”. (MEARSHEIMER e WALT, 2007, p.50).

³² “The first Gulf War revealed the extent to which Israel was becoming a strategic burden. The U.S. could not use Israeli bases without rupturing the anti-Iraq coalition, and had to divert resources (e.g., Patriot missile batteries) to prevent Tel Aviv doing anything that might harm the alliance against Saddam Hussein. History repeated itself in 2003: although Israel was eager for the U.S. to attack Iraq, Bush could not ask it to help without triggering Arab opposition. So Israel stayed on the sidelines once again. Beginning in the 1990s, and even more after 9/11, U.S. support has been justified by the claim that both states are threatened by terrorist groups originating in the Arab and Muslim world, and by “rogue states” that back these groups and seek weapons of mass destruction”. (MEARSHEIMER et alli, 2006, pp. 85).

A evolução dessa vertente política tem sua origem na frustração vivenciada pelos liberais anticomunistas que não encontravam espaço dentro do próprio partido democrata. Dos anos 70 em diante, com a diminuição da política de bem-estar social, as várias tentativas de redução do poder estatal, o fortalecimento da política externa americana como ponto central da superação hegemônica e a vitória do capitalismo sobre o comunismo com o fim de Guerra Fria, a agenda neoconservadora foi se consolidando como política de Estado e de Governo, com a retomada republicana do executivo americano (Nixon, Reagan e Bush).

O autor referência no debate acerca do movimento neoconservador é Irving Kristol que afirma: “Neoconservadorismo é a primeira variante do conservadorismo americano no século passado, que está na origem americana”. (Livre tradução) ³³

A política externa na pauta neoconservadora é de extrema relevância na manutenção da hegemonia global americana e no discurso de disseminação da democracia. Por isso, a justificativa apresentada pelos “neocons” com relação a estreita ligação entre Estados Unidos e Israel se justifica pelo fato do primeiro ser um “modelo” de democracia ocidental consolidada enquanto os países árabes da região do Oriente Médio seriam economicamente desorganizados, politicamente instáveis e culturalmente atrasados.

A crítica recorrente afirma que os judeus “neocons” colocaram os interesses do grupo acima dos “interesses nacionais americanos”. Desse modo, o intenso relacionamento entre os Estados Unidos e Israel seria respaldado pelo *lobby* mesmo diante de um possível prejuízo para os americanos. Já o economista e colunista da grande mídia estadunidense Irwin Stelzer contesta essa visão e afirma ser uma criação: Isso é um mito – dominação judaica do neoconservadorismo, e subserviência neoconservadora para os interesses de Israel mesmo quando esses interesses se confrontam com os interesses dos Estados Unidos (...). (Livre tradução) ³⁴

Com isso os objetivos do *lobby* sionista ganham representantes no âmbito privado e principalmente, na esfera pública (nos três poderes):

³³ “Neoconservatism is the first variant of American conservatism in the past century that is in the “American grain.” (KRISTOL, 2003. p.1).

³⁴ “It is the myth – jewish domination of neoconservadorism, and neocon subservience to the interests of Israel even when those interests clash with the interests of United States (...). (STELZER, 2004, p.7).

“O lobby também inclui proeminentes cristãos evangélicos como Gary Bauer, Jerry Falwell, Reed Ralph, e Pat Robertson, bem como Dick Armey e Tom DeLay, ex-líderes da maioria da Câmara dos Representantes, todos que acreditam que o renascimento de Israel é o cumprimento da profecia bíblica e apoiam a agenda expansionista; para fazer o contrário, eles acreditam, seria contrária à vontade de Deus. Gentios neoconservadores, como John Bolton, Robert Bartley, o ex-editor do Wall Street Journal, William Bennett, ex-secretário de educação, Jeane Kirkpatrick, ex-embaixador na ONU, e o influente colunista George Will, também são firmes apoiadores.” (Livre tradução)³⁵

No que se refere à atuação do *lobby*, há uma forte crítica direcionada ao segmento, entretanto, vários outros setores praticam o *lobby* da mesma maneira, sempre buscando ter seus anseios atendidos por meio da troca de favores, do recebimento de vantagens e da defesa a qualquer preço dos interesses em questão. A afirmação seguinte evidencia o caráter geral da ação do *lobby*:

“Em suas operações básicas, o lobby de Israel não é diferente da do lobby agropecuário, lobby do aço, do sindicato dos trabalhadores do setor têxtil, ou outros lobbies étnicos. Não há nada de impróprio sobre judeus norte-americanos e seus aliados cristãos para tentar influenciar a política dos EUA: as atividades do lobby não são uma conspiração do tipo descrito em tratados como os Protocolos dos Sábios de Sião. Para a maior parte, os indivíduos e grupos que o compõem estão fazendo apenas o que outros grupos de interesse especial fazem, mas fazem muito melhor. Em contrapartida, os grupos de interesse pró-árabes, na medida em que eles existem, são fracos, o que torna a tarefa ainda mais fácil o lobby de Israel”. (Livre tradução)³⁶

A influência do lobby busca assegurar os interesses defendidos, tanto na esfera legislativa para que esta pressione o executivo e também faz a pressão de modo direto na esfera responsável pela tomada de decisão. A presença dos interesses pró-Israel está presente no cotidiano político americano desde o reconhecimento do Estado de Israel em 1948, mas a polaridade interna perpassou

³⁵ “The Lobby also includes prominent Christian evangelicals like Gary Bauer, Jerry Falwell, Ralph Reed, and Pat Robertson, as well as Dick Armey and Tom DeLay, former majority leaders in the House of Representatives, all of whom believe Israel's rebirth is the fulfillment of biblical prophecy and support its expansionist agenda; to do otherwise, they believe, would be contrary to God's will. Neo-conservative gentiles such as John Bolton; Robert Bartley, the former Wall Street Journal editor; William Bennett, the former secretary of education; Jeane Kirkpatrick, the former UN ambassador; and the influential columnist George Will are also steadfast supporters.” (MEARSHEIMER et alli, 2006, pp. 89).

³⁶ “In its basic operations, the Israel Lobby is no different from the farm lobby, steel or textile workers' unions, or other ethnic lobbies. There is nothing improper about American Jews and their Christian allies attempting to sway U.S. policy: the Lobby's activities are not a conspiracy of the sort depicted in tracts like the Protocols of the Elders of Zion. For the most part, the individuals and groups that comprise it are only doing what other special interest groups do, but doing it very much better. By contrast, pro-Arab interest groups, in so far as they exist at all, are weak, which makes the Israel Lobby's task even easier.” (MEARSHEIMER et alli, 2006, pp. 90).

distintos momentos. É notório que desde 1948, Democratas e Republicanos se alternaram no apoio ao Estado de Israel, de modo que é possível perceber até a Guerra dos Seis Dias uma adesão dos políticos democratas à idéia de defesa da integridade israelense, e após esta guerra, a proeminência dos Republicanos, liderados na ocasião por Richard Nixon, no entendimento de que Israel se apresentava como um “aliado útil e potência militar”. (Livre tradução)³⁷

O fim da Guerra Fria teria dado início, segundo Pipes, a uma terceira era, na qual o recuo democrata quanto a Israel teria sido acompanhado pelo apoio ainda mais radical dos republicanos, de modo que “A esquerda fez da causa árabe-palestina o centro de sua visão de mundo (...) enquanto a direita aprofundou seu alinhamento político e religioso com Israel”. (Livre tradução)³⁸

Algumas estratégias são elaboradas pelos defensores dos interesses em questão com o objetivo de alcançar suas solicitações, além disso, a disseminação da ideologia é importante para assegurar certo apoio, principalmente nos meios mais influentes da sociedade americana.

O *lobby* se articula por meio de duas estratégias. Tanto pressionando os poderes executivo e legislativo em Washington, quanto reafirmando e promovendo por meio de um discurso público os pontos positivos de Israel e reafirmando os mitos sobre sua fundação e promovendo o ponto de vista no âmbito político. Além disso, “o controle do debate é essencial para garantir o apoio dos Estados Unidos, pois um diálogo cândido das relações entre Estados Unidos e Israel poderia levar os americanos a favorecer uma política diferente”. (Livre tradução)³⁹

A efetividade da influencia do *lobby* se concentra no Congresso, onde se tenta blindar críticas relacionadas à Israel. Uma das razões para isto está no fato de que: “(...) alguns dos membros-chave são Cristãos sionistas como Dick Armeý, que disse em Setembro de 2002: ““ Minha prioridade número um na política externa é proteger Israel”. Poderia se pensar que a prioridade número um para qualquer congressista

³⁷ “military powerhouse and useful ally” (PIPES, 2006, p. 1).

³⁸ “The left made the Palestinian Arab cause a centerpiece of its worldview (...) while the right deepened its religious and political alignment with Israel” (PIPES, 2006, p. 1).

³⁹ “controlling the debate is essential to guaranteeing U.S. support, because a candid discussion of U.S.-Israeli relations might lead Americans to favor a different policy”. (MEARSHEIMER et alli, 2006, p. 90).

seria proteger os Estados Unidos. Há também senadores e deputados judeus que trabalham para garantir que a política externa dos EUA apóia os interesses de Israel.” (Livre tradução) ⁴⁰

A AIPAC representa um núcleo de influência deste *lobby* no Congresso, e o financiamento de deputados e senadores que apoiam o setor assegura o êxito do grupo que defende tais interesses, afinal o dinheiro é um aspecto crítico da eleição nos Estados Unidos. Desta forma, a AIPAC garante o apoio financeiro para os “amigos” das ações pró-Israel. Por outro lado, “qualquer um que parecer hostil à Israel pode ter certeza que a AIPAC irá financiar diretamente a campanha de seu opositor. AIPAC também organiza campanhas de escrita de cartas e encorajava os editores de jornais a endossar candidatos pró-Israel”. (Livre tradução) ⁴¹

Portanto, analisando as afirmações acima, pode-se observar que há em alguns momentos um conflito de interesses, afinal, um representante do Poder Legislativo deveria, a priori, defender os interesses do Estado americano, e não colocar a parceria especial com Israel acima de tudo. Esse tipo de posicionamento evidencia a força de ação do *lobby* que perpassa com fluidez entre os segmentos até alcançar as articulações necessárias para a obtenção de êxito em suas aspirações.

A AIPAC é, sem dúvida, uma das fomentadoras do *lobby* sionista mais relevante e atuante nos diversos âmbitos de poder. Jantares estratégicos, financiamentos eleitorais, a presença de indivíduos defensores desses interesses que conseguem atuar no Congresso americano de modo indireto e, por fim, a eleição estratégica de personalidades que podem atuar diretamente.

Além da AIPAC, outras instituições como a JINSA também reforçam o trabalho de influenciar congressistas e pessoas importantes na defesa dos interesses pró-Israel. Esse grupo de interesse busca sempre assegurar a manutenção do apoio que os Estados Unidos dão à Israel e ainda firmar laços políticos, econômicos e culturais

⁴⁰ “(...) some key members are Christian Zionists like Dick Arme, who said in September 2002: My No. 1 priority in foreign policy is to protect Israel.’ One might think that the No. 1 priority for any congressman would be to protect America. There are also Jewish senators and congressmen who work to ensure that U.S. foreign policy supports Israel’s interests”. (MEARSHEIMER et alli, 2006, p. 90).

⁴¹ “any one who is seen as hostile to Israel can be sure that AIPAC will direct campaign contributions to his or her political opponents. AIPAC also organizes letter-writing campaigns and encourages newspaper editors to endorse pro-Israel candidates”. (MEARSHEIMER et alli, 2006, p. 91).

ainda mais próximos e sólidos, formando uma parceria importante com o intuito de “manter a estabilidade” no Oriente Médio.

3.2. O setor energético e suas duas vertentes

Esse segmento é de grande relevância para a dinâmica econômica, tanto pela questão da movimentação financeira por parte das grandes petroleiras americanas, quanto pela relação consumo-demanda diretamente ligada ao petróleo. O funcionamento da economia petrolífera conta com uma série de atores que ao longo dos processos de exploração, refino, distribuição e consumo participam ativamente na valorização do produto em questão.

De um lado, se encontra esses atores que visam extrair lucros das atividades que estão envolvidos. Além de agregar valor, para este grupo a elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional é extremamente benéfica.

Já no segmento do consumo a relação é de oposição aos aspectos supracitados. Os grandes consumidores industriais americanos somados à demanda coletiva de indivíduos são aqueles que sentem os efeitos negativos do aumento do preço do petróleo. Portanto, a alta lucratividade do segmento ofertante dentro do setor petrolífero é custosa para o outro lado, cuja demanda por petróleo está diretamente comprometida com a realização produtiva.

O setor energético pleiteia junto ao governo a defesa de seus interesses assim como as demais esferas. Entretanto, a relevância do segmento para a economia dos Estados Unidos é inquestionável e, além disso, faz parte da formulação política de Estado, muito além de meras decisões transitórias de nível governamental.

A afirmação a seguir realizada por Tariq Aziz, vice-primeiro-ministro do Iraque e ministro dos Negócios Estrangeiros em uma entrevista, demonstra como o alto escalão iraquiano percebia a ação americana e a questão do petróleo:

“Os americanos não olham apenas para o que está acontecendo no mercado de petróleo. Se eles não tivessem uma conexão com o que o Kuwait estava fazendo, eles teriam realizado uma intervenção na insensata

política kuaitiana. Os americanos mantiveram em silêncio. Não sei se eles obtiveram ganhos financeiros com isso. Não sei, mas eles se mantiveram em silêncio. Eles não levantaram qualquer objeção à essa política, e na verdade, eles não levantaram qualquer questionamento sobre isso”. (Livre tradução)⁴²

O contexto da economia iraquiana evidenciava a crise enfrentada pelo país. Internamente a população criticava o governo pelos gastos militares excessivos enquanto a fome assolava os cidadãos. E no âmbito externo o sentimento era de uma conspiração contrária ao Iraque. As críticas do entrevistado também atingiram a indiferença das autoridades do Kuwait com relação a política de preços que vinha sendo aplicada com relação ao petróleo. Ainda segundo Aziz:

“Politicamente e psicologicamente foi um plano terrível. E eles não se importaram. Hamadi pediu para ir ao Kuwait, e isso nunca ocorreu. Eles disseram ‘Nós estamos ocupados, venha depois’. Isso nunca aconteceu antes, um alto oficial iraquiano pediu para ir ao Kuwait e depois sua visita foi adiada. Eu costumava ir como representante ou como ministro das Relações Exteriores. Eu era recebido após aguardar cerca de dez minutos. Eu encontrava com meu colega, ia almoçar e retornava. Como poderia um vice primeiro ministro do Iraque solicitar uma visita, e a resposta ser mais tarde, o que significava que eles não queriam falar sobre isso. Eles não queriam debater o assunto de uma maneira amistosa e construtiva”. (Livre tradução)⁴³

A importância do setor é geralmente apontada como motivação principal das intervenções americanas em conflitos pontuais, diretamente relacionados à questão petrolífera. Em um pronunciamento feito no Congresso americano, o então Presidente Bush afirmou a importância estratégica da região do Golfo e a interdependência entre Estados Unidos e o fluxo de petróleo mundial:

“Nós nem exageramos quando dizemos: Saddam Hussein irá falhar.

⁴² “The Americans don’t just look at what’s happening in the oil market. If they didn’t have a connection with what Kuwait was doing, they would have intervened to stop this foolish Kuwaiti policy. The Americans kept quiet. I don’t know whether they made financial gains out of it. I don’t know, but they kept quiet. They didn’t raise any objection to this policy, and actually they didn’t raise any question about it” PBS Frontline. “An Interview with Tariq Aziz”. <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/saddam/interviews/aziz.html> <acessado em 11/10/2010>

⁴³ “Politically and psychologically, it was an ugly plan. And they didn’t care. Hamadi asked to go to Kuwait, and it never happened. They said, “We’re busy, come later.” It never happened before, that a high-ranking Iraqi official asked to go to Kuwait and then he’s postponed. I used to go as an envoy or as a foreign minister. I’d be received after waiting maybe ten minutes. I’d meet with my counterpart, have lunch, and return. How could a deputy prime minister of Iraq ask for a visit, and they say maybe later, which means that they didn’t want to talk about it. They didn’t want to discuss this matter in a friendly, constructive manner” PBS Frontline. “An Interview with Tariq Aziz”. <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/saddam/interviews/aziz.html> <acessado em 11/10/2010>

Os interesses econômicos vitais estão em risco também. O próprio Iraque controla cerca de 10% das reservas mundiais comprovadas de petróleo. Iraque e Kuwait controlam duas vezes isso. O Iraque com permissão para engolir o Kuwait teria o poder econômico e militar, assim como a arrogância, para intimidar e coagir seus vizinhos – vizinhos que controlavam a maior parte das reservas restantes de petróleo do mundo. Nós não podemos permitir que um recurso tão vital para ser dominado por uma pessoa tão cruel. E nós não vamos.” (Livre tradução)⁴⁴

Portanto, a articulação dos dados apresentados no primeiro capítulo acerca do mercado petrolífero do Golfo Pérsico e a ligação com os Estados Unidos com os apontamentos realizados no presente capítulo, mostra a relevância do setor como objetivo estratégico norteador da política externa americana, além de ter um importante papel nas decisões econômicas e outros desdobramentos de cunho político e econômico.

3.3 As armas e a movimentação econômica

A questão bélica está atrelada a uma série de fatores que vão muito além do consumo desses produtos no mundo. Ao longo do período da Guerra Fria, a corrida armamentista propiciou um forte investimento em pesquisas voltadas para o desenvolvimento da tecnologia bélica. Como diz Huntington:

“À medida que os países se desenvolvem economicamente, eles geram a capacidade de produzir armamentos. Entre os anos 60 e os anos 80, por exemplo, o número de países do Terceiro Mundo que produziam aviões de caça aumentou de um para oito; tanques, de um para seis; helicópteros, de um para seis; e mísseis táticos, de nenhum para sete” (HUNTINGTON, 1997, p.108).

Os Estados Unidos, que já possuíam um histórico de forte interesse no setor, conseguiram obter o domínio da tecnologia de ponta relacionada à armamentos. Os

⁴⁴ “Nor do we exaggerate when we say: Saddam Hussein will fail. Vital economic interests are at risk as well. Iraq itself controls some 10 percent of the world's proven oil reserves. Iraq plus Kuwait controls twice that. An Iraq permitted to swallow Kuwait would have the economic and military power, as well as the arrogance, to intimidate and coerce its neighbors--neighbors who control the lion's share of the world's remaining oil reserves. We cannot permit a resource so vital to be dominated by one so ruthless. And we won't”. BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

desdobramentos posteriores a Guerra Fria levaram a assunção da hegemonia estadunidense no mundo, liderança fortemente respaldada pelo poder militar e a detenção da tecnologia de ponta no setor bélico. E neste contexto, a arma nuclear tem sua força de barganha intensificada. Ainda sobre a questão:

“Armas nucleares e os sistemas para lançá-las, bem como armas químicas e biológicas, são os meios pelos quais os Estados que são muito inferiores aos Estados Unidos e ao Ocidente em termos de poder militar convencional podem, a custos relativamente baixos, ficar em igualdade de condições” (HUNTINGTON, 1997, p.108).

O resultado do confronto no Vietnã fez com que uma reflexão ocorresse com relação ao poderio bélico e de organização militar dos Estados Unidos. A frustração da derrota levantou questionamentos acerca da real capacidade de armamentos. Desse momento em diante, lembrando do contexto da corrida armamentista da Guerra Fria, observa-se a transformação:

“Outro aspecto marcante das forças americanas (...) é que elas foram o produto de duas décadas de um grande esforço para reestruturar as forças que lutaram no Vietnã. Não há acordo dentro dos Estados Unidos de como se deveriam descrever tais mudanças, e mesmo em publicações oficiais pelo serviço militar dos EUA enfatiza fatores diferentes e uso de termos diferentes. Entretanto, o impacto cumulativo de tais mudanças tem sido tão grande que muitos oficiais dos EUA e analistas militares começaram a chamar de “revolução nos assuntos militares”. (Livre tradução)⁴⁵

Além da economia relacionada com a produção, há principalmente, os recursos investidos no desenvolvimento tecnológico do setor bélico. No período dos anos 90 grande parte desses financiamentos eram oriundos do setor estatal:

“O desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos tem sido historicamente estreitamente ligada às políticas da indústria de defesa. (...) Durante a Guerra Fria, cerca de dois terços da pesquisa e desenvolvimento dos Estados Unidos foi financiada pelo governo federal, principalmente para defesa. Hoje, essa porcentagem foi revertida, com dois terços da pesquisa e desenvolvimento dos Estados Unidos foi financiada pelo setor privado”. (Livre tradução)⁴⁶

⁴⁵ “Another striking aspect of the US forces (...) is that they were the product of nearly two decades of a massive effort to restructure the forces that had fought in Vietnam. There is no agreement within the US as to how to describe such changes, and even official publications by the US military services emphasize different factors and use different terms. However, the cumulative impact of such changes has been so great that many US officers and military analysts have begun to call it a " revolution in military affairs" (CODERSMAN, 1994, p.160).

⁴⁶ “Technology development in the United States has historically been closely related to defense industrial policies. (...) During the Cold War, roughly two-thirds of U.S. R&D was funded by the federal government, primarily for defense. Today, that percentage has been reversed, with two thirds of U.S. R&D funded by private industry”. (FLAMM, 2005, p.5).

O resultado dessa liderança dos Estados Unidos também é fruto de uma aliança entre Estado e esfera privada. Grandes empresas americanas como a Boeing, Lockheed Martin e Northrop Grumman se fortaleceram como conglomerados no início dos anos 90 do século passado. (BITZINGER, 2009).

A indústria de defesa americana se fortaleceu ao longo do período da Guerra Fria, entretanto, com o fim do conflito e a mudança do contexto houve uma diminuição da produção atrelada a este setor. A citação a seguir elucida um pouco dos acontecimentos e articulações:

“Durante os anos 90, o setor americano de defesa diminuiu consideravelmente, fechando o excesso de plantas de produção e eliminando centenas de milhares de posições da força de trabalho. Ao mesmo tempo, várias aquisições e fusões de larga escala ocorreram no interior da base industrial do segmento de defesa dos Estados Unidos, resultando no surgimento de cinco mega-companhias do setor de defesa: Boeing, Lockheed Martin, Northrop Grumman, Raytheon e General Dynamics. Essas M&As reduziram muito a concorrência no setor de defesa americano e concentraram a produção de armamentos nas mãos de poucos, das grandes empresas de defesa”. (Livre tradução)⁴⁷

A influência do setor de armamentos e os interesses em questão com relação ao conflito que se formava no Golfo Pérsico, podem ser identificados, tanto pela importância das parcerias, quanto pela movimentação financeira do segmento. A intervenção militar direta na região do Golfo iria representar uma ampla utilização dos recursos bélicos, estocados ao longo da corrida armamentista. Também seria um momento de consolidação e demonstração da supremacia do poderio militar americano no novo contexto hegemônico.

O estoque criado ao longo da Guerra Fria viabilizou a afirmação dos Estados Unidos como maior vendedor mundial de armamento convencional. O binômio, petróleo e armas, passou a integrar quase sempre os diálogos entre Estados Unidos

⁴⁷ “During the 1990s, the US defense sector downsized considerably, closing down excess production facilities and eliminating hundreds of thousands of positions from the workforce. At the same time, several large-scale mergers and acquisitions (M&As) took place within the US defense industrial base, resulting in the emergence of five mega-defense companies: Boeing, Lockheed Martin, Northrop Grumman, Raytheon and General Dynamics. These M&As have greatly reduced competition in the US defense sector and concentrated armaments production in the hands of just a few, very large defense firms”. (BITZINGER, 2009, p.24).

e vários países do Oriente Médio. E os dois produtos são fundamentais para análises políticas e econômicas.

Em um trabalho monográfico produzido no âmbito militar, para a U.S. Army War College, o Tenente-Coronel Michel H. Postma faz uma série de apontamentos da questão da relevância econômica do setor bélico, mas em contraste, mostra que a segurança nacional é fragilizada pelo fornecimento aleatório de armas pelo mundo, sem se levar em considerações alianças estratégicas e políticas. Ao longo do texto uma série de evidências fundamentam os argumentos do militar. A primeira afirmação destacada é a seguinte:

"As estatísticas indicam níveis recordes de excedentes de armas de segunda mão que estão sendo negociadas. Em 1990, uma combinação de fatores, tais como tratados de desarmamento e cessar-fogo resultou em excesso de 165 mil grandes sistemas de armas em todo o mundo. Mais de 18.000 desses sistemas foram exportadas ou cedidos entre 1990 e 1995. Em 1994, o excedente do comércio de armas convencionais superou o comércio de armas novas. (...) Devido a suas reservas de petróleo, a região mais importante para os interesses nacionais dos EUA é o Oriente Médio. 1990-1991 A Guerra do Golfo Pérsico teve um papel importante para estimular um grande número de acordos de transferência de armas com países da região com os compradores-chave como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, e outros membros do Conselho de Cooperação do Golfo - todos em busca de uma variedade de técnicas avançadas sistemas de armas. Essas compras não eram apenas uma resposta à agressão do Iraque contra o Kuwait, mas um reflexo das preocupações sobre uma ameaça do Irã. Se os Estados do Golfo fazem a avaliação do ambiente de ameaças futuro na era pós-Saddam Hussein vai levar a um declínio nas compras de armas convencionais continuará a ser visto". (Livre tradução)⁴⁸

No ponto seguinte, o autor trata da política de exportação de armas e a intenção de se buscar algum equilíbrio de poder regional, seja por meio de parcerias diretas ou estímulos ao combate de "problemas" globais como a luta contra o terrorismo. E ele ainda aponta que a falta de um posicionamento mais coercitivo por parte do governo americano ameaça a estabilidade da segurança nacional:

⁴⁸ "Statistics indicate record levels of surplus second hand weapons are being traded. By 1990, a combination of factors—such as disarmament treaties and cease-fires resulted in 165,000 excess major weapons systems worldwide. More than 18,000 of those systems were exported or given away between 1990 and 1995. In 1994, surplus conventional weapons trade exceeded new weapons trade. (...)

Due to its oil reserves, the most important region to U.S. national interests is the Middle East. The 1990-1991 Persian Gulf War played a major role in stimulating a multitude of arms transfer agreements with nations in that region with key purchasers like Saudi Arabia, the U.A.E., and other members of the Gulf Cooperation Council, - all seeking a variety of advanced weapons systems. These purchases were not only a response to Iraq's aggression against Kuwait, but a reflection of concerns regarding a perceived threat from Iran. Whether the Gulf States' assessments of the future threat environment in the post-Saddam Hussein era will lead to declines in conventional weapons purchases remains to be seen". (POSTMA, 2004, p.04).

"Assim tão desconcertante como efeito da política americana de armas convencionais no âmbito global é o impacto negativo sobre os balanços regionais de poder. De acordo com PDD-34, os EUA acreditam que a exportações de armas promove a estabilidade regional através da criação de equilíbrios de poder e constituição das capacidades de dissuasão dos amigos dos EUA e aliados. Estes balanços regionais, no melhor das hipóteses são bastante dúbios porque os EUA estão armando os dois lados, em muitos casos - por exemplo, na Grécia e na Turquia ou no Egito e Israel. No entanto, a atual administração Bush continua a usar as exportações de armas para sustentar uma coligação anti-terrorista global.

(...)

A compra de armas pode causar ansiedade e competição entre países vizinhos. Há de fato, um efeito competitivo da compra de armas, principalmente entre os países com uma longa rivalidade tradicionais, como a Turquia e a Grécia: uma nação busca recursos para compensar as armas da outra nação. Os EUA vendem armas convencionais em grandes quantidades para ambas as nações. (...). O resultado é de fato um endosso da política da administração Clinton para armas convencionais, que contém um forte compromisso para ganhar uma fatia maior do mercado mundial de armas, ao colocar interesses nacionais dos EUA em risco". (Livre tradução)⁴⁹

Outro posicionamento acerca do controle do fluxo de armamentos mundial menciona que a Guerra do Golfo foi um importante exemplo do que a ausência de fiscalização proporcionou.

"A Guerra do Golfo forneceu uma ilustração brutal do fato de que a proliferação de armamentos avançados leva à guerra. É uma valiosa lição estratégica sobre a necessidade do controle de armas, e os limites da venda de armas e a transferência de tecnologia como substituição das armas, isso para preservar a segurança regional e a estabilidade". (Livre tradução)⁵⁰

⁴⁹ "Just as disconcerting as the U.S. conventional weapons policy's effect on global strife is its negative impact on regional balances of power. According to PDD-34, the U.S. believes weapons exports promote regional stability by creating balances of power and building up the deterrent capabilities of U.S. friends and allies. These regional balances, at best, are rather dubious because the U.S. is arming both sides in many cases - for example, in Greece and Turkey or in Egypt and Israel. Nonetheless, the current Bush administration continues to use weapons exports to sustain a global anti-terrorism coalition.

(...)

Weapons purchases can cause anxiety and competition among neighboring countries. There is indeed a competitive effect of weapons purchases, especially among nations with a long-standing traditional rivalry like Turkey and Greece: One nation seeks to offset the other nation's weapons capabilities. The U.S. sells conventional weapons in large quantities to both nations. (...). The result is a defacto endorsement of the Clinton administration's conventional weapons policy, which contains a strong commitment to gaining a larger slice of the global weapons market, while placing U.S. national interests at risk". (POSTMA, 2004, pp.07-09).

⁵⁰ "The Gulf War provided a brutal illustration of the fact that proliferation of advanced weapons leads to war. It is a valuable strategic lesson about the need to use arms control, and limits on arms sales and technology transfer, as a substitute for arms, to preserve regional security and stability". (CODERSMAN, 1994, p.14).

Postma conclui seu trabalho mencionando a questão do posicionamento da opinião pública acerca do tema da economia armamentista, seu papel no âmbito interno dos Estados Unidos e a presença do *lobby* defendendo o setor:

"Enquanto nos EUA o apoio público da política transferência de armas convencionais varia de acordo com as perspectivas organizacionais e individuais, por fim, para a maioria do público dos EUA: "É bom para a economia dos EUA? A atual política da administração Bush, que por padrão é uma continuação da longa administração Clinton, permite uma transferência liberal de armas. Isso proporciona empregos para os trabalhadores dos EUA e lucros para os fabricantes de armas convencionais. Por exemplo, os fabricantes de armas do país, congratulou a política do governo com braços abertos. Joel Johnson, um dos principais lobistas da indústria de armamento, chamou a política "a afirmação mais positiva em matéria de defesa comercial que foi enunciado por qualquer administração". (Livre tradução) ⁵¹

Ainda acerca da questão bélica, a Guerra do Golfo proporcionou a apresentação e o teste de vários equipamentos novos que vinham sendo fabricados pelos Estados Unidos. Novamente as empresas Lockheed, Boeing e General Dynamics tiveram a oportunidade de mostrar equipamentos ainda não utilizados em combates reais. A superioridade americana se destacava por haver um quadro comparativo durante as ações conjuntas da coalizão. As diversas áreas estavam à frente em termos tecnológicos na Guerra do Golfo "Novas tecnologias de comunicação e controle também permitiram os EUA acelerar todos os aspectos do alvo, aquisição e disseminação de inteligência, integração de armas combinadas e forças de multi-serviços, e equipamentos de guerra noturna e para qualquer tipo tempo". (Livre tradução) ⁵²

Portanto, a questão armamentista perpassa uma série de aspectos que exigem uma observação mais atenta pela relevância do setor na economia interna americana. No caso americano, governo e setor privado bélico caminham com interesses comuns em alguns momentos, porém, torna-se necessário que o

⁵¹ "While U.S. public support of conventional arms transfer policy varies according to organizational and individual perspectives, the bottom line for most of the U.S. public: "Is it good for the U.S. economy?" The current Bush administration's policy, which is by default a carry over from the Clinton administration, allows for a liberal transfer of weapons. This provides jobs for U.S. workers and profits for conventional weapons manufacturers. For example, the country's weapons manufacturers welcomed the administration's policy with open arms. Joel Johnson, one of the arms industry's principal lobbyists, called the policy "the most positive statement on defense trade that has been enunciated by any administration". (POSTMA, 2004, p.10).

⁵² "New control and communications technologies also allowed the US to speed up every aspect of targeting, intelligence-gathering and dissemination, integration of combined arms and multi-service forces, and night and all-weather warfare".

Executivo saiba o momento de se impor e regular as exportações, mesmo sofrendo as pressões do *lobby* e da opinião pública.

4. O congresso americano e a Guerra do Golfo

“Do ponto de vista da política externa dos Estados Unidos, entretanto, não existe nenhum vácuo, assim como não existiu nenhuma divisão interna depois da Guerra do Golfo, porque desde o primeiro momento estabeleceu-se um consenso entre republicanos e democratas a respeito da nova doutrina estratégica dos Estados Unidos”. (FIORI, 2007, p.96).

A citação acima expressa claramente o posicionamento do Congresso americano com relação ao conflito. Em termos de política externa, ambos partidos apresentavam similaridades, principalmente com relação à consolidação da hegemonia do país no mundo pós Guerra Fria. Entretanto, essa proximidade entre posições políticas no conflito do Golfo foi observada na primeira votação da operação defensiva *Desert Shield*. Já na segunda votação – referente à ação ofensiva *Desert Storm* – os democratas se posicionaram contrários ao envio de tropas e conseqüentemente contrários aos republicanos.

A 101 legislatura (janeiro de 1989 a janeiro de 1991), mesmo composta de maioria democrata nas duas casas, viabilizou a ampla aprovação do envio de tropas para o Golfo Pérsico com a finalidade defensiva, ou seja, em outubro de 1990 a operação *Desert Shield* foi autorizada pelo Congresso. Antes dessa medida considerada drástica, vários embargos foram aplicados contra o Iraque no intuito de buscar uma retirada parcialmente pacífica, por meio do poder coercitivo econômico.

Abaixo duas tabelas, uma da Câmara e outra do Senado com o resultado da votação defensiva:

Tabela 15. Votação na Câmara (outubro 1990)

Câmara – HJ RES 658 1/10/1990
Título: Apoio às ações já tomadas pelo Presidente a respeito da agressão do Iraque contra o Kuwait

	SIM	NÃO	PRES	NV
DEMOCRATAS	216	29	1	11
REPUBLICANOS	164			12
INDEPENDENTES				
TOTAL	380	29	1	23

Fonte: Sítio do Gabinete do Secretário da Câmara dos Deputados⁵³

Tabela 16. Votação no Senado (outubro 1990)

Senado – S.Con. RES 147 2/10/1990

	SIM	NÃO	PRES	NV
DEMOCRATAS	53	2		
REPUBLICANOS	43	1		1
INDEPENDENTES				
TOTAL	96	3		1

Fonte: Sítio do Senado dos Estados Unidos⁵⁴

Já a 102 legislatura (janeiro de 1991 a janeiro de 1993), também de maioria democrata, autorizou a ação ofensiva das Forças Armadas americanas em uma coalizão e declarou guerra ao Iraque. Essa votação foi mais apertada, os republicanos apoiaram o conflito e a vitória só ocorreu por que alguns democratas votaram contra a orientação partidária.

Novamente duas tabelas, uma da Câmara e outra do Senado com o placar da votação ofensiva:

⁵³U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES: <http://clerk.house.gov/evs/1990/roll394.xml> <acessado em 20 de maio de 2010>

⁵⁴U.S. SENATE: http://www.senate.gov/legislative/LIS/roll_call_lists/roll_call_vote_cfm.cfm?congress=101&session=2&vote=00258 <acessado em 25 de maio de 2010>

Tabela 17. Votação na Câmara (janeiro 1991)

Câmara – HJ RES 77 12/01/1991
Título: Autorização para o uso das Forças Armadas americanas em conformidade com a resolução 678 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

	SIM	NÃO	PRES	NV
DEMOCRATAS	86	179		2
REPUBLICANOS	164	3		
INDEPENDENTES		1		
TOTAL	250	183		2

Fonte: Sítio do Gabinete do Secretário da Câmara dos Deputados⁵⁵

Tabela 18. Votação no Senado (janeiro 1991)

Senado – 102nd S.J. RES 2 12/01/1991

	SIM	NÃO	PRES	NV
DEMOCRATAS	10	45		1
REPUBLICANOS	42	2		
INDEPENDENTES				
TOTAL	52	47		1

Fonte: Sítio do Senado dos Estados Unidos⁵⁶

4.1. O Congresso e a votação da operação defensiva *Desert Shield*

Conforme observado nas tabelas citadas anteriormente, se verifica que na primeira votação da ação defensiva em outubro de 1990, tanto republicanos quanto democratas tiveram um posicionamento semelhante. As informações mais particulares acerca da biografia dos congressistas foram obtidas por meio de consulta à páginas pessoais em sítios das respectivas casas e ainda, de ordem particular, informações constam na bibliografia com relação aos sítios acessados.

⁵⁵U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES: <http://clerk.house.gov/evs/1991/roll009.xml> <acessado em 20 de maio de 2010>

⁵⁶U.S. SENATE: http://www.senate.gov/legislative/LIS/roll_call_lists/roll_call_vote_cfm.cfm?congress=102&session=1&vote=00002 <acessado em 25 de maio de 2010>

Os senadores que se opuseram à aprovação da Resolução 658 foram os democratas Edward Kennedy e Robert Kerry e o republicano Mark Hatfield. Já o também republicano Pete Wilson não votou.

O senador Kerry fez um pronunciamento no Senado em 5 de outubro sobre sua decisão minoritária contra a resolução, inclusive mencionou os dois colegas que seguiram seu posicionamento. Segundo ele, a votação representou apenas um informe e ainda mais grave, um cheque em branco para a Presidência, possibilitando a ocorrência de um novo conflito nos moldes do fiasco do Vietnã.

Na primeira resposta americana ao conflito ainda em agosto de 1990, de acordo com Kerry, *“Nenhuma autorização do Congresso foi dada. O Congresso estava em recesso durante a ação inicial (Livre tradução) ⁵⁷*. O senador segue criticando a oportuna ausência do debate no Congresso:

“Mas o ponto é, quando o Sr. Cheney nos diz que o fato de o Congresso estar fora da cidade nesse caso era provavelmente um fator facilitador nas decisões, isso me incomoda profundamente. E nenhuma destas decisões que foram tomadas pelo presidente naquela época trazia consigo, de fato, um atraso, envolvimento de longo prazo possível, assim como a situação atual. Estamos apenas dizendo que, quando o presidente está conversando com líderes do Congresso sobre a possível atividade de guerra no Oriente Médio, vamos estar em casa. Estaremos fora da cidade”⁵⁸.

Seguindo em seu discurso, ele critica a afirmação do Secretário de Defesa Dick Cheney que reforça o aspecto positivo da ausência do Congresso durante a formulação das decisões. Kerry afirma que sua posição não é adversária ao Presidente, apenas insiste que a Lei de Poderes de Guerra (War Powers Act) e a Constituição devam ser respeitadas.

E ainda, os milhares de soldados americanos enviados para a região do Golfo podem se questionar sobre a omissão dos representantes do legislativo, que foram

⁵⁷ “No congressional authorization was given. Congress was out of session during the initial deployment”. KERRY, John. “The War Powers Act”. *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Senado dos Estados Unidos da América, 5 de Outubro de 1990, p.S14617.

⁵⁸ “But the point is, when Mr. Cheney tells us that Congress being out of town on those instances was probably a facilitating factor in those decisions, that bothers me deeply. And none of those decisions that were made by the President at that time carried with it, in effect, a lingering, long-term possible involvement, as does the situation today. We are merely saying that when the President is talking to leaders of Congress about possible warmaking activity in the Middle East, we will be home. We will be out of town”. KERRY, John. “The War Powers Act”. *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Senado dos Estados Unidos da América, 5 de Outubro de 1990, p.S14617.

democraticamente eleitos pelo povo. O senador faz uma crítica à postura do Congresso ao afirmar “Nós contornamos essa situação, do ponto de vista do Congresso de modo ruim. Nós encurtamos nossos deveres constitucionais; nós ignoramos nossas próprias leis e nós falhamos com nossas próprias tropas e as famílias dessas tropas. (Livre tradução) ⁵⁹

Kerry segue defendendo que o passado recente da história militar americana mostrou que uma guerra pode ser iniciada sem declaração, afinal “*O tiroteio não pode esperar o Congresso, nem o dia nem o ano. A menos que formamos alguns parâmetros, eu acredito que aí podemos nos levantar para as acusações de negligência no exercício profissional*”. (Livre tradução) ⁶⁰

Ele volta a criticar a postura omissiva do Congresso e sugere uma resolução que pontualmente contenha uma autorização do legislativo para que as tropas sigam as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e proteja a Arábia Saudita de qualquer ofensiva iraquiana. “Isso confirma a política presidencial, mas coloca o Congresso nos anais ao invés de deixar-nos como espectador no âmbito geral; isso força o Congresso a descer no campo de batalha”. (Livre tradução) ⁶¹

Portanto, Kerry deixa claro que seu voto contrário não se baseia na postura de um mero adversário. Ele fundamenta sua decisão de acordo com os pontos elencados acima e evidencia que, a primeira reação por parte da Presidência dos Estados Unidos à invasão do Kuwait vem sendo uma ação ilegítima sem o respaldo formal do Congresso americano, que se colocou à margem dessa decisão tão relevante.

Já na Câmara, vinte e nove deputados democratas se colocaram contrários à resolução 658 na votação. Entre eles Nancy Pelosi, Les AuCoin, Ronald Dellums,

⁵⁹ “We have handled this situation, from the congressional point of view, very badly. We have skirted our constitutional duties; we have ignored our own laws and we have failed our own troops and the families of those troops”. KERRY, John. “The War Powers Act”. Congressional Record, 101st Congress (1989-1990), Senado dos Estados Unidos da América, 5 de Outubro de 1990, p.S14617.

⁶⁰ The shooting does not wait for the Congress in this day and age. Unless we draw some parameters, I believe we then stand accused of neglect of duty”. KERRY, John. “The War Powers Act”. Congressional Record, 101st Congress (1989-1990), Senado dos Estados Unidos da América, 5 de Outubro de 1990, p.S14617.

⁶¹ “This affirms the President’s policy, but it puts the Congress on record rather than letting us remain as spectators in the grandstand; it forces the Congress down on to the playing field”. KERRY, John. “The War Powers Act”. Congressional Record, 101st Congress (1989-1990), Senado dos Estados Unidos da América, 5 de Outubro de 1990, p.S14617.

Gus Savage e Pete Starks, além dos dois representantes de origem judaica William Lehman e Sidney Yates (notório defensor do apoio americano à Israel).

Segundo o deputado Dellums a resolução 658 menospreza a responsabilidade do Congresso. A resposta presidencial à invasão ilegal iraquiana do território do Kuwait foi o envio de cerca de 200 mil militares do exército americano para a Arábia Saudita e região do Golfo e isso sem praticamente qualquer consulta ao Congresso. O deputado segue em seu posicionamento justificando:

"Desde o início eu tenho pedido ao Presidente para iniciar qualquer ação nesta crise apenas sob a égide de um mandato coletivo das Nações Unidas, e somente após ampla consulta com o Congresso, nossos aliados na região, na Europa e União Soviética. Tenho pedido ainda ao presidente para maximizar seus esforços diplomáticos para alcançar uma solução negociada que restaura a integridade territorial do Kuwait e assegure a liberação de todos os reféns estrangeiros detidos no Kuwait e no Iraque. Eu também alertei para evitar o aumento da venda de armas e as transferências a qualquer país da região, porque vai exacerbar as tensões na região e tornar mais difícil a resolução construtiva longo prazo de problemas de patente que custou ao povo do Oriente Médio assim que muito em sangue e tesouro".⁶²

Por fim, Delumms afirma que a aprovação da resolução facilitaria a ação de cunho militar antes de se esgotar todas as vias diplomáticas disponíveis para a solução do conflito e relembra o compromisso do Congresso americano com "Nós colocamos centenas de milhares de militares uniformizados no caminho do perigo. Nós temos uma obrigação moral com eles, com o povo Americano e com o povo do Oriente Médio de alcançar uma resolução justa para a crise sem recorrer a mais devastação e derramamento de sangue". (Livre tradução)⁶³

⁶² "From the outset I have urged the President to initiate any action in this crisis only under the aegis of a collective United Nations mandate, and only after full consultation with Congress, our allies in the region and Europe, and the Soviet Union. I have further urged the President to maximize his diplomatic efforts to achieve a negotiated settlement that restores the territorial integrity of Kuwait and secures Iraqi release of all foreign hostages being held in Kuwait and Iraq. I have also exhorted him not to increase arms sales and transfers to any nation in the region, because it will exacerbate tensions throughout the region and make more difficult any constructive long-term resolution of pervasive problems that have cost the people of the Middle East so much in blood and treasure"
DELLUMS, Ronald. "Supporting the President with respect to Iraqi aggression against Kuwait". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 1 de Outubro de 1990, p.H8454.

⁶³ "We have put hundreds of thousands of our uniformed military personnel in harm's way. We have a moral obligation to them, to the American people, and to the people, of the Middle East to achieve a just resolution of this crisis without recourse to further bloodshed and devastation". DELLUMS, Ronald. "Supporting the President with respect to Iraqi aggression against Kuwait". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 1 de Outubro de 1990, p.H8454.

Já o deputado Les AuCoin também contrário a resolução, fundamentou sua decisão criticando apenas a quarta seção sobre a Lei dos Poderes da Guerra com relação às informações atualizadas que o Presidente deve encaminhar ao Congresso, pois segundo AuCoin: "O povo americano cujo os amados podem sangrar em breve no deserto merecem a máxima, não a mínima, explicação". (Livre tradução)⁶⁴

Para ele a violação da Lei dos Poderes de Guerra vinha sendo demonstrada pelos seguintes motivos:

"Art. 5^o da Lei poderes de guerra, prevê que, se as hostilidades forem iminentes, as forças devem ser retiradas no prazo de 60 dias após o relatório a menos que o Congresso declare guerra, prevê uma autorização específica para uma presença contínua, ou alargar o prazo por mais 60 dias. Depois de passar três dias com as tropas na Arábia Saudita, não tenho a menor dúvida de que as hostilidades sejam iminentes. Elas não são certas, mas elas são mais prováveis que não. Nós estamos agora dentro de uma semana do prazo de 60 dias. Portanto, a Lei de poderes de Guerra exige que tomemos uma das ações específicas, ou as tropas devem ser retiradas. Acredito que agora deveríamos estar votando, não esta resolução, mas uma prorrogação de 60 dias. Portanto, a Lei de Poderes de Guerra me levaria a votar por tal prorrogação. Mas esta resolução não é isso. Em vez disso, ela simplesmente repete o apelo do presidente de que as hostilidades não são iminentes, quando claramente sabe-se que são. Então, vou votar contra esta resolução - não por causa de algo que ela contém, mas porque ele não contém o que deve". (Livre tradução)⁶⁵

No caso da votação defensiva não houve tanta controvérsia, a aprovação majoritária demonstrou certo grau de unidade dentro do Congresso. Os pronunciamentos destacados aqui demonstram como os opositoristas se colocaram e os argumentos utilizados para fundamentar as respectivas decisões.

⁶⁴ "The American people whose loved ones may shortly be bleeding in the desert deserve a maximal, not minimal, explanation". AUCOIN, Les. "Supporting the Presidente with respect to Iraqi aggression against Kuwait". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 1 de Outubro de 1990, p.H8449.

⁶⁵ "Section 5 of the War Powers Act then provides that, if hostilities are imminent, the forces must be withdrawn within 60 days of the report unless Congress declares war, provides a specific authorization for a continued presence, or extends the period by another 60 days. After spending 3 days with the troops in Saudi Arabia, I have not the slightest doubt that hostilities are imminent. They are not certain, but they are more probable than not. We are now within a week of the 60-day limit. Therefore, the War Powers Act requires us to take one of the specified actions, or the troops must be withdrawn. I believe we should now be voting, not on this resolution, but on a 60-day extension. Therefore, the War Powers Act I would vote for such an extension. But this resolution isn't it. Instead, it simply repeats the President's claim that hostilities are not imminent, when clearly they are. So I will vote against this resolution--not because of anything it contains, but because it does not contain that which it should". AUCOIN, Les. "Supporting the Presidente with respect to Iraqi aggression against Kuwait". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 1 de Outubro de 1990, p.H8449.

4.2. O Congresso e a votação da operação ofensiva *Desert Storm*

Diante do fracasso das tentativas diplomáticas e da ineficiência da aplicação de inúmeros embargos, os Estados Unidos em um movimento de coalizão internacional totalmente referendado pela Organização das Nações Unidas forma uma ação ofensiva, para que tropas libertem o Kuwait e encerrem o conflito.

Esse segundo momento, de cunho ofensivo fora batizado de operação *Desert Storm*. Diferente da primeira votação, onde se observara uma postura de certo modo homogênea, a segunda votação foi um tanto mais controversa. Republicanos se mostravam favoráveis a ação militar e Democratas contrários. As tabelas 19 e 20 demonstram como foi o posicionamento das Casas na aprovação da Resolução.

Elencar, no presente trabalho, os votos dissidentes de acordo com as diretrizes partidárias não iria acrescentar muito no tema proposto, portanto, os apontamentos a seguir foram determinados por uma análise baseada no perfil dos congressistas e suas associações com os três *lobbies* estudados na pesquisa.

Oitenta e seis deputados democratas votaram a favor da Resolução, três republicanos votaram contra o grupo majoritário do partido e um independente também votou contra.

O deputado democrata Dante Fascell foi um dos aprovaram a proposta em pauta, tendo defendido categoricamente que o apoio do Congresso deveria ser imediato diante da solicitação do Presidente, pois vários homens e mulheres sob a liderança presidencial seguiam atingindo os objetivos da operação militar. Ele segue reafirmando sua opinião dizendo:

"Na minha opinião, é muito importante, a esta altura, expressarmos nosso agradecimento, a fim de mostrar, como já foi apontado por um orador anterior, que, embora tenhamos opiniões diversas sobre como chegamos a este ponto, nós estamos, contudo, unidos em prol de nossos homens e mulheres nas Forças Armadas e à realização dos objetivos que foram acordados por ambos o Presidente e o Congresso. Acho que isso é muito importante. Isso mostra a força do processo democrático e da força do nosso próprio país. Mostra-se que, apesar

de nossas diferenças de opinião, podemos nos unir". (Livre tradução) ⁶⁶

Ele segue defendendo que a aprovação da Resolução é uma lição de democracia, pois mesmo havendo vozes divergentes, o bem comum foi levado em consideração respeitando-se a minoria oposicionista "Eu acho que é essencial que essa resolução seja adotada e aprovada com unanimidade, independentemente dos membros votarem a favor ou contra a autorização para o uso militar de forças que o Presidente solicitou". (Livre tradução) ⁶⁷

O deputado conclui que o conflito deve ter uma longa duração, e que não será um conflito de dois dias ou dois meses, pois o poderio bélico iraquiano ainda não foi todo posto a prova. Por isso, a importância de se aprovar a Resolução apoiando a coalização militar e a posição de liderança dos Estados Unidos. E na última parte de seu discurso ele menciona Israel de uma forma extremamente favorável e ainda faz uma ligação entre ao papel do conflito na região do Golfo com os interesses israelenses:

"Ao mesmo tempo, os membros devem ter em mente que o ataque foi realizado hoje em uma outra democracia, e ser grato ao povo de Israel pela coragem, resiliência e determinação de resistir ao desejo imediato de retaliar. Como uma nação soberana, Israel tem o direito de autodefender. No entanto, eles mostraram notável contenção e coragem, até agora, a fim de permitir que a coalizão internacional continue a fazer o trabalho que tem sido feito, e que está sendo feito. Eles fazem isso porque estão convencidos de que estamos fazendo um trabalho que eles podem fazer. Ao mesmo tempo, e sem enganos sobre isso, eles têm reservado o direito de responder, e devem reservar-se o direito de fazer o que for necessário para proteger seu próprio povo". (Livre tradução) ⁶⁸

⁶⁶ "In my view, it is very important that we express our thanks at this point, in order to show, as has already been pointed out by a previous speaker, that although we had differences of opinion on how we got to this point, we are, nevertheless, united in support of our men and women in the Armed Forces and the accomplishment of the objectives which have been agreed to by both the President and the Congress. I think this is very important. It shows the strength of the democratic process and the strength of our own country. It shows that despite our differences of opinion, we can unite together". FASCELL, Dante. "Supporting U.S. presence in the Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H569.

⁶⁷ "I think it is essential that this resolution be adopted and adopted unanimously regardless of whether Members voted for or against the consent to use military force that the President requested". FASCELL, Dante. "Supporting U.S. presence in the Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H569.

⁶⁸ "At the same time, Members should keep in mind the attack that was carried out on another democracy today, and be grateful that the people of Israel have the courage, resiliency, and determination to resist the immediate desire to retaliate. As a sovereign nation, Israel has the right to self-defense. Nevertheless, they have showed remarkable and courageous restraint thus far in order to allow the international coalition to go on and get the job that has been done, done. They do so

Já o deputado democrata Thomas Lantos (com referências na AIPAC e no JINSA) falou apenas com relação à Israel, primeiro mencionando a ação militar do país, dez anos atrás, contra a estrutura nuclear iraquiana que vinha sendo construída, e ainda ressaltou que se não fosse isso, hoje os soldados estariam enfrentando um inimigo desequilibrado como Saddam e com potencial nuclear. Ele conclui sua breve intervenção dizendo: “O Congresso dos Estados Unidos se uniu ao expressar sua solidariedade com o povo de Israel e elogiando seu governo por ações estadistas”. (Livre tradução) ⁶⁹

O também deputado democrata Stephen Solarz (ligado à AIPAC e conselheiro do JINSA) foi o corresponsável pelo ato da autorização da Guerra do Golfo em 1991. Em seu breve pronunciamento ele defendeu a força do povo israelense que enfrentou o “ditador” Hussein e vivenciou um momento de agonia no desenrolar dos acontecimentos. Solarz agradece a intervenção militar por parte dos Estados Unidos que de modo sábio enfrenta o “tirano” e o fará cessar com as suas ações desmedidas. Por fim o deputado faz uma comparação um tanto exacerbada:

"O caráter verdadeiramente brutal e bárbaro de seu regime foi exposto por um e para que todos vissem. A declaração de Saddam emitida há alguns dias atrás, dizendo que esse ataque com mísseis contra Israel, Tel Aviv havia se transformado em um crematório, foi talvez a afirmação mais chocante de todas. A palavra "crematório" não acabou acidentalmente no comunicado. Ele foi colocado ali de propósito, e sugere que Saddam Hussein está tentando terminar o trabalho que Hitler começou há mais de meio século atrás". (Livre tradução) ⁷⁰

Meldon Levine fez um discurso destacando a importância dos homens e

because they are satisfied that we are doing a job that they can do. At the same time, and make no mistake about it, they have reserved the right to respond, and they should reserve the right to do whatever is necessary to protect their own people". FASCELL, Dante. "Supporting U.S. presence in the Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H569.

⁶⁹ "The Congress of the United States is united in expressing its solidarity with the people of Israel and in commending its government for its statesman-like actions". LANTOS, Tom. "Condemning the Iraqi attack against Israel". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 23 de Janeiro de 1991, p.H655.

⁷⁰ "The truly brutal and barbarous character of his regime has been exposed for one and all to see. The statement Saddam issued a few days ago, saying that his missile attacks against Israel had transformed Tel Aviv into a crematorium, was perhaps the most outrageous statement of them all. That word 'crematorium' did not end up accidentally in the communique. It was put there deliberately, and it suggests that Saddam Hussein is attempting to finish the job which Hitler began over a half century ago". SOLARZ, Stephen. "Condemning the Iraqi attack against Israel". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 23 de Janeiro de 1991, p.H656.

mulheres envolvidos na operação *Desert Storm*. Ele é um deputado também democrata e do quadro de membros da AIPAC. Levine afirma que apesar das opiniões politicamente divergentes, todos reconhecem o esforço de todos aqueles envolvidos nos objetivos de libertar o Kuwait, frear as brutalidades do “ditador” Saddam e desmantelar o arsenal militar iraquiano.

Ele segue afirmando que além do Kuwait, Israel também tem sofrido inúmeras consequências desastrosas resultantes do conflito, afinal a insanidade de Saddam não é conhecida, pois ele fora capaz de utilizar armas químicas contra seu próprio povo. A incerteza também se refere “O risco é que Saddam continue a carregar os seus mísseis Scud com ogivas químicas, e ainda pode ser capaz de lançá-las sobre as populações civis de toda a região”. (Livre tradução) ⁷¹

Por fim, Levine sugere como o Congresso deveria reconhecer os esforços israelenses:

“Além do próprio Kuwait, Israel tem sofrido algumas das mais gravosas consequências da agressão. O Congresso deveria elogiar Israel pelo apoio tremendo e coragem que demonstrou ao absorver o primeiro ataque e reter qualquer retaliação de modo a não ameaçar a coesão da coalizão anti-Iraque. Israel arriscou as vidas de seus próprios cidadãos, que continuam a viver com medo de outro ataque iraquiano. Não existe maior sacrifício que pode ser exigido de qualquer nação. Desejo manifestar o meu sincero arrependimento pelos prejuízos ao nosso democrático aliado Israel tenha incorrido”. (Livre tradução) ⁷²

Ele conclui pedindo que as tropas voltem em segurança após o conflito que abruptamente interrompeu o clima de tranquilidade do pós Guerra Fria e que se instaure uma nova era de paz.

O deputado democrata Frank Pallone também ressalta a importância dos cidadãos americanos diretamente ligados à operação *Desert Storm* e que apesar da divergência política e ideológica existente dentro do Congresso, o povo americano

⁷¹ “The risk remains that Saddam will still load his Scud missiles with chemical warheads, and may still be capable of unleashing them on civilian populations throughout the region”. LEVINE, Meldon. "Supporting U.S. presence in Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H592.

⁷² “Aside from Kuwait itself, Israel has suffered some of the gravest consequences of Iraqi aggression. Congress should commend Israel for the tremendous restraint and courage she has displayed in absorbing a first attack and withholding any retaliation so as not to threaten the cohesion of the anti-Iraq coalition. Israel has risked the lives of her own citizens who continue to live in fear of yet another Iraqi attack. No greater sacrifice can be demanded of any nation. I wish to express my sincere remorse for the losses our democratic ally Israel has incurred”. LEVINE, Meldon. "Supporting U.S. presence in Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H592.

está unido em razão da Guerra do Golfo. Interessante observar como Pallone descreve sua posição na votação da Resolução:

Ao apresentar meu voto favorável à autorização para o presidente usar a força militar para defender as resoluções da ONU acerca da retirada do Iraque do Kuwait, eu fui rasgado pela esperança por uma resolução pacífica do conflito e a realização do que seria preciso para reforçar a legislação internacional. “Embora votar de modo favorável ao uso de força não tenha sido uma decisão que tomei levemente, foi uma decisão clara e que não me arrependo”. (Livre tradução)⁷³

Ele afirma que sanções e tentativas diplomáticas foram tomadas antes da drástica decisão do conflito militar. Mesmo com os embargos econômicos, Saddam vinha aumentando seu poderio bélico e inclusive disseminava o terrorismo ao atacar com mísseis alvos civis israelenses.

Por fim, Pallone destaca que desde a fundação da ONU não se via uma coalizão militar tão coordenada e pautada num consenso internacional. Ele conclui ressaltando a posição dos Estados Unidos de liderança mundial "O ônus da liderança mais uma vez caiu para os Estados Unidos e, graças aos esforços corajosos dos nossos homens e mulheres de combate, estaremos mais uma vez, prevalecerá sobre a tirania e agressão". (Livre tradução)⁷⁴

Já no Senado, dez congressistas democratas votaram de modo favorável à Resolução e apenas dois republicanos se opuseram. A diferença para a aprovação foi de apenas cinco votos.

O senador democrata Richard Bryan fez um longo pronunciamento acerca da questão do conflito no Golfo Pérsico. Primeiramente ele faz um cronograma desde a invasão iraquiana no território do Kuwait até as ações da operação ofensiva da coalizão internacional. Outros países como a Arábia Saudita e Israel também sofreram com as ameaças e ações iraquianas. Bryan lembra que dias antes da

⁷³ “In casting my vote in favor of authorizing the President to use military force to uphold U.N. resolutions that Iraq must withdraw from Kuwait, I was torn by hopes for a peaceful resolution to the conflict and the realization of the need to enforce international law. Although voting for the use of force was not a decision I took lightly, it was a clear decision and one I do not regret”. PALLONE, Frank. "Support troops in the Persian Gulf day". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.E369.

⁷⁴ “The burden of leadership has once again fallen to the United States, and, thanks to the brave efforts of our fighting men and women, we will once again prevail over tyranny and aggression”. PALLONE, Frank. "Support troops in the Persian Gulf day". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.E369.

invasão Saddam afirmou para lideranças árabes que não iria invadir o Kuwait, diante dessa falsa afirmação, o senador faz uma longa comparação com a ascensão nazista onde os líderes mundiais foram omissos em um primeiro momento com relação as anexações que a Alemanha vinha realizando.

A ameaça da estabilidade e segurança mundial representada pelo terceiro Reich provocou um grande conflito de proporções mundiais e um tenebroso genocídio. Concluindo a comparação o senador Bryan afirma "Argumenta-se que Saddam Hussein não é um Hitler, que os resíduos do deserto do Iraque não são a Alemanha industrial; que este pequeno agressor não justifica a plena medida de nossa resposta". (Livre tradução) ⁷⁵

Mais adiante em seu discurso ele lembra que o Presidente dos Estados Unidos e o Secretário de Estado buscaram tanto o diálogo diplomático quanto medidas de embargos buscando pressionar Saddam com a finalidade de evitar as últimas consequências de um confronto armado "tão claro como essa agressão foi, tão brutal quanto legiões de Saddam Hussein foram para o povo do Kuwait, a administração não reagiu imediatamente com força". (Livre tradução) ⁷⁶

Como o Iraque não demonstrava qualquer intuito de se retirar e terminar o confronto "O Presidente mobilizou a comunidade internacional, por meio das Nações Unidas, em uma política de uma forte sanção econômica". (Livre tradução) ⁷⁷ Os embargos provocaram um choque na economia iraquiana, principalmente por meio da interrupção do fornecimento de petróleo, reduzindo assim os recursos disponíveis para o investimento em equipamento bélico.

Embora algumas críticas tivessem sido levantadas com relação ao efeito do embargo na população civil iraquiana, a efetividade das sanções pode de certo

⁷⁵ "It is argued that Saddam Hussein is no Hitler; that the desert wastes of Iraq are not industrial Germany; that this petty aggressor does not warrant the full measure of our response". BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁷⁶ "As clear as this aggression was as brutal as Saddam Hussein's legions were to the Kuwaiti people, the administration did not immediately react with force". BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁷⁷ "President has mobilized the international community, through the United Nations, in a policy of tough economic sanctions". BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

modo ser observada, infelizmente, “O custo para a economia iraquiana e seu povo foi severa”. (Livre tradução) ⁷⁸ Entretanto, essa eficácia não fora suficiente para encerrar a invasão e a ofensiva militar foi de fato fundamental para terminar o conflito. Diante dos assuntos de política externa a postura deve ser:

Quando o presidente Bush e seu governo argumentaram que somente as sanções não fariam o trabalho, a devida deferência deve ser dada a essa opinião. “Isso não é nenhum descrédito para o papel legítimo do Congresso ou do Senado ao dizer que o presidente é o chefe diplomático e comandante chefe, e que seus argumentos são persuasivos e atraentes”. (Livre tradução) ⁷⁹

O senador segue afirmando que Saddam tomou uma série de decisões equivocadas, baseando-se nos resultados do conflito contra o Irã. Ao invadir o Kuwait não era esperada uma reação, depois Hussein não acreditou que os sauditas deixariam tropas americanas circularem pelo território, por fim o presidente iraquiano não imaginava uma ação ofensiva liderada pelos Estados Unidos em coalizão com vários países e respaldo da ONU. As decisões necessárias foram tomadas e o confronto militar estará em curso com a aprovação da Resolução, mesmo sabendo que a missão não será fácil e sem derramamento de sangue.

Seguindo ainda, o senador faz uma observação primordial para o entendimento dos interesses em questão:

"À medida que nos aproximamos dessa crise, devemos manter os dois pontos adicionais em mente: a nossa dependência do petróleo estrangeiro e o fracasso de nossos aliados para ficarem ao nosso lado. Hoje somos mais, não menos, dependente do petróleo estrangeiro, especialmente o petróleo do Golfo Pérsico, mais dependente do que quando sofremos as linhas de gás e a escassez de meados dos anos setenta. Hoje importamos 50 por cento do nosso petróleo do exterior, e as estimativas são de que vamos importar 75 por cento em uma década (...) O nosso nível de dependência do petróleo estrangeiro é uma ameaça latente à nossa segurança ". (Livre tradução) ⁸⁰

⁷⁸ “The cost, to the Iraqi economy and people has been severe”. BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁷⁹ “When President Bush and his administration argue that sanctions alone will not do the job, due deference should be paid to that opinion. It does no discredit to the legitimate role of the Congress or the Senate to say that the President is the chief diplomat and Commander in Chief, and that his arguments are persuasive and compelling”. BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁸⁰ “As we approach this crisis we should keep two additional points in mind: our dependence on foreign oil and the failure of our allies to stand by our side. Today we are more, not less, dependent on foreign oil, especially oil from the Persian Gulf, more dependent than when we suffered the gas lines and shortages of the mid-seventies. Today we import 50 percent of our oil from abroad, and the estimates are that we will import as much as 75 percent in a decade (...) Our level of dependence on

Por fim, o senador Bryan destaca a participação dos britânicos e critica a ausência da Alemanha e do Japão que não contribuíram nem militarmente nem deram suporte financeiro. Ele conclui lembrando a crueldade de Saddam Hussein, que o momento é crítico e que “*O sinal de Washington para Bagdá deveria ser firme, e nossos pensamentos deveriam estar com as nossas tropas no deserto*”. (Livre tradução)⁸¹

O senador democrata Bob Graham em seu longo discurso faz alguns apontamentos relevantes. Primeiramente, ele menciona a responsabilidade do Congresso para com os jovens militares que ingressam na carreira e se encontram na Arábia Saudita, prontos para enfrentar o inimigo iraquiano. Seguindo, o senador se refere a questão do fundamentalismo religioso na região e a disparidade exorbitante entre ricos e pobres e que esse desequilíbrio alimenta a animosidade. Há ainda a participação americana na região “(...) o fato de que, em parte, através da participação dos Estados Unidos, o Oriente Médio tornou-se um estacionamento para as armas militares do mundo”. (Livre tradução)⁸²

Posteriormente, Graham ressalta que Saddam não é o único culpado e que a malícia dele foi importante para tirar vantagem das circunstâncias da região e os Estados Unidos também contribuíram por meio do apoio dado ao Iraque durante o conflito contra o Irã. Outro deslize americano refere-se à falha do projeto nacional de política energética que deixou o país dependente e refém das intempéries do Oriente Médio, e da insanidade de figuras como Saddam.

Outro comentário relevante feito pelo senador chama atenção para a má distribuição econômica que ocorre no nível mundial:

“Temos que olhar também como podemos desempenhar um papel mais eficaz na eliminação ou moderação, mitigando essas enormes disparidades

foreign oil is a latent threat to our security”. BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁸¹ “The signal to Baghdad from Washington should be firm, and our thoughts should be of our troops in the desert”. BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁸² “(...) the fact that, in part, through the United States participation, the Middle East has become the parking lot for the military weapons of the world”. GRAHAM, Bob. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

econômicas as quais enquanto existirem irão alimentar o descontentamento e criar o teor inflamado de um Oriente Médio populoso e demagogo.⁸³

O senador Graham também comenta o fracasso da reunião entre o secretário de estado americano e o ministro das relações exteriores iraquiano "Isso não apenas tendeu a esmagar o otimismo de que a diplomacia pode ser o meio pelo qual poderíamos alcançar nosso objetivo porque as discussões fracassaram, mas o estilo do fracasso foi tão desanimador". (Livre tradução)⁸⁴

No âmbito interno, Graham afirma que a decisão em pauta dividiu o Congresso e a votação apertada fez com que apenas alguns fizessem a diferença na aprovação da Resolução. Ele afirma "Eu vou apoiar a resolução que dará ao presidente dos Estados Unidos, a autoridade de usar a força. Vou fazer isso porque acredito que o presidente dos Estados Unidos merece ter a presunção de veracidade das suas ações (...)". (Livre tradução)⁸⁵

Por fim, o senador conclui que o cenário do Oriente Médio é extremamente complexo, interligado e divergente, principalmente, por causa da variedade de personagens, histórias e culturas. Ele afirma que a crise vai além, "*Não é apenas um simples aspecto de um grande e poderoso país invadindo, pilhando e ocupando um vizinho mais fraco*". (Livre tradução)⁸⁶ Portanto, a ação da Presidência americana foi baseada na análise de opções, implicações e julgamentos que priorizaram os "interesses nacionais".

O senador democrata Joe Liberman de origem judaica ortodoxa é ligado

⁸³ "We must also look for how we can play a more effective role in eliminating or moderating, mitigating these enormous economic disparities which as long as they exist are going to be fueling discontent and creating the tenor for a Middle Eastern populous demagog to inflame". GRAHAM, Bob. "Authorization for use of military force against Iraq resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁸⁴ "Not only did that tend to crush optimism that diplomacy could be the means by which we would achieve our objective because the discussions failed, but the style of failure was so dispiriting". GRAHAM, Bob. "Authorization for use of military force against Iraq resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁸⁵ "I am going to support the resolution which will give the President of the United States the authority to use force. I am going to do so because I believe that the President of the United States deserves to have a presumption of correctness of his actions (...)". GRAHAM, Bob. "Authorization for use of military force against Iraq resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

⁸⁶ "It is not just the simple issue of a large and powerful state invading, pillaging, and occupying a weak neighbor". GRAHAM, Bob. "Authorization for use of military force against Iraq resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265.

aos grupos pró-Israel. Em seu breve pronunciamento, ele fez várias referências de cunho religioso, adjetivando sempre Saddam como o “mal” que deve ser combatido pelo “bem”. Ele faz a seguinte colocação “Um som de batalha na terra, e de grande destruição.’ Dessa forma Jeremias descreve a batalha contra Nabucodonosor, rei da Babilônia, um brutal ditador da história, e um herói para Saddam Hussein”. (Livre tradução) ⁸⁷

Ele segue já concluindo “*Eu apoio a política americana e o Presidente Bush nesse período de grande crise*”. (Livre tradução) ⁸⁸ Afirma também que um “ditador” como Saddam deve ser combatido pelas forças militares, para que dessa forma o mundo civilizado, mesmo pagando o preço de ingressar em um conflito armado possa sair vitorioso. Por fim, em outro momento, o senador Lieberman justifica do seguinte modo sua aprovação da Resolução:

"Acredito ser também um momento decisivo na história do nosso país, de fato, na história do mundo. Todos nós sentimos o peso do ônus da decisão. Mas faço minha escolha hoje para apoiar o presidente dos Estados Unidos, para lhe dar não uma compulsão para ir para a guerra, mas uma autorização para envolver nossas tropas com a batalha ele deve determinar o que for necessário para proteger nossa segurança nacional. Sr. Presidente, ao fazê-lo, não passamos a bola da responsabilidade. Na verdade, nós por parte do Congresso dividimos a responsabilidade da liderança e que faz parte do preço do serviço público". ⁸⁹

Já o senador republicano Mark Hatfield e seu colega Chuck Grassley foram os dois únicos do partido a votar contra a Resolução. Hatfield em seu pronunciamento expressou com veemência sua *oposição* "Rezo para que não nos tornemos cegos para a possibilidade de paz no meio da guerra. Para o bem dos

⁸⁷ “A sound of battle is in the land, and of great destruction.’ That is how Jeremiah describes the battle against Nebuchadnezzar, King of Babylon, a brutal dictator of history, and a hero to Saddam Hussein”. LIEBERMAN, Joseph. "Authorizing use of U.S. Armed forces pursuant to U.N. Security Council resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 12 de Janeiro de 1991, p.S377.

⁸⁸ “I support American policy and President Bush in this time of great crisis”. LIEBERMAN, Joseph. "Authorizing use of U.S. Armed forces pursuant to U.N. Security Council resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 12 de Janeiro de 1991, p.S377.

⁸⁹ “I believe it is also a defining moment in the history of our country, indeed, in the history of our world. All of us feel the weight of the burden of decision. But I make my choice today to support the President of the United States, to give him not a compulsion to go to war, but an authorization to commit our troops to battle should he determine it necessary to protect our national security. Mr. President, by doing so, we do not pass the buck of responsibility. In fact, we in the Congress share in the responsibility of leadership and that is part of the price of public service”. LIEBERMAN, Joseph. "Authorizing use of U.S. Armed forces pursuant to U.N. Security Council resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 12 de Janeiro de 1991, p.S377.

nossos jovens, homens e mulheres na linha de frente, e de fato, para o bem de toda a humanidade, a guerra e diplomacia não devem tornar-se mutuamente exclusivas". (Livre tradução)⁹⁰

Repetidamente ele clama que seus colegas congressistas pensem nos jovens no *front* de batalha e que o presidente não aja com ansiedade com relação ao conflito armado. Ele finaliza seu breve discurso dizendo "Nossos líderes podem ter a coragem de também defenderem a paz?". (Livre tradução)⁹¹

Ao analisar esses discursos alguns pontos em comum aparecem de modo recorrente nas falas selecionadas. A opção por selecionar pronunciamentos de congressistas em oposição aos respectivos partidos foi pautada pela busca de fundamentos que pudessem se diferenciar de uma opinião majoritária.

Além do critério de escolha supracitado, a investigação biográfica trouxe informações relevantes de articulação entre os congressistas destacados. A maioria dos deputados democratas que votaram a favor da ação ofensiva *Desert Storm* tem alguma ligação com as forças armadas americanas. Outro aspecto identificado refere-se a participação em comissões ligadas ao setor de segurança e defesa.

Do universo de oitenta e seis democratas da Câmara que se posicionaram em oposição ao partido, podemos apontar vinculações relevantes para a investigação, embora não se tenha encontrado pronunciamentos tão específicos quando os até aqui apresentados. Harold Volkmer, por exemplo, é um defensor do segmento de armas e figura o quadro da NRA⁹² (National Rifle Association). A associação é conhecida dentro do Congresso por sua força política e financeira, além de exercer o *lobby* de forma ostensiva, e de acordo com a jornalista Jeanne Cummings, "A Associação Nacional de Rifles tem dinheiro, membros motivados e aliados poderosos no Congresso. Mas o que coloca o ANR em uma classe separada entre grupos de interesse é o seu histórico de derrotar incumbentes".

⁹⁰ "I pray that we do not become blinded to the possibility of peace in the midst of war. For the sake of our young men and women on the frontlines, and indeed for the sake of all humanity, war, and diplomacy must not become mutually exclusive". HATFIELD, Mark. "Supporting U.S presence in the Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 17 de Janeiro de 1991, p.S972.

⁹¹ "Can our leaders muster the courage to also wage peace?". HATFIELD, Mark. "Supporting U.S presence in the Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 17 de Janeiro de 1991, p.S972.

⁹² NRA: <http://home.nra.org/#/home> <acessado em 5 de outubro de 2010>

(Livre tradução) ⁹³

Outro deputado, Eliot Engel esteve a frente da comissão de energia e comércio, também foi co-fundador da *Chair of the House Oil and National Security Caucus*, grupo que busca fontes de energia alternativa visando a diminuição da dependência americana por petróleo. Além dessa vinculação com o segmento energético, Engel é ligado às instituições do *lobby* sionista. No caso do deputado democrata, os dois grupos de interesse são complementares, pois a redução da dependência petrolífera enfraqueceria o poder de barganha árabe, enquanto a relação entre Estados Unidos e Israel continuaria a respaldar o poder regional do estado judeu.

No Senado a situação é bem semelhante com relação aos dez legisladores democratas que aprovaram da Resolução de janeiro de 1991. As ligações nesse âmbito são mais complexas de se identificar, os posicionamentos são mais cautelosos e, de certo modo, velados.

Não se pode precisar com exatidão o grau de articulação entre os segmentos do *lobby* e o legislativo. As funções são distintas e os interesses, por vezes são semelhantes, mas se pode investigar a formação desses vínculos em prol de alguma finalidade que atenda ambos os lados. Uma conceituação formal de grupos de interesse suscita uma série de reflexões quando observada pela ótica da realidade dos Estados Unidos:

“Podemos concluir que são Grupos de pressão aqueles grupos organizados que, embora tendo, em mira influenciar sobre a distribuição dos recursos numa sociedade, seja mantê-la sem alteração, seja para introduzir uma mudança em seu favor, não participam diretamente no processo eleitoral e por isso mesmo não estão interessados em gerir *in próprio* o poder político, e sim em aproximar-se dele com facilidade e frequência e a influenciar as opções” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1992, p.565).

No contexto americano, investigado no presente trabalho, o conceito supracitado pode ser aplicado de forma genérica, pois se observou que os segmentos bélico, sionista e energético buscaram justamente assegurar que seus anseios fossem defendidos pelos congressistas vinculados ao grupo. Entretanto, na

⁹³ “The National Rifle Association has money, motivated members and powerful allies in Congress. But what puts the NRA in a separate class among interest groups is its track record of defeating incumbents”. <http://www.politico.com/news/stories/0407/3563.html> <acessado em 22 de agosto de 2010>

realidade política americana há amplo espaço para que os próprios setores busquem eleger um representante diretamente atrelado, não apenas criando vínculos baseados apenas em financiamentos, mas exigindo um grau de comprometimento total.

As falas apresentadas na pesquisa mostram que em alguns momentos a questão partidária fora ignorada em prol da defesa de um posicionamento contraditório. Questões acerca do interesse interno, como a política energética, articulação entre Congresso e Executivo, a possibilidade perda de vidas de soldados americanos entre outros assuntos foram defendidos pelos congressistas. E em alguns momentos, a biografia corroborou para a justificativa de tal decisão.

E além do âmbito interno, há também apontamentos acerca do papel dos Estados Unidos como *hegemon* mundial e responsável pela articulação das Nações Unidas com outros países, para que, sob a liderança estadunidense uma solução fosse dada à ocupação iraquiana no Kuwait. Talvez, alguns desses apontamentos tivessem o objetivo de reforçar a ideia de um “interesse nacional” e ressaltando a hegemonia americana acima de “vontades menores”.

5 – A esfera decisória

Após a análise do funcionamento dos segmentos relacionados ao *lobby* e a atuação dos congressistas de acordo com os interesses pautados, resta investigar o âmbito onde as decisões são de fato tomadas. Quem foram os personagens centrais e como cada um atuou no contexto da Guerra do Golfo? A biografia desses indivíduos colabora para a investigação dos interesses em questão, seja pela ligação profissional com determinados segmentos ou ainda, por vínculos religiosos com o judaísmo, por exemplo.

Vários atores estiveram envolvidos na formulação das decisões acerca do conflito em curso no Golfo Pérsico. Secretários, assessores, militares de alta patente entre outros foram importantes na articulação para os desdobramentos. Entretanto, embora contasse com toda essa equipe, as decisões primordiais foram tomadas pelo presidente George H. W. Bush que em alguns momentos divergiu de seus articuladores políticos.

Afinal, o presidente tinha que atuar em todas as frentes envolvidas na questão e objetivando sempre que seus posicionamentos fossem atendidos. Ele teve que buscar respaldo internacional, lidar tanto com os interesses internos do Poder Executivo, quanto com as pressões do Legislativo, e por fim e não menos importante, com a opinião pública americana.

5.1. Dados biográficos

O presidente George Herbert Walker Bush foi o protagonista de toda a movimentação que resultou na intervenção militar da Guerra do Golfo. Em seu histórico pode-se observar a presença de elementos fundamentais para a formação de um “líder” dentro daquilo que vislumbra a mentalidade americana.

Bush é filho de um senador e também banqueiro, ou seja, já transitava entre

os meios financeiro e político. Ele também serviu a Marinha até a conclusão da II Guerra Mundial, em seguida terminou seus estudos em Yale, mudou-se para o Texas e consolidou uma exitosa carreira no setor petrolífero, tornando-se milionário. Em 1963 ingressou no segmento político pelo lado republicano, foi embaixador, diretor da CIA, vice-presidente de Ronald Reagan e por fim, presidente dos Estados Unidos de 1989 até 1993.⁹⁴

O vice-presidente de Bush foi Dan Quayle, também republicano, fora senador pelo Estado de Indiana. Tinha um histórico familiar ligado ao setor da comunicação, pois a avó materna, magnata, fundou a *Central Newspaper Inc.* Assim como Bush, seguiu a carreira militar por um tempo, integrando a Guarda Nacional do Exército. Dan formou-se em Ciência Política e Direito. Durante o exercício da Vice-Presidência não foi tão atuante ao longo do conflito.⁹⁵

James Baker foi o secretário de Estado de Bush durante o período da Guerra do Golfo. Ele era republicano (embora de origem democrata) e também serviu a Marinha americana. Advogado e político no Estado do Texas. Foi um dos personagens centrais da articulação de toda a movimentação acerca da ação ofensiva militar. Inclusive, Baker foi ao encontro do ministro iraquiano das relações exteriores Tariq Aziz como uma última tentativa de acordo diplomático. O secretário compartilhava em vários momentos do mesmo posicionamento do presidente Bush.⁹⁶

O Secretário do Tesouro de Bush foi Nicholas Brady. Ele fora senador por Nova Jersey (integrou, entre outras, a Comissão de Serviços Armados), tinha uma carreira ligada ao setor dos Bancos Industriais (sua família fora do setor industrial) e participou do segmento petrolífero. Também defensor da vertente política

⁹⁴ THE WHITE HOUSE. *About the White House - Presidents - George H. W. Bush* <http://www.whitehouse.gov/about/presidents/georgehwBush/> <acessado em 15 de outubro 2010> ; GEORGE BUSH PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM. *Research: Biography of George Herbert Walker Bush*. http://bushlibrary.tamu.edu/research/bio_ghwBush.php <acessado em 16 de outubro de 2010>

⁹⁵ UNITED STATES CONGRESS. <http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=Q000007> <acessado em 16 de outubro de 2010> ; UNITED STATES SENATE. http://www.senate.gov/artandhistory/history/common/generic/VP_Dan_Quayle.htm <acessado em 15 de outubro de 2010>

⁹⁶ PORTER, Keith. "Former U.S. Secretary of State James Baker". *About.com: U.S. foreign policy*. <http://usforeignpolicy.about.com/od/usstatedepartment/p/jbaker.htm> <acessado em 17 de outubro>

republicana, colaborou na estruturação dos embargos aplicados contra o Iraque.⁹⁷

Outro personagem fundamental para os desdobramentos do conflito no Oriente Médio foi, sem dúvida, Dick Cheney, então Secretário de Defesa. Seguidor da linha republicana, ele ingressou na política em 1969, sendo congressista e ocupando cargos no governo. Durante a Guerra do Golfo foi o responsável pelas ações americanas no Iraque e também fez inúmeras viagens à parceira Arábia Saudita. Na esfera privada, após o período Bush seguiu na carreira profissional na esfera privada e chegou a CEO da Halliburton, também foi diretor do CRF (*Council of Foreign Relations*) e figurou o quadro de conselheiros do JINSA.⁹⁸

As opiniões fortes de Cheney foram notadas por Urbina:

"Como secretário da Defesa, o lema de Cheney para lidar com o Oriente Médio é "armas para os nossos amigos e o controle de armas de nossos inimigos", e durante a Guerra do Golfo Pérsico, ele foi um dos poucos no âmbito interno estimulando a invasão terrestre. Na Halliburton, Cheney disse que se recusou até mesmo a assistir as conferências em que os iraquianos estavam presentes. Embora ele tenha escalado de volta os militares durante o seu mandato no Pentágono, a maior parte das reduções não veio do real decréscimo em operações militares dos EUA no exterior, mas sim do aumento da terceirização dessas operações para grandes empresas privadas. Claramente, este processo não impede a transição de Cheney do governo para o mundo dos negócios". (Livre tradução).⁹⁹

⁹⁷ QUINT, Michael. "The Financier `Who Knows what is going on`". *The New York Times*, 06 de Agosto de 1988. <http://www.nytimes.com/1988/08/06/us/the-financier-who-knows-what-is-going-on.html> <Acessado em 19 de outubro de 2010>

⁹⁸ UNITED STATES CONGRESS. <http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=C000344> <acessado em 15 de outubro de 2010> ;

MINNESOTA PUBLIC RADIO. "Dick Cheney: a man of influence, but still in the background". 1 de setembro de 2004. http://news.minnesota.publicradio.org/features/2004/09/01_ap_cheneyprofile/ <acessado em 20 de outubro de 2010> ;

MEYERSON, Adam. "Calm after Desert Storm". *Hoover Institution, Policy Review* n.65, 1 de junho de 1993. <http://www.hoover.org/publications/policy-review/article/6603> <acessado em 20 de outubro de 2010> ;

DUFFY, Michael. "The Cheney branch of Government" *Time Magazine*, 22 de junho de 2007 <http://www.time.com/time/nation/article/0,8599,1636435,00.html> <acessado em 20 de outubro de 2010> ;

ON THE ISSUE. "Dick Cheney on Energy and oil". http://www.issues2000.org/2004/Dick_Cheney_Energy+_Oil.htm <acessado em 20 de agosto de 2010>

⁹⁹ "As Secretary of Defense, Cheney's motto for dealing with the Middle East was "Arms for our friends, arms control for our enemies", and during the Persian Gulf War, he was one of the few insiders pushing for a full ground invasion. At Halliburton, Cheney said he refused even to attend any conferences where the Iraqis were present. Though he did scale back the military during his tenure at the Pentagon, the bulk of the reductions came not from real decreases in US military operations abroad, but rather from increased outsourcing of these operations to large private contractors. Clearly, this process didn't hinder Cheney's transition from government to the business world". (URBINA, 2000, p.11-12).

Ao lado de Cheney, o General Colin Powell também participou da esfera decisória, junto com o também General Norman Schwarzkopf.¹⁰⁰ Powell durante a Guerra do Golfo ocupava o mais alto cargo militar junto ao Departamento de Defesa, presidindo a “*Joint Chiefs of Staff*”, portanto, foi um ator fundamental na articulação militar das ações tanto defensiva quanto ofensiva no intuito de solucionar a questão.

Defensor de métodos pacíficos de solução de conflitos, Powell argumentava que a via militar deveria ser o último recurso a ser lançado, somente após várias tentativas diplomáticas de solução. Inclusive, a chamada doutrina Powell recebeu o nome do general pelas posições por ele defendidas e os aspectos que devem ser considerados antes do início de um confronto militar. Alguns pontos como: respaldo popular, relevância para o “interesse nacional”, apoio internacional entre outros. Powell serviu o exército americano de 1958 até 1993, inclusive participou da Guerra no Vietnã.¹⁰¹

Já o General Schwarzkopf liderou a coalizão, respaldada pela ONU, formada para solucionar a questão da Guerra do Golfo. Foi o comandante da operação *Desert Storm* que se iniciou em 18 de janeiro de 1991 e em pouco tempo conseguiu cumprir o objetivo de retirar as tropas iraquianas que haviam invadido o Kuwait. Ele foi um agente executor das decisões tomadas nas instâncias superiores, mas suas percepções também eram solicitadas para que novas decisões fossem formalizadas.

102

Ainda no Departamento de Defesa, é importante apontar o subsecretário Paul Wolfowitz¹⁰³, pois sobre sua coordenação revisaram as estratégias militares formuladas para a Guerra do Golfo além de estimular a arrecadação de fundos (50 bilhões de dólares) para financiar a ação. No âmbito pessoal, Wolfowitz é um

¹⁰⁰ PORTER, Keith. “Former U.S. Secretary of State Collin Powell”. *About.com: U.S. foreign policy*. <http://usforeignpolicy.about.com/od/usstatedepartment/p/cpowell.htm> <acessado em 19 de outubro de 2010>

¹⁰¹ U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. “The 14 Chairmen of the Joint Chiefs of Staff”. *American Forces Press Service*, 10 de agosto de 1999. <http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=43048> <Acessado em 22 de outubro de 2010>

¹⁰² WEST POINT ASSOCIATION OF GRADUATES. 1994 Distinguished Graduate Award. <http://www.westpointaog.org/NetCommunity/Page.aspx?pid=532> <acessado em 26 de outubro de 2010>

¹⁰³ BBC NEWS. 17 de maio de 2007. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1564448.stm> <acessado em 29 de outubro de 2010> ;

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/Wolfowitz.html> <acessado em 29 de outubro>

ferrenho defensor da corrente neoconservadora e também é militante nas causas pertinentes à defesa de Israel. Ele nasceu em Nova Iorque e a família era de imigrantes judeus vindos da Polônia.

No Departamento de Defesa, Wolfowitz era assessorado por pessoas que também exerciam certa influência na tomada de decisão, além de representarem determinados grupos de interesse. O advogado Lewis Libby, por exemplo, era ligado à Wolfowitz e estava destacado no Pentágono, responsável pela parte de estratégias e recursos. Como defensor pró-Israel e neoconservador, ele mantinha relacionamento com várias instituições entre as quais a AIPAC e JINSA. Também fora defensor da operação militar.

James Watkins foi o Secretário de Energia do governo Bush.¹⁰⁴ Também serviu a Marinha onde se aposentou como Oficial. Ele participou da diretoria de várias corporações, entre elas, *International Technology Corp*, *Philadelphia Electric Co*. Durante o conflito entre Iraque e Kuwait, Watkins apresentou planos para amenizar possíveis problemas relacionados à produção, por causa da instabilidade na região do Oriente Médio. O presidente Bush também solicitou ao secretário que estimulasse a economia tanto por parte da população quanto pelo lado do setor industrial, afinal o setor energético era bastante sensível aos desdobramentos do conflito.

O Secretário de Comércio de Bush foi Robert Mosbacher. De origem judaica, mas convertido ao cristianismo, formou-se em administração de empresas e por ser empresário do setor de gás natural no Texas acabou se aproximando de Bush nos negócios relacionados ao petróleo. Ele também figurou a política ao lado dos Republicanos e participou do quadro de diretores do *American Petroleum Institute*. Também colaborou na formulação das medidas relacionadas aos embargos aplicados.¹⁰⁵

¹⁰⁴ NATIONAL PUBLIC RADIO. "Admiral James Watkins U.S. navy (retired)". 28 de setembro de 2000. <http://www.npr.org/programs/npc/2000/000928.watkins.html> <acessado em 30 de outubro de 2010> ; NAVY DEPARTMENT LIBRARY. *Naval Historical Center*. http://www.history.navy.mil/library/Bios/watkins_jd.html <acessado em 30 de outubro de 2010>

¹⁰⁵ THOLSON, Mike. "Oilman, GOP satwart Mosbacher dies at 82". *Houston Chronicle*, 25 de janeiro de 2010. <http://www.chron.com/disp/story.mpl/metropolitan/6833008.html> <acessado em 30 de outubro de 2010> ; THE ASSOCIATED PRESS. "Ex-US Commerce Secretary Mosbacher dies in Houston". *ABC NEWS*, 24 de janeiro de 2010. <http://abcnews.go.com/US/wireStory?id=9648935> <acessado em 30 de

Ainda no alto escalão, outro agente com papel importante nas negociações acerca da invasão iraquiana e da ação militar da Guerra do Golfo, foi a embaixadora americana no Iraque April Glaspie. No dia 25 de julho de 1990 ela se reuniu com Saddam Hussein e este afirmou que não tinha qualquer intenção em invadir o Kuwait.¹⁰⁶

Outros atores relevantes são identificados no âmbito internacional, como o presidente da ONU durante o conflito, o primeiro-ministro britânico John Major e os chefes dos governos (por exemplo, Arábia Saudita, Egito entre outros que totalizaram 26 países) que se articularam na coalizão proposta pelos Estados Unidos para a resolução, pela via militar, do conflito no Golfo Pérsico. Inclusive o presidente russo Mikhail Gorbachev participou e reconheceu a importância da ação americana no intuito de pacificar a região em conflito. Entretanto, não cabe no presente estudo detalhar cada um deles, pois o objeto do trabalho está no processo de formulação interno da política externa dos Estados Unidos.

5.2. Os posicionamentos antes da operação *Desert Storm*

A abertura dos arquivos do governo americano permitiu que as informações de memorandos e documentos pudessem ser acessadas por pesquisadores. É interessante observar como as decisões foram sendo construídas e os argumentos utilizados.

Em um telegrama¹⁰⁷ foi relatada a reunião entre a embaixadora Glaspie e Saddam do dia 25 de julho de 1990 são apresentadas informações que mostram apontamentos realizados pelo presidente iraquiano e endereçados à Bush.

No primeiro ponto apresentado afirma-se que Saddam solicitou uma reunião com as autoridades kuaitianas e ele assegurou ao presidente egípcio Hosni Mubarak

outubro de 2010>

¹⁰⁶ Os desdobramentos dessa reunião serão apresentados a seguir.

¹⁰⁷ NATIONAL SECURITY COUNCIL. "Saddam's message of friendship to President Bush". Telegrama enviado da Embaixada Norte-Americana em Bagdá para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, 25 de julho de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq Pre-2/8/90-12/90 (2 of 6).

que não iria agir antes que esse encontro ocorresse.

A seguir Saddam dirige uma mensagem direta para o presidente Bush. Ele afirma que o Iraque não quer iniciar um conflito, mas diante do menosprezo do Kuwait, em parceria com a Arábia Saudita, com relação aos reduzidos preços do barril de petróleo isso seria inevitável, pois o país não aceitaria ser humilhado pela OPEP. O presidente iraquiano acusa o vizinho Kuwait de não buscar uma solução diplomática para o impasse e afirma “*Iraque não terá escolha a não ser responder, mesmo que de modo ilógico e autodestrutivo que provará*”.¹⁰⁸

Saddam critica determinados segmentos que não vislumbram a possibilidade de um relacionamento entre Estados Unidos e Iraque: “há alguns círculos na USG, incluindo a CIA e o Departamento de Estado, mas enfaticamente excluindo o presidente e o secretário Baker, que não são amistosos com a relação Iraque – EUA”. (Livre tradução)¹⁰⁹ Inclusive, acusa esse grupo de estar buscando um sucessor para o presidente iraquiano e fazer propaganda negativa sobre o país na região do Golfo Pérsico.

A crise econômica do Iraque é o principal argumento utilizado por Saddam para fundamentar sua posição ofensiva: “ficamos um pouco irritados, esperávamos que seria possível desenvolver um bom relacionamento. Mas aqueles que forçam para baixo os preços do petróleo estão se engajando em uma guerra econômica e o Iraque não pode aceitar tal invasão de sua dignidade e prosperidade”. (Livre tradução)¹¹⁰

¹⁰⁸ “Iraq will have no choice but to “respond”, however illogical and self-destructive that would prove”. NATIONAL SECURITY COUNCIL. “Saddam’s message of friendship to President Bush”. Telegrama enviado da Embaixada Norte-Americana em Bagdá para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, 25 de julho de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq Pre-2/8/90-12/90, p.2).

¹⁰⁹ “there are “some circles” in the USG, including in CIA and the State Department, but emphatically excluding the president and secretary Baker, who are not friendly toward Iraq-U.S. Relations”. NATIONAL SECURITY COUNCIL. “Saddam’s message of friendship to President Bush”. Telegrama enviado da Embaixada Norte-Americana em Bagdá para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, 25 de julho de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq Pre-2/8/90-12/90, p.5).

¹¹⁰ “we were somewhat annoyed, we still hoped that we could develop a good relationship. But those who force oil prices down are engaging in economic warfare and Iraq cannot accept such a trespass on its dignity and prosperity”. NATIONAL SECURITY COUNCIL. “Saddam’s message of friendship to President Bush”. Telegrama enviado da Embaixada Norte-Americana em Bagdá para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, 25 de julho de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq Pre-2/8/90-12/90, p.3).

Mais a diante, Saddam faz uma afirmação extremamente relevante para a presente pesquisa, pois ele identifica o grupo de pressão sionista e a influência exercida sobre a Presidência americana: "o Presidente Bush, disse Saddam, não cometeu qualquer erro em sua presidência vis-à-vis os árabes. A decisão sobre o diálogo OLP¹¹¹ foi "equivocado", mas foi realizado sob "pressão sionista" e, disse Saddam, talvez seja uma tática inteligente para absorver essa pressão". (Livre tradução)¹¹²

Por fim, no término da conversa relatada no telegrama entre Saddam e a embaixadora americana Glaspie, o presidente iraquiano a informa que o governo do Kuwait aceitou a reunião para o dia 30 de julho. A representante dos Estados Unidos se pauta, justamente na observação de Saddam durante este encontro, para transmitir ao governo americano a informação de que o confronto não parecia ser iminente. Em um artigo publicado na revista *Time*, Ted Gump descreve como foi observada essa reunião e os desdobramentos "desastrados" resultantes do encontro:

"Mesmo à beira do abismo, a política dos EUA para o Iraque em contradição consigo mesma. Em 25 de julho de 1990, quando os tanques e as tropas iraquianas seguiam ao longo da fronteira do Kuwait, a embaixadora dos EUA, April Glaspie disse ao presidente Saddam Hussein em Bagdá que os EUA tinham pouco a dizer sobre disputas fronteiriças árabe e estavam ansioso para melhorar as relações com o Iraque. No mesmo dia em Washington, funcionários do Departamento de Estado pediram ansiosamente ao Pentágono para despachar o porta-aviões USS Independence e seu grupo de batalha, para o Oceano Índico, em direção a foz do Golfo Pérsico - como um sinal para Saddam de que os EUA não ficariam de braços cruzados se o Iraque cruzasse para o lado do Kuwait.

O episódio foi típico da política dos EUA para o Iraque, marcada por sinais contraditórios, os conflitos entre agências, falhas de inteligência, erros de julgamento e voos de mentes viajantes. Por trás das falhas específicas espreitava - e ainda se esconde - um dilema de

¹¹¹ PLO (Palestine Liberation Organization). Organização política fundada em 1964 com o objetivo de assegurar a liberação da Palestina. Mais informações no sítio: UNITED NATIONS – Permanent Observer Mission of Palestine. <http://www.un.int/wcm/content/site/palestine/cache/offonce/pid/11543;jsessionid=48E89137BB815A80B9D49E41C8B84FA7> <acessado em 12 de janeiro de 2011>

¹¹² "President Bush, Saddam said, has made no mistake in his presidency vis-à-vis the arabs. The decision on the PLO dialogue was "mistaken", but it was taken under "Zionist pressure" and, Saddam said, is perhaps a clever tactic to absorb that pressure". NATIONAL SECURITY COUNCIL. "Saddam's message of friendship to President Bush". Telegrama enviado da Embaixada Norte-Americana em Bagdá para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, 25 de julho de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq Pre-2/8/90-12/90, p.5).

política em geral que os EUA ainda tem de resolver: Devem os Estados Unidos dançar com o diabo para promover seus interesses estratégicos? Quando o inimigo do seu inimigo é seu amigo?"¹¹³. (Livre tradução)¹¹³

Ou seja, enquanto a April Glaspie tinha uma percepção, em Washington, os setores ligados a segurança e defesa já se articulavam para o conflito iminente. Apesar das divergências, uma semana depois da reunião supracitada, as tropas iraquianas invadiram o Kuwait.

Já as informações apresentadas em um memorando¹¹⁴ de 20 de agosto de 1990 são importantes para se analisar o conflito do ponto de vista das solicitações iraquianas. O documento demonstra as formas que o governo americano vinha buscando solucionar a insatisfação do Iraque com relação ao vizinho Kuwait e a disputa na determinação do valor do barril de petróleo. Mesmo diante da afirmação de April Glaspie, apontando sobre a não-iminência do conflito, alguns consultores do governo americano já apontavam categoricamente para a ação militar e ainda, os grupos do *lobby* bélico, energético e sionista já vinham articulando suas respectivas pressões, vislumbrando a satisfação dos seus interesses naquele contexto.

A percepção iraquiana resultante dessa reunião com a embaixadora americana fora identificada por Yetiv na seguinte passagem “Ao responder os questionamentos de Saddam sobre as intenções dos EUA, ela fez uma colocação infame que os Estados Unidos “não tem opinião nos conflitos Árabe-Árabe, como os problema de fronteira com o Kuwait”. (...) Saddam viu a afirmação como um sinal

¹¹³ “Even at the edge of the abyss, U.S. policy toward Iraq ran headlong into contradiction with itself. On July 25, 1990, as Iraqi tanks and troops were massing along the border of Kuwait, U.S. Ambassador April Glaspie told President Saddam Hussein in Baghdad that the U.S. had little to say about Arab border disputes and was eager to improve relations with Iraq. That same day in Washington, anxious State Department officials urged the Pentagon to dispatch the aircraft carrier U.S.S. Independence and its battle group, then in the Indian Ocean, to the mouth of the Persian Gulf -- as a signal to Saddam that the U.S. would not sit idly by if Iraq crossed into Kuwait. The episode was typical of a U.S. policy toward Iraq that was marked by mixed signals, interagency disputes, intelligence failures, errors of judgment and flights of wishful thinking. Behind the specific failures lurked -- and still lurks -- a general policy dilemma the U.S. has yet to resolve: Must America dance with the devil to promote its strategic interests? When is the enemy of your enemy your friend?”. GUP, Ted. “History a man you could do bussiness with”. *Time Magazine*, 11 de março de 1991. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,972490,00.html>

¹¹⁴ NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento e Agencia de Informação dos Estados Unidos elaborado pela Casa Branca, 20 de agosto de 1990.

verde para invadir o Kuwait (...)" (Livre tradução) ¹¹⁵

Já com a invasão em curso, em um memorando para quase todo seu secretariado, o presidente G. H. W. Bush apontou os setores estratégicos em relação ao conflito que se iniciara cerca de duas semanas antes. O presidente inicia apontando, primeiramente, os interesses americanos que estão vinculados ao confronto, "estes interesses incluem o acesso ao petróleo, à segurança e estabilidade dos principais países aliados na região. Os Estados Unidos vão defender seus interesses vitais na área por meio do uso da força militar dos EUA se for necessário (...)" (Livre tradução) ¹¹⁶

O segundo ponto destacado são as ações a serem empreendidas para buscar uma solução. Na diplomacia Bush afirma:

"o Secretário de Estado deve continuar a trabalhar de modo bilateral com nossos aliados e amigos, e em complementaridade com a comunidade internacional através das Nações Unidas (...) para encontrar uma solução pacífica, para acabar com a ocupação iraquiana do Kuwait e restabelecer o governo legítimo do Kuwait". (Livre tradução) ¹¹⁷

Tratando-se de economia, os embargos restringindo o intercâmbio comercial com o Iraque continuam em funcionamento. Inclusive, Bush solicitou que as secretarias de Tesouro e Estado regulassem as restrições de acordo com os parâmetros atribuídos pela ONU. O presidente segue afirmando "vamos enfatizar o respeito individual e coletivo com essas sanções, mas estamos preparados, se necessário, para aplicá-las no exercício do nosso direito inerente, de autodefesa

¹¹⁵ "In responding to Saddam's queries about U.S. intentions, she made the now-infamous statement that United States had "no opinion on Arab-Arab conflicts, like your border disagreement with Kuwait". (...) Saddam saw her statement as providing a green light to invade Kuwait (...)" (YETIV, 2004, p.23).

¹¹⁶ "these interests include access to oil and the security and stability of key friendly states in the region. The United States will defend its vital interests in the area through the use of U.S. military force if necessary (...)" NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento, p.1.

¹¹⁷ "the Secretary of State should continue to work bilaterally with our allies and friends, and in concert with the international community through the U.N. (...) to find a peaceful solution to end the Iraqi occupation of Kuwait and to restore Kuwait's legitimate government". NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento, p.2.

individual e coletiva nos termos do artigo 51 da Carta da ONU".¹¹⁸

No setor energético a preocupação do governo é grande, pois as consequências teriam efeitos internos que revelariam a falha da política energética, e ainda mobilizariam a opinião pública de modo negativo, desfavorável ao governo. "Os Estados Unidos importam agora aproximadamente metade do petróleo que consome e, como resultado da crise atual, poderia enfrentar a maior ameaça à sua economia. Grande parte do mundo é mais dependente ainda do petróleo importado e mais vulneráveis às ameaças do Iraque". (Livre tradução)¹¹⁹ A população e o setor industrial americano foram chamados a economizar energia evitando crises de escassez. Bush pediu para que as empresas do setor petrolífero segurassem os preços do barril de petróleo e derivados, também evitando lucros exorbitantes.

Por fim, as atribuições do setor militar foram claramente apresentadas pelo presidente:

"Para proteger os interesses dos EUA no Golfo e em resposta às solicitações do Rei da Arábia Saudita e o Emir do Kuwait, eu ordenei as forças militares americanas destacadas para alcançar dois propósitos na região: para deter e, se necessário, defender a Arábia Saudita e outros países amigos na região do Golfo de futuras agressões iraquianas (...)". (Livre tradução)¹²⁰

Além disso, forças de outros países parceiros foram chamadas para articular essa estrutura defensiva junto com o poderio americano. Uma das forças teve como atribuição a defesa da Arábia Saudita em qualquer tentativa de agressão iraquiana.

¹¹⁸ "we will emphasize individual and collective compliance with these sanctions, but are prepared, if necessary, to enforce them in the exercise of our inherent right of individual and collective self-defense under Article 51 of the UN Charter". NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento, pp.2-3.

¹¹⁹ "The United States now imports nearly half the oil it consumes and, as a result of the current crisis, could face a major threat to its economy. Much of the world is even more dependent on imported oil and more vulnerable to Iraqi threats". NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento, p.3.

¹²⁰ "To protect U.S. interests in the Gulf and in response to requests from the King of Saudi Arabia and the Amir of Kuwait, I have ordered U.S. military forces deployed to the region for two purposes: to deter and, if necessary, defend Saudi Arabia and other friendly states in the Gulf region from further Iraqi aggression (...)". NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento, p.3.

Já o segundo grupo foi destacado para assegurar o cumprimento das medidas restritivas de embargo contra Iraque e Kuwait (ocupado).

Em outro momento, ainda no início do conflito, em 11 de setembro de 1990, o presidente Bush proferiu um discurso na Câmara dos Deputados apontando como o Poder Executivo estava se preparando para lidar com o problema e as consequências objetivadas. No início do pronunciamento ele ressalta a importância da defesa dos “valores civilizados” e a sustentação do poderio econômico americano.

A seguir Bush pontua claramente os objetivos dos Estados Unidos no Golfo:

“O Iraque tem que sair completamente do Kuwait, imediatamente e sem condições.

O governo legítimo do Kuwait deve ser restaurado.

A segurança e a estabilidade do Golfo Pérsico devem ser garantidas.

Cidadãos americanos no exterior devem ser protegidos.

Esses objetivos não são apenas nossos. Eles tem sido endossados pelo Conselho de Segurança da ONU cinco vezes em várias semanas. A maioria dos países compartilha nossa preocupação com princípios. E muitos tem interesse na estabilidade do Golfo Pérsico. Isso não é, como o Saddam acredita, os Estados Unidos contra o Iraque. É o Iraque contra o mundo.

América e o mundo devem apoiar as determinações legais. E nós vamos.

América e o mundo devem enfrentar a agressão. E nós vamos.

E mais uma coisa – na intenção de atingir esses objetivos, a América não será intimidada.

Princípios de assuntos vitais estão seguros. Saddam Hussein está literalmente tentando varrer um país do mapa da Terra. Nós não estamos exagerando”. (Livre tradução) ¹²¹

Diante da realidade dos fatos, continua o presidente, não há substituto para a

¹²¹ “Iraq must withdraw from Kuwait completely, immediately--and without condition.

Kuwait's legitimate government must be restored.

The security and stability of the Persian Gulf must be assured.

American citizens abroad must be protected.

These goals are not ours alone. They have been endorsed by the United Nations Security Council five times in as many weeks. Most countries share our concern for principle. And many have a stake in the stability of the Persian Gulf. This is not, as Saddam Hussein would have it, the United States against Iraq. It is Iraq against the world.

America and the world must defend common vital interests. And we will.

America and the world must support the rule of law. And we will.

America and the world must stand up to aggression. And we will.

And one thing more--in the pursuit of these goals America will not be intimidated.

Vital issues of principle are at stake. Saddam Hussein is literally trying to wipe a country off the face of the Earth.

We do not exaggerate”.

BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

liderança mundial além dos Estados Unidos, portanto, eles tem que enfrentar a “tirania”, apoiar os “amigos” e assegurar sua credibilidade junto aos demais países. De qualquer maneira, Saddam Hussein teria de lidar com essa verdade incontestável. Com relação aos gastos, “pela nossa parte, temos contribuído com US\$ 28 milhões para os esforços de socorro. Esta é apenas uma parte do que é necessário. Recomendo, em particular, à Arábia Saudita, Japão e várias nações européias que se uniram a nós nesse esforço puramente humanitário”. (Livre tradução) ¹²²

Adiante, Bush coloca a questão energética e a importância da região do Golfo devido a grande produção petrolífera. Com a colaboração de outros produtores teria sido assegurado o fornecimento mundial de petróleo e gás e de certa forma estabilidade nos preços, pois aumentos abusivos não seriam tolerados. Na pior das hipóteses as reservas estratégicas assegurariam o fornecimento. O presidente também reconhecia a falha da política energética em estimular a economia e ainda, a necessidade de buscar outras fontes energéticas diversificadas. Como esse setor foi de certo modo negligenciado, as consequências com a interrupção da produção da região do conflito poderiam por em risco a demanda americana, “nosso fracasso em fazer essas coisas nos tornou mais dependentes do petróleo estrangeiro do que nunca”. ¹²³

A situação do Golfo Pérsico é complexa e os Estados Unidos se colocaram em uma ação contínua, tanto com o intuito de solucionar o conflito em questão, quanto buscar assegurar que episódios semelhantes não voltassem a ocorrer. A questão do fluxo de armas também é enfatizada por Bush “Nosso papel é ajudar nossos amigos em sua própria autodefesa. E outra coisa: para conter a proliferação de armas químicas, biológicas, mísseis balísticos e acima de tudo,

¹²² “For our part, we have contributed \$28 million for relief efforts. This is but a portion of what is needed. I commend, in particular, Saudi Arabia, Japan, and several European nations who have joined us in this purely humanitarian effort”. BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

¹²³ “Our failure to do these things has made us more dependent on foreign oil than ever before”. BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

tecnologias nuclear”. (Livre tradução) ¹²⁴

O papel de *hegemon* assumido e conquistado pelos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria requer habilidades internas e externas para seguir na liderança do globo. Forças armadas, economia, política energética e outros segmentos estratégicos no âmbito interno são fundamentais:

“Para que a América lidere, a América precisa permanecer forte e vital. Nossa liderança mundial e força doméstica são mútuas e se reforçam; como um pedaço de tecido, com laços tão fortes quanto a Glória Antiga.

Para revitalizar nossa capacidade de liderança, nós temos que tratar nosso déficit orçamentário, não após o dia da eleição, ou no ano seguinte, mas agora.

Preços de petróleo elevado diminuem nosso crescimento, e o aumento dos gastos com defesa só fariam nosso problema orçamentário ainda pior. Esse déficit já é maior do que deveria ser, acima da projeção de US\$232 bilhões para o próximo ano. Precisamos, devemos e vamos reduzir.”. (Livre tradução) ¹²⁵

O presidente Bush conclui seu pronunciamento afirmando que o povo americano vem se aborrecendo constantemente com os gastos excessivos, aumentos tributários e ainda, os frequentes confrontos entre executivo e legislativo. Por fim, ele defende que os interesses americanos se sobreponham a qualquer disputa e que “As consequências da instabilidade regional podem ser global. Esse não é o momento para colocar em risco a capacidade americana de proteger seus interesses vitais”. (Livre tradução) ¹²⁶

Outro documento encontrado, de 23 de outubro de 1990 traz uma carta-

¹²⁴ “Our role is to help our friends in their own self-defense. And something else: To curb the proliferation of chemical, biological, ballistic missile, and above all, nuclear technologies”. BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

¹²⁵ “For America to lead, America must remain strong and vital. Our world leadership and domestic strength are mutual and reinforcing; a woven piece, as strongly bound as Old Glory. To revitalize our leadership capacity, we must address our budget deficit--not after election day, or next year, but now. Higher oil prices slow our growth, and higher defense costs would only make our fiscal deficit problem worse. That deficit was already greater than it should have been--a projected \$232 billion for the coming year. It must--it will--be reduced”. BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

¹²⁶ “The consequences of regional instability can be global. This is no time to risk America's capacity to protect her vital interests”. BUSH, George H.W.. “Toward a new world order”. Discurso proferido no *Congresso dos Estados Unidos* – sessão conjunta. 11 de setembro de 1990. <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dispatch/1990/html/Dispatchv1no03.html> <acessado em 05 de dezembro de 2010>

resposta¹²⁷ que o presidente Bush enviou ao primeiro-ministro israelense Shamir acerca de um episódio ocorrido em Jerusalém. O trecho mais relevante refere-se ao mútuo interesse entre os dois países, "A invasão, ocupação e agora destruição iraquiana do Kuwait. Como se nota em sua carta, ambos compartilhamos um interesse vital no sucesso contra Saddam Hussein. É um interesse estratégico comum (...)". (Livre tradução)¹²⁸

Por fim, outro memorando¹²⁹ de 11 de dezembro de 1990, relatando a conversa do presidente Bush seu assistente Scrowcroft com o primeiro-ministro israelense Shamir e o embaixador Shoval. Após as formalidades necessárias no início do diálogo, Bush já se coloca de forma clara e objetiva ao dizer "Se Saddam Hussein não sair, vamos tirá-lo - com uma força esmagadora. (...) nós não vamos negociar - vamos apenas informá-los". (Livre tradução)¹³⁰

Além de revelar as intenções americanas, Bush demonstra em sua fala que um confronto militar está sendo articulado, mesmo de modo um tanto velado. Outra afirmação indicativa do posicionamento do presidente "o Congresso pode ser ambivalente, mas eu não sou; eu ainda estou pensando sobre como segurá-los" (Livre tradução)¹³¹, evidencia que Bush, já naquele momento, acreditava não ter alternativa senão forçar militarmente a retirada iraquiana.

O presidente segue dizendo que compreende a sensação de insegurança vivenciada por Israel, mas pede calma para que nenhuma ação de retaliação aconteça de modo a interferir e prejudicar a ação da coalizão. Ele reafirma o apoio ao país, mencionando que qualquer ataque iraquiano em território israelense será encarado como mais uma motivação para uma grande campanha militar, "nós temos

¹²⁷WHITE HOUSE. "George Bush letter to Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Carta. 23 de outubro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working File October 1990 (1 of 6).

¹²⁸"Iraqi's invasion, occupation, and now destruction of Kuwait. As yourself note in your letter, both of us share a vital interest in success against Saddam Hussein. It is a common strategic interest (...)". WHITE HOUSE. "George Bush letter to Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Carta. 23 de outubro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working File October 1990 (1 of 6).

¹²⁹WHITE HOUSE. "George Bush meeting with Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Memorando de diálogo. 11 de dezembro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, December 1990 .

¹³⁰"If Saddam Hussein does not get out, we will take him out – with overwhelming force. (...) we are not going to negotiate – we will just be informing them". WHITE HOUSE. "George Bush meeting with Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Memorando de diálogo. 11 de dezembro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, December 1990, p.1.

¹³¹"the Congress may be ambivalent but I am not; I am still thinking about how to handle them" WHITE HOUSE. "George Bush meeting with Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Memorando de diálogo. 11 de dezembro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, December 1990, p.1.

uma bela operação planejada, calculada para desmoralizá-lo para sempre. E isso tem que ser seguido por uma ação terrestre, estamos prontos”. (Livre tradução) ¹³²

A resposta do primeiro-ministro israelense demonstra a boa vontade em colaborar, mas com um leve tom de incômodo. Na conclusão do documento, pode-se observar o sentimento de Shamir:

“Nós sabemos a dificuldade da comunidade democrática para decidir questões de paz e guerra. Nós ficaríamos felizes se pudéssemos contribuir com algo, pois nós realmente queremos ajudar. Minha responsabilidade é apenas com a segurança do meu povo. Fico contente com seu forte pronunciamento”. (Livre tradução) ¹³³

A decisão de uma intervenção pontual também teve uma série de implicações que inevitavelmente foi positiva por um lado e desagradou alguns dos interesses em questão. A resolução da ONU permitia que o esforço da coalizão apenas retirasse as tropas iraquianas do Kuwait, entretanto, a pressão que se verificava era que as tropas deveriam entrar até Bagdá e destituir o poder de Saddam Hussein.

5.3. A operação *Desert Storm* e seus desdobramentos

No decorrer da ação ofensiva, Bush manteve contato com vários chefes de Estado, entre os quais o presidente francês François Mitterrand e o presidente russo Mikhail Gorbachev.

No dia 16 de fevereiro de 1991, Bush conversou com o presidente francês François Mitterrand sobre a participação da União Soviética com o intuito de realizar as negociações entre a coalizão e o governo iraquiano. O presidente americano realizou a ligação com o objetivo de consultar a opinião do colega francês. Bush se

¹³² “we have a beautiful planned operation, calculated to demoralize him forever. If it must be followed by a ground campaign, we are ready”. WHITE HOUSE. “George Bush meeting with Israeli PM (Yitzhak Shamir)”. Memorando de diálogo. 11 de dezembro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, December 1990, p.1.

¹³³ “We know the difficulties of a democratic community to decide questions of war and peace. We would be happy if we could contribute something because we really want to help. My responsibility is only the security of my people. I am glad to hear your strong statement”.WHITE HOUSE. “George Bush meeting with Israeli PM (Yitzhak Shamir)”. Memorando de diálogo. 11 de dezembro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, December 1990, p.2.

mostrou bastante preocupado com a intenção soviética de discutir condições para a rendição iraquiana, pois segundo ele, não havia qualquer possibilidade de negociação com o Iraque. Ou a retirada aconteceria de modo incondicional, ou as ações militares em curso continuariam até que a vitória fosse obtida pela continuação da guerra, “não pode haver pausa. Foi a pressão militar que nos trouxe tão longe com Saddam Hussein, e essa pressão militar tem que continuar”. (Livre tradução) ¹³⁴

Bush segue questionando a postura soviética e busca a opinião do colega acerca de como será a reação iraquiana diante de um posicionamento evidentemente objetivo. O presidente americano enfatiza que a posição americana está respaldada pelos países da coalizão e conclui o diálogo reconhecendo que “os Soviéticos gostariam claramente de um pedaço da ação. Não vejo problema nisso, mas eles não deveriam tomar decisões. Não acho que eles deveriam carregar a bola”. (Livre tradução) ¹³⁵

Já no dia 19 de fevereiro, Bush envia uma carta ¹³⁶ endereçada aos membros da força de coalizão: Londres, Paris, Ancara, Cairo, Riad, Taif, Damasco, Tel Aviv, Roma e Camberra. Primeiro o presidente informa os demais colegas sobre a participação soviética em uma possível rendição condicional e afirma de modo contundente que os Estados Unidos não partilham dessa opção, pois a retirada deve ser incondicional por parte do Iraque. Ele também menciona os requisitos exigidos pela coalizão para que ocorra a rendição dentro dos parâmetros estabelecidos pela Resolução da ONU.

Bush conclui alertando o governo iraquiano para que qualquer ofensiva militar não fosse realizada de modo a minar os esforços para solucionar o conflito, pois segundo o presidente americano “os iraquianos tem que entender que qualquer uso

¹³⁴ “there can be no pause. It is military pressure that has brought us this far with Saddam Hussein, and this military pressure has to continue”. WHITE HOUSE. “George Bush phone call to French President (Mitterrand)”. Memorando de diálogo. 16 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.1.

¹³⁵ “the Soviets would clearly like a piece of the action. I see no problem in that, but they should not make decisions. I don’t think they should carry the ball”. WHITE HOUSE. “George Bush phone call to French President (Mitterrand)”. Memorando de diálogo. 16 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.3.

¹³⁶ WHITE HOUSE. “George Bush letter to coalition leaders (Gorbachev’s negotiations with Saddam)”. Carta. 19 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991.

de armas não convencionais pelo lado deles poderia desencadear não apenas uma resposta intensa por parte da coalizão militar, mas afetaria todo o tratamento dado pela coalizão para o Iraque no pós-guerra”. (Livre tradução) ¹³⁷

Já na véspera do cessar-fogo do dia 28 de fevereiro de 1991, Bush e Gorbachev tiveram uma conversa registrada¹³⁸ no dia 23 de fevereiro, onde, em linhas gerais, o representante russo informava Bush da situação iraquiana e ainda pediu que o presidente americano tivesse paciência para aguardar os desdobramentos dos novos acontecimentos.

Já no início do diálogo Gorbachev informa Bush que “em Bagdá, um pronunciamento oficial acabou de ser proferido concordando com a retirada total e incondicional do Kuwait como especificado na resolução da ONU, isso acontecerá no Kuwait em 4 dias”. (Livre tradução) ¹³⁹ O presidente russo continua atualizando o companheiro americano que o ministro iraquiano Tariq Aziz fez um pronunciamento em Moscou reforçando o posicionamento apresentado pelo governo iraquiano.

Gorbachev reconhece que “sem o que os Estados Unidos fizeram, não haveria esse tipo de mudança na posição iraquiana (...)”. (Livre tradução) ¹⁴⁰ Diante dos recentes acontecimentos, o presidente russo reconhece a importância da parceria que se firmou entre os dois países anteriormente inimigos. Ele afirma que “nesse novo estágio, nós juntos, Estados Unidos e União Soviética, cooperam no contexto do Conselho de Segurança da ONU e buscam um caminho que incorpore todos os elementos das ideias que ambos se esforçam para uma resolução

¹³⁷ “the Iraqis had to understand that any use of unconventional weapons on their part would trigger not only a massive coalition military response but would affect the coalition’s treatment of Iraq in the war’s aftermath”. WHITE HOUSE. “George Bush letter to coalition leaders (Gorbachev’s negotiations with Saddam)”. Carta. 19 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.1.

¹³⁸ WHITE HOUSE. “George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)”. Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991.

¹³⁹ “in Baghdad, an official statement has been issued that agrees to full and unconditional withdrawal from Kuwait as specified in the U.N. Resolution and that it will happen from Kuwait city in 4 days”. WHITE HOUSE. “George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)”. Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.1.

¹⁴⁰ “without what the U.S. has done, there would not have been this kind of change in the Iraqi position (...)” WHITE HOUSE. “George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)”. Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.2.

conjunta”. (Livre tradução) ¹⁴¹

O presidente americano prossegue no diálogo informando que o secretário Baker vem trabalhando arduamente em conjunto com o secretário russo Bessmertnykh, mas que diferentemente do otimismo demonstrado por Gorbachev, a posição dos Estados Unidos é de que a rendição iraquiana não estaria ocorrendo totalmente sem condicionantes. E que, portanto, para a aceitação dessa ação iraquiana o governo americano exigiria que toda e qualquer condição fosse duramente rejeitada. Tal divergência é apontada da seguinte maneira “isso é onde nós estamos e acho que a diferença que temos é que vocês pensam que eles concordaram com a retirada incondicional e nós e outros que estão do nosso lado, não concordam. Não vamos dividir os Estados Unidos e a União Soviética”. (Livre tradução) ¹⁴²

O presidente russo volta a se colocar de modo mais equilibrado, inclusive, pedindo que o colega americano tenha um pouco mais de parcimônia ao refletir sobre os novos rumos do conflito. Ele afirma que compreende a posição americana e que ambos estão articulados em uma parceria junto com o Conselho de Segurança da ONU, e que, portanto, as divergências devem ser debatidas no âmbito da coletividade.

Por fim, Bush reafirma a importância do diálogo americano-soviético, mas novamente deixa evidente sua posição com relação à tentativa iraquiana de retardar as ações e ganhar tempo. O presidente americano se expressa “Eu acho que esse homem está protelando e o que ele está fazendo com os poços de petróleo no Kuwait e o povo lá criticam a falta de razoabilidade de sua parte. Não quero enganá-lo (...) mas não quero deixar a impressão de que podemos adiar”. (Livre tradução) ¹⁴³

¹⁴¹ “at this new stage, we together, the U.S. and Soviet Union, cooperate in the framework of the U.N. Security Council and find a way that would incorporate all the elements of the ideas that we both put forward in a joint resolution” . WHITE HOUSE. “George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)”. Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.2.

¹⁴² “that is where we are and I think the difference we have is that you think they have agreed to unconditional withdrawal and we and other with us do not agree. Let’s not divide the U.S. and the Soviet Union”. WHITE HOUSE. “George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)”. Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.3.

¹⁴³ “I do think this man is stalling and what He is doing to the oil Wells in Kuwait and the people there argues against any reasonableness on his part. I don’t want to mislead you. (...) but don’t want to

Com o cessar-fogo, o conflito foi-se concluindo dentro de um contexto vitorioso para a coalizão e particularmente, para os Estados Unidos. A decisão do presidente Bush de seguir dentro dos poderes referendados pela ONU e se limitar ao objetivo inicial de forçar a retirada do Iraque do território do Kuwait foi questionada, apoiada e criticada. Não se sabe exatamente a fundamentação primordial para tal decisão, apenas reflexões podem ser apresentadas. Alguns grupos se favoreceram da decisão, já outros evidenciaram sua total insatisfação.

5.4. Consequências

Ao observar as peculiaridades dos indivíduos diretamente envolvidos na tomada de decisão, juntamente com os relatos apresentados acima e ainda diante das declarações objetivas do presidente Bush, pode-se buscar compreender o mecanismo de articulação das ações tomadas ao longo do conflito.

Várias teorias buscam compreender como o presidente Bush tomou essa decisão e suas razões para fundamentá-la. Uns afirmam que fora por causa da opinião pública, pois chegar até a capital iraquiana iria além dos poderes atribuídos pela resolução e isso significaria que os Estados Unidos estavam agindo de qualquer modo, atropelando as diretrizes do direito internacional.

Outra linha defende a questão da instabilidade no mercado petrolífero internacional, afinal o prolongamento do conflito poderia, além de afetar a distribuição de petróleo, fazer com que os preços fossem inflados e desse modo provocando graves impactos nas economias mundiais.

Por outro lado, as pressões por parte de israelenses vinham no sentido de tirar o poder de Saddam. O primeiro-ministro de Israel afirmou que “Não poderá haver paz na região enquanto Saddam Hussein estiver no poder”. (Livre tradução)

leave the impression that I can delay”. WHITE HOUSE. “George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)”. Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.4.

¹⁴⁴ Afinal, sob a ótica israelense, o presidente iraquiano representava uma grave ameaça, seja por suas ações instáveis ou por ser um inimigo declarado do Estado de Israel.

Com o fim do conflito, os defensores desta posição foram frustrados pela manutenção de Hussein do poder iraquiano. Por mais que o conflito tenha sido solucionado, para o grupo de interesse pró-Israel, Bush perdeu uma grande oportunidade de ir além, seguir até Bagdá e remover Saddam do governo, assegurando desse modo que o “desvairado ditador” não teria mais poder.

Chomsky ao analisar os interesses americanos envolvidos na Guerra do Golfo transcreve o que fora assegurado como a melhor opção de cenário pós-guerra para o governo americano: “A razão oficial foi apontada por Thomas Friedman, chefe correspondente diplomático do New York Times. “O melhor de todos os mundos” para Washington, ele explicou, seria “uma junta de punhos de ferro sem Saddam Hussein”.” (Livre tradução) ¹⁴⁵

Um artigo da revista Time reproduz o diálogo ocorrido na Casa Branca sobre a decisão de Bush sobre a possível rendição iraquiana. Segue a conversa:

“Bem, vamos definir uma data e uma hora” sugeriu Powell.
“Acho que é uma boa ideia” Bush respondeu imediatamente.
“Powell explicou que estabelecer um prazo definitivo seria “útil para os militares, pois os soldados no campo de batalha saberiam o que esperar. Eles saberiam exatamente o que procurar e quando”. O conselheiro da Segurança Nacional Brent Scowcroft concordou.
Alguém sugeriu que ao meio dia de sábado seria o momento. Bush: “Eu acho que é uma boa ideia. O que isso representa pra você, Colin?” Powell: “está ótimo para mim”. Meio dia em Washington é fim de tarde em Kuwait, onde as forças aliadas tem a vantagem com a habilidade de lutar durante a noite. Bush então perguntou, “O que você acha Jim?” Baker: “também acho uma boa solução, mas é um novo termo que os aliados não conhecem e que precisamos verificar a resposta deles sobre isso”. Nesse momento, cerca de 23:15, Bush disse, “OK, concordamos com isso. É ao meio dia de sábado”. (Livre tradução) ¹⁴⁶

¹⁴⁴ “There can be no peace in the region so long as Saddam Hussein remains in power”. CARTER, Jimmy. “Don't reject a Cease-Fire”. *Time Magazine*, 25 de fevereiro de 1991. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,972396,00.html> <acessado em 12 de dezembro de 2010>.

¹⁴⁵ “The oficial reasoning was outlined by Thomas Friedman, chief diplomatic correspondent of the New York Times. “The best of all worlds” for Washignton, he explained, would be “na iron-fisted Iraqi junta without Saddam Hussein”.” (CHOMSKY, 2003, p.188).

¹⁴⁶ “Well, let's set a date and set a time,” suggested Powell.

“I think that's a good idea,” Bush replied immediately.

Powell explained that a deadline would be “helpful to the military because then my guys in the field know what to expect. They know exactly what to be looking for and when.” National Security Adviser Brent Scowcroft agreed.

Apesar de tomada a decisão de não retirar Saddam da Presidência, Bush não se furtou em afirmar constantemente, que a vontade do governo americano era que o povo iraquiano retirasse o ditador por meio da ação popular. A Casa Branca temia que o acordo de retirada feito por intermédio soviético pudesse desencadear uma reação positiva por parte da população iraquiana para com Saddam e os desdobramentos dessa permanência desagradariam os Estados Unidos.

Em outro artigo da Revista Time, a transcrição da fala do presidente Bush evidencia a preocupação do governo americano. Afinal;

“Bush sugeriu outra forma de encerrar com a guerra. Se o exército e o povo iraquiano “resolvessem com suas próprias mãos forçar a retirada de Saddam Hussein, o ditador”, ele disse, que o Iraque poderia rapidamente “se reaproximar da família de nações mundiais de paz e amor”. Isso finalmente evidenciaria algo que vem sendo óbvio a muito tempo: Washington realmente gostaria de livrar-se de Saddam e inclusive, seu regime. Isso representaria uma retirada completa do Kuwait, pois não haveria qualquer chance: as resoluções da ONU delineavam as ações dos aliados sem qualquer outro alvo. Até mesmo alcançar isso, entretanto, pode exigir várias semanas de combate terrestre intenso”. (Livre tradução)¹⁴⁷

O conselheiro de Segurança Nacional Brent Scowcroft escreveu um artigo em 1998 junto com o presidente Bush, cujo título era “Why we didn’t remove Saddam”¹⁴⁸. Alguns argumentos foram apresentados para fundamentar a decisão e demonstrar as inúmeras variáveis envolvidas na questão de se destituir o poder do

Someone suggested that noon Saturday be the deadline. Bush: "I think that's a good idea. What's it do for you, Colin?" Powell: "It's good for me." Noon in Washington was sundown in Kuwait, where allied forces hold the advantage in night-fighting ability. Bush then asked, "What's it do for you, Jim?" Baker: "It's good for me too, but it is a new item that the allies don't know about and we need to get back to them about." At that point, about 11:15 p.m., Bush said, "O.K., we're agreed then. It's noon Saturday." "The Night that Bush decided". *Time Magazine*, 4 de março de 1991. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,972464-1,00.html> <acessado em 18 de dezembro de 2010>.

¹⁴⁷ “Bush suggested another way to end the war. If the Iraqi army and people were "to take matters into their own hands to force Saddam Hussein, the dictator, to step aside," he said, Iraq could quickly "rejoin the family of peace-loving nations." That finally put on the record something that had long been obvious: Washington would really like to get rid of Saddam and his regime altogether. It would settle for a complete pullout from Kuwait because it has no choice: the U.N. resolutions under which the allies are fighting specify that and nothing more as the aim. Achieving even that, however, might still take weeks of a hard-fought ground campaign". “The Battlefield: Saddam's end game”. *Time Magazine*, 25 de fevereiro de 1991. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,972410-4,00.html> <acessado em 16 de dezembro de 2010>.

¹⁴⁸ BUSH, George H.W. & SCOWCROFT, Brent. “Why we didn't remove Saddam”. *Time Magazine*, 2 de março de 1998. Obs.: O artigo foi retirado da página da revista TIME: http://www.time.com/time/magazine/1998/dom/980302/special_report.clintons_29.html.

O artigo pode ser encontrado na íntegra no sítio: http://www.millat.com/ghalibcom/events/iraq98/why_we_didnt_remove_saddam.htm <acessado em 19 de dezembro de 2010>.

presidente iraquiano. No contexto da resolução, as críticas foram inúmeras, inclusive por parte dos congressistas democratas e alguns militares de alta patente.

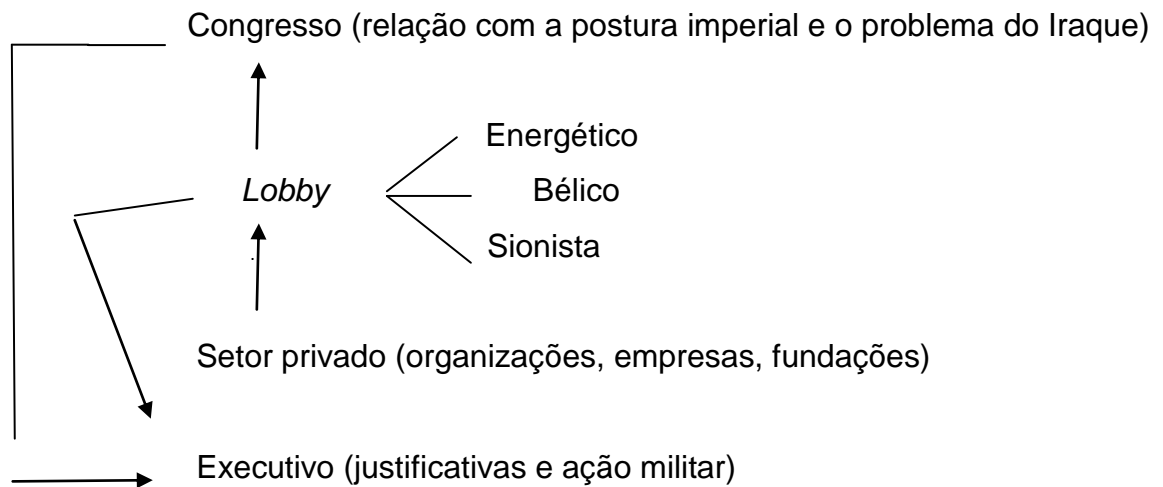
Com relação a duração do conflito, é evidente que quanto mais se prolongasse no tempo, mais dinheiro seria necessário para a manutenção das forças de guerra. Tanto com relação aos gastos com pessoal, alimentação entre outros, mas principalmente, gastos elevadíssimos com a estrutura bélica. Empresas ligadas ao setor de armamentos estavam se beneficiando da Guerra do Golfo como se tivessem a oportunidade de proporcionar um *test-drive* para possíveis compradores, pois o conflito para esse segmento era uma “vitrine” de produtos e lançamentos.

O diagrama abaixo foi formulado no intuito de demonstrar como ocorrem as pressões e como as articulações perpassam as estruturas. Primeiramente, o setor privado organizado se utiliza do *lobby* como instrumento de pressão tanto sobre o Congresso quanto sobre o executivo. Entretanto, o Legislativo está mais sensível à pressão por ter que lidar com a opinião pública de modo quase pessoal, pois as campanhas eleitorais dependem de financiamentos generosos e propaganda positiva. As ligações entre deputados e senadores com os segmentos representantes dos grupos de interesses vincula posicionamentos e transforma os legisladores, de certo modo, em reféns indiretos daquele setor.

Já no âmbito governamental, onde as decisões são de fato formuladas, além da pressão dos grupos por meio de representantes no governo e consultores, o executivo tem, ainda, que lidar com o Congresso e suas solicitações e críticas. A esfera executiva sofre uma dupla-pressão.

Portanto, ao observar o esquema abaixo e confrontá-lo com as afirmações acerca dos interesses objetivados com relação ao conflito no Golfo, fica evidente que as decisões tomadas por Bush foram inerentes ao cargo de presidente por ele ocupado, mas a articulação entre setores e interesses foi formulada de modo a atender a todas as pressões em momentos diversos.

Tabela 19. Diagrama de estruturação do *lobby*



Por um lado, em certo momento o *lobby* sionista estava satisfeito com as ações que vinham sendo tomadas, pois para Israel o combate militar e a possível retirada de Saddam do poder iraquiano representaria o fim da “ditadura” de um líder desequilibrado. Já o setor energético (pelo lado do grande consumidor) estava inquieto diante das incertezas do conflito e da instabilidade dos preços do barril de petróleo e derivados no mercado internacional. Por fim, a transformação da ação defensiva em ofensiva, foi interessante para o segmento bélico, pois de fato um confronto iria exigir maiores gastos em equipamento e tecnologia.

Já com os desdobramentos finais, os interesses e a sensação de satisfação se modificaram. Os sionistas ficaram desapontados com a não retirada de Saddam do poder. O grupo energético se tranqüilizou diante da rápida intervenção militar que não foi prolongada a ponto de desequilibrar o setor e o fornecimento de petróleo para os grandes consumidores americanos. E o *lobby* bélico que, apesar de sair prejudicado com o fim do conflito e conseqüentemente com a diminuição dos negócios, teve na permanência do presidente iraquiano uma possibilidade futura de novos conflitos.

A Guerra do Golfo foi considerada como o conflito pessoal de Bush, entretanto, apesar do presidente americano figurar como o homem da decisão, os relatos supracitados evidenciam que os assessores e secretários de Estado estiveram presentes nas reuniões e foram consultados. O diálogo citado da definição

do prazo a ser definido para o início da retirada iraquiana demonstra, por exemplo, a participação do General Powell e do secretário Dick Cheney.

Portanto, as decisões tomadas pelo presidente Bush articularam, a priori, com os três segmentos apontados no presente estudo. Uma postura unilateral, que viabilizasse apenas um grupo de interesse seria suficiente para que a governabilidade fosse colocada em questionamento. A governabilidade, dentro do aspecto de tomada de decisão, requer articulação de interesses segmentários com os “interesses nacionais”, buscando-se sempre certo equilíbrio que permita a manutenção do diálogo com todos os grupos e interesses em pauta.

Considerações Finais

Apresentar uma ideia, torná-la um projeto e ir a diante na pesquisa é sempre um grande desafio. Ao longo da análise proposta, informações foram comprovadas, hipóteses refutadas e críticas estiveram sempre presentes. Entretanto, o desenvolvimento acadêmico perpassa cada um desses obstáculos. O fundamental é ter a humildade de identificar que o conhecimento não é uma construção linear e conclusa. Cada passo pode levar a diversos caminhos.

Dificuldades se apresentaram ao longo da pesquisa, mudanças radicais foram necessárias e ainda assim, apesar da atenção e do envolvimento com o trabalho, inúmeras falhas serão apontadas. O interessante, no momento conclusivo, é observar os primeiros rascunhos, idéias genéricas e como foi se formando a estrutura que resultou no presente texto.

O levantamento de dados para a pesquisa, por exemplo, foi um ponto positivo, pois *a priori*, a dificuldade momentânea foi substituída pela obtenção de uma vasta gama de informações. A quantidade de documentos obtidos no sistema Thomas, organizado pelo Congresso americano, por exemplo, foi extraordinária. Infelizmente não houve tempo hábil de se analisar detalhadamente todo o montante de dados encontrados.

Por vezes, a falta de objetividade ou o anseio em achar alguma característica relevante velada por um detalhe levou a um gasto temporal maior que o previsto. Também, por outro lado, não teria como viabilizar a pesquisa sem mergulhar a fundo em uma série de informações, sem analisar as contradições entre dados oficiais e buscar identificar aquilo mais próximo a realidade.

Os dados relacionados a financiamento de campanha eleitoral para o legislativo americano não atendeu a intenção inicial. Nos Estados Unidos, a lei que regulamenta a questão do *lobby*¹⁴⁹ só foi aprovada em 1995. Portanto, as duas legislaturas envolvidas no contexto da Guerra do Golfo foram eleitas antes da existência dessa base legal. Algumas ligações, como por exemplo, entre deputados

¹⁴⁹ *Lobby disclosure act* – 1995. Mais informação: <http://www.senate.gov/legislative/resources/pdf/S1guidance.pdf>

e senadores e o grupo de interesse sionista AIPAC¹⁵⁰ (*The American Israel Public Affairs Committee*) foram inferidas através da presença destes parlamentares no quadro de diretores.

Um trabalho da mesma natureza, elaborado com as informações já organizadas dentro do escopo exigido pela lei supracitada contaria com fontes históricas muito mais sólidas. Entretanto, mesmo dentro das limitações encontradas, creio ter sido possível identificar a presença desses grupos de interesses no Congresso americano e a pressão também exercida no âmbito do Poder Executivo.

É certo que os dois questionamentos que representaram a força motriz do desenvolvimento desta análise não foram esgotados no presente trabalho, mas, nestas considerações finais, acredito ser possível destacar e sintetizar algumas reflexões feitas ao longo do texto.

A primeira pergunta se referia à possível “omissão” americana em impor uma solução definitiva para o Oriente Médio, mesmo usando métodos duramente coercitivos. Apesar de toda superioridade do poderio bélico, político e econômico que o *hegemon* em questão tivesse à época, ainda assim, havia certa preocupação com a percepção internacional, pois uma ação arbitrária e intransigente seria duramente criticada pelos demais países. Além do aspecto externo, internamente a opinião pública provoca certo grau de influência e é levada em consideração, pois especialmente em ano eleitoral, nenhum ator político quer ser rotulado de modo negativo.

Já a segunda reflexão questionava o relacionamento tão próximo e complexo entre Estados Unidos e Israel, que mesmo com consequências negativas diante do público interno americano e de países árabes fornecedores de petróleo, seguiu forte no decorrer do conflito. Uma parte importante dessa pergunta foi discutida ao longo da pesquisa, pois, a identificação dos grupos envolvidos nessa temática e o vínculo criado dentro do Congresso e do governo americano evidenciam o porquê dessa relação tão delicada.

A decisão de iniciar uma guerra não é algo simplório que facilmente se

¹⁵⁰ Informações detalhadas acerca da instituição serão apresentadas no capítulo dois do presente trabalho

resolve na mente de um governante. Ao contrário, como afirma Clausewitz “A guerra é a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1999, p.40). Ou seja, as articulações e negociações que a política exige, em um contexto de guerra, são agravadas pelo risco da perda da vida de soldados e civis.

Por se tratar de um posicionamento de grande relevância, o aval do Congresso é solicitado para aprovar uma guerra, mesmo que seja apenas de modo formal. No caso americano da Guerra do Golfo, ficou evidente que o presidente Bush direcionou os desdobramentos do confronto segundo suas convicções, mas ele ainda teve que lidar com o Legislativo e conseguiu envolver paulatinamente o Congresso para respaldar suas decisões.

A questão do *lobby* é criticada, em linhas gerais, do mesmo modo que o dilema acerca da teoria dos grupos de interesses pode ser indagado. A possibilidade de mensuração dos efeitos desses atores também suscita indagações. A própria existência dos segmentos organizados do *lobby* representa um questionamento que pode ser identificado de modo positivo ou não para uma sociedade organizada sobre a égide da democracia.

Esses são aspectos que podem ser utilizados para minar um trabalho que proponha analisar a temática. Entretanto, a pesquisa mostrou que apesar dos pontos supracitados, pode-se afirmar de modo suficiente que os grupos de interesse existem e de fato influenciaram em determinados momentos a estrutura política dos Estados Unidos, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Antes de encerrar as considerações finais, uma grande lição obtida por meio da construção da pesquisa foi com relação a polêmica decisão tomada pelo presidente Bush de não ir além em território iraquiano e alcançar Bagdá. Ele agiu dentro das delimitações de poder que lhe foram atribuídas pelas resoluções aprovadas no âmbito das Nações Unidas. Apesar das pressões, críticas, divergências e questionamentos, Bush não destituiu o presidente Saddam Hussein e conseqüentemente, não desestabilizou mais ainda a estrutura política iraquiana.

O secretário de Estado americano, James Baker, ao ser questionado sobre tal decisão durante uma entrevista, apresentou uma resposta simples que corrobora algumas colocações apresentadas ao longo do trabalho. Baker afirma que a decisão

de Bush foi extremamente coerente:

"Nós tínhamos prometido ao mundo todo que construiríamos o que seria uma coalizão internacional sem precedentes, que não tínhamos qualquer interesse em ocupar um país árabe. (...). Nós íamos fazer aquilo que o Conselho de Segurança da ONU nos mandou fazer, que foi a retirada incondicional do Iraque do Kuwait. Esse era o nosso objetivo de guerra. E nosso objetivo político. Teria sido melhor se Saddam não tivesse sobrevivido? Pode apostar. Nossos aliados árabes e todo mundo pensou que ele não sobreviveria à derrota do tipo que administramos à ele? Sim, eles não achavam que ele deveria sobreviver. Ele sobreviveu. O presidente Bush estava embaraçado. Os generais 20/20 amavam dizer, "Por que não tiramos Saddam?"". Bem, isso envolveria, primeiramente, uma modificação nos nossos objetivos políticos e de guerra. Mas, mais importante, isso envolveria ir à Bagdá. Não tinha como retirar Saddam no contexto da Guerra do Golfo sem ocupar o Iraque. Nós poderíamos estar lá lutando em um conflito de guerrilha. (...) Nossos militares não queriam participar disso. "E as mesmas pessoas que hoje sugerem que deveríamos ter feito isso, são as mesmas que em parte, se opuseram prontamente a nossa ida à guerra para exigir a retirada iraquiana do Kuwait.". (Livre tradução)¹⁵¹

Portanto, concluir o raciocínio iniciado é necessário, lembrando que esse fechamento não é e nem será definitivo. O estudo buscou uma compreensão dessa articulação entre Executivo, Legislativo, setor privado, grupos de interesses, barganhas e contrapartidas. A tomada de decisão, apesar da forte pressão dos três *lobbies*, seguiu diretrizes próprias. No contexto da Guerra do Golfo nos fica evidente que o *inner circle* do Estado norte-americano manobrou entre interesses, ora favorecendo um em detrimento de outro, buscando manter sua margem de autonomia perante a pressão de grupos com agendas próprias, em na maior parte dos casos, conflitantes.

¹⁵¹ "We had promised the entire world in building what was an unprecedented international coalition, that we had no interest in occupying an Arab country. (...) We were going to do what the United Nations Security Council said we should do, which was unconditionally eject Iraq from Kuwait. That was our war aim. That was our political aim. Would it have been better if Saddam had not survived? You bet. Did our Arab allies and everybody else think he would not survive a defeat of the type that we administered to him? Yes, they did not think he would survive. He did survive. President Bush was hobbled. The 20/20 armchair generals love to say, "Why didn't you take out Saddam?" Well, that would have involved, first of all, changing our war aims and political aims. But more importantly, this would have involved going to Baghdad. There was no way to take out Saddam in the context of the Gulf War without occupying Iraq. We might still be there fighting a guerilla war. (...) Our military wanted no part of it. And the very people who today suggest we should've done it, are, for the most part, the same people who opposed our going to war to eject Iraq from Kuwait in the first instance. PBS Frontline. "Interview with James Baker". Outubro de 2001. <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/gunning/interviews/baker.html> <acessado em 30 de novembro de 2010>

Referências Bibliográficas

AKBARZADEH, Sha.; BAXTER, Kylie. *US Foreign Policy in the Middle East: The roots of Anti-Americanism*. New York: Routledge, 2008;

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006;

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol.1 e vol.2 Brasília: Editora da UnB, 1992;

BENTLEY, Arthur F. . *The Process of Government*. Bibliobaazar, 2009;

CHOMSKY, Noam. *Middle East Illusions*. Maryland (United States): Rowman & Littlefield, 2003;

_____. Noam. *Rumo a uma nova Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Record, 2007;

COMAY, Michael. *Sionismo, Israel e os árabes palestinos: Perguntas e respostas*. São Paulo: Assessoria de Divulgação da Embaixada de Israel. 1983;

DUPAS, Gilberto.; VIGEVANI, Tulio. *Israel e Palestina*. São Paulo: Editora UNESP, 2002;

FIORI, José Luis da Costa (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações – 3.ed.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999;

_____. *O poder americano – 3.ed.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007;

_____. *O poder global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007;

FIORI, José Luis da Costa.; MEDEIROS, Carlos Aguiar de.; SERRANO, Franklin P. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008;

FROMKIM, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008;

HAKES, Jay. *A Declaration of Energy Independence: How Freedom from Foreign Oil Can Improve National Security, Our Economy, and the Environment*. Wiley, 2008;

HALABI, Yakub. *US Foreign Policy in the Middle East*. London: Ashgate, 2009;

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2007;

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997;

KALICKI, Jan H.; GOLDWYN, David L. *Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy* (Woodrow Wilson Center Press). Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005;

LENS, Sidney. *A fabricação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;

MAGNOLI, Demétrio. *Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2000.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007;

MILLER, Judith & MYLROE, Laurie. *Saddam Hussein e a crise do Golfo*. São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1990;

PAUWELS, Jacques R. *El mito de la guerra buena*. Colômbia: Editorial de Ciencias Sociales, La Havana, 2004;

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

STELZER, Irwin (org). *The Neocon Reader*. New York: Grove Press, 2004.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma história de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993;

YETIV, Steve A. *Explaining Foreign Policy: U.S. Decision-Making and the Persian Gulf War*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

Artigos

ARIAN, Asher & OLZAEKER, Sigalit. "Political and Economic Interactions with National Security Opinion: The Gulf War Period in Israel". *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 43, No 1 (Fev., 1999), pp 58-77;

AARTS, Paul; RENNER, Michael. "Oil and the Gulf War". *Middle East Report*, No. 171, The Day After (Jul. - Aug., 1991), pp. 25-29+47;

ABED, George T. "Israel in the Orbit of America: The Political Economy of a Dependency Relationship". *Journal of Palestine Studies*, Vol. 16, No. 1 (Autumn, 1986), pp. 38-55;

ALKADIRI, Raad; MOHAMEDI, Fareed. "World Oil Markets and the Invasion of Iraq". *Middle East Report*, No. 227 (Summer, 2003), pp. 20-27+30-31;

ARURI, Nasser H. Review: The Lobby on the Lobby Reviewed work(s): *The Water's Edge and Beyond: Defining the Limits of Domestic Influence on United States Middle East Policy*. by Mitchell Geoffrey Bard *Journal of Palestine Studies*, Vol. 22, No. 1 (Autumn, 1992), pp. 123-124;

- BARSKY, Robert B.; KILIAN, Lutz. "Oil and the Macroeconomy since the 1970s". *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 18, No. 4 (Autumn, 2004), pp. 115-134;
- BAYLEI, Cozy E.. "U.S. Policy Towards Israel: The Special Relationship". *Global Security.org*. CSC, 1990, p.1;
- BILLON, Philippe Le & KHATIB, Fouad El. "From Free Oil to 'Freedom Oil'? Terrorism, War and US Geopolitics in the Persian Gulf". *Geopolitics*, Vol.9, No 1 (2004), pp.109-137;
- BITZINGER, Richard A. "Developments in major in arms producing countries, 1990-2008". *Journal of Defense Studies*, Vol.3, No.3, (July, 2009), pp.23-30;
- BLAUSTEIN, Albert P.; PAUST, Jordan J. "The Arab Oil Weapon--A Threat to International Peace". *The American Journal of International Law*, Vol. 68, No. 3 (Jul., 1974), pp. 410-439;
- CHAN, Steve. "The Consequences of Expensive Oil on Arms Transfers". *Journal of Peace Research*, Vol. 17, No. 3 (1980), pp. 235-246;
- CHOMSKY, Noam. "After the Cold War: U. S. Foreign Policy in the Middle East". *Cultural Critique*, No. 19, The Economies of War (Autumn, 1991), pp. 14-31;
- CODERSMAN, Anthony H. "Iraqi's military forces 1988-1993". *Center for Strategic and International Studies*, (September 1994);
- FLAMM, Keneth. "Post-Cold War Policy and the U.S. Defense Industrial Base". *National Academy of Engineering Publications – The Bridge*, Vol.35 No.1 (Spring 2005), pp.5-12;
- GADDIE, Ronald K. & REGENS, James L.. "The Electoral Consequences of Voting to Declare War". *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 39, No 1 (Mar., 1995), pp. 168-182;
- GARNHAM, David. Review: [untitled] Reviewed work(s): *The \$36 Billion Bargain: Strategy and Politics in U.S. Assistance to Israel* by A. F. K. Organski *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 24, No. 2 (May, 1992), pp. 321-323;
- GONGORRA, Thiery. "War Making and State Power in the Contemporary Middle East". *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 29, No. 3 (Aug., 1997), pp. 323-340;
- HROUB, Khaled. Review: [untitled] Reviewed work(s): *Dishonest Broker: The U.S. Role in Israel and Palestine* by Naseer Aruri *British Journal of Middle Eastern Studies*, Vol. 31, No. 1 (May, 2004), pp. 99-100;
- IBRAHIM, Ibrahim I. "The American-Israeli Alliance: Raison d'etat Revisited". *Journal of Palestine Studies*, Vol. 15, No. 3 (Spring, 1986), pp. 17-29;

- JAFFE, Amy Myers. Review: [untitled] Reviewed work(s): *Addicted to Oil: America's Relentless Drive for Energy Security* by Ian Rutledge *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 38, No. 4 (Nov., 2006), pp. 615-617;
- JOHNSON, Robert H. "The Persian Gulf in U.S. Strategy: A Skeptical View". *International Security*, Vol. 14, No. 1 (Summer, 1989), pp. 122-160;
- KRISTOL, Irving. "The Neoconservative Persuasion". *American Enterprise Institute for Public Policy Research*, (September 2003);
- LAURENCE, Edward J. "Political Implications of illegal Arms Exports from the United States". *Political Science Quarterly*, Vol.107, No.3 (Autumn., 1992), pp.501-533;
- LEBOVIC, James H. "Unity in Action: Explaining Alignment Behavior in the Middle East". *Journal of Peace Research*, Vol. 41, No. 2 (Mar., 2004), pp. 167-189;
- LIEBER, Robert J. "Oil and Power after the Gulf War". *International Security*, Vol. 17, No. 1 (Summer, 1992), pp. 155-176;
- LITTLE, Douglas. "The Making of a Special Relationship: The United States and Israel, 1957-68". *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 25, No. 4 (Nov., 1993), pp. 563-585;
- MAXWELL, Mary. "The Gulf War and Political Science". *Political Science and Politics*, Vol. 23, No 4 (Dez., 1992), pp. 693-695;
- MILLER, Aaron David. Review: [untitled] Reviewed work(s): *Israel and the American National Interest: A Critical Examination* by Cheryl A. Rubenberg *Political Science Quarterly*, Vol. 102, No. 4 (Winter, 1987-1988), pp. 677-678;
- MINTZ, Alex. "The Decision to Attack Iraq: A Noncompensatory Theory of Decision Making". *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 37, No. 4 (Dec., 1993), pp. 595-618;
- MINTZ, Alex.; WARD, Michael D. "The Political Economy of Military Spending in Israel". *The American Political Science Review*, Vol. 83, No. 2 (Jun., 1989), pp. 521-533;
- MOUGHRABI, FOUAD. Review: The U.S.-Israel Relationship Reviewed work(s): *American Public Opinion toward Israel and the Arab-Israel Conflict*. by Eytan Gilboa *Israel and the American National Interest: A Critical Examination*. by Cheryl Rubenberg *The Lobby: Jewish Political Power and American Foreign Policy*. by Edward Tivnan *The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East Policy, from Truman to Reagan*. by Steven L. Spiegel *Journal of Palestine Studies*, Vol. 17, No. 4 (Summer, 1988), pp. 134-138;
- NEFF, Donald. "The U.S., Iraq, Israel, and Iran: Backdrop to War". *Journal of Palestine Studies*, Vol. 20, No. 4 (Summer, 1991), pp. 23-41;

NELSON, Nancy Jo. "The Zionist Organizational Structure". *Journal of Palestine Studies*, Vol. 10, No. 1 (Autumn, 1980), pp. 80-93;

PAINE, Chris. Review: The Oil Crisis: Who is the Real Enemy? Reviewed work(s): *Oil: The Issue of American Intervention*. by Robert W. Tucker *Further Reflections on Oil and Force*. by Robert W. Tucker *Seizing Arab Oil*. by Miles Ignotus *The Economic-Political-Military Solution*. by Daniel Yergin *MERIP Reports*, No. 36 (Apr., 1975), pp. 31-34;

PIPES, Daniel. "Breaking All the Rules: American Debate over the Middle East". *International Security*, Vol. 9, No. 2 (Autumn, 1984), pp. 124-150;

POSTMA, Michael H. "U.S. Conventional weapons proliferation policies are inadequate". *U.S. Army War College*, (03 May 2004);

ROULEAU, Eric. "US-Israel Relations". *Journal of Palestine Studies*, Vol. 6, No. 4 (Summer, 1977), pp. 169-177;

SMITH, Richard A. "Interest Group Influence in the U. S. Congress". *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 20, No. 1 (Feb., 1995), pp. 89-139;

SNIDER, Lewis W. "Arms Exports for Oil Imports? The Test of a Nonlinear Model". *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 28, No. 4 (Dec., 1984), pp. 665-700;

SUEDFELD, Peter. THACHUK, Kimberley. WALLACE, Michael D... "Political Rhetoric of Leaders under Stress in the Gulf Crisis". *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 37, No.1 (Mar., 1993), pp. 94-107;

STORK, Joe. "Arms merchant in Gulf War". *MERIP Reports*, No. 125/126, The Strange War in the Gulf (Jul.-Set., 1984), pp.39-40; (STORK, 1984, pp. 39 – 40).

TURNER, Louis. "The Oil Majors in World Politics". *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 52, No. 3 (Jul., 1976), pp. 368-380;

URBINA, Ian. "Rogues' Gallery: Who Advises Bush and Gore on the Middle East?". *Middle East Report*, No 216 (autumn, 2000), pp. 9-12;

WATKINS, Eric. "The Unfolding US Policy in the Middle East". *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 73, No. 1 (Jan. 1997), pp. 1-14;

WHEELOCK, Thomas R. "Arms for Israel: The Limit of Leverage". *International Security*, Vol. 3, No. 2 (Autumn, 1978), pp. 123-137.

Internet

<http://abcnews.go.com>

<http://armstrade.sipri.org>

<http://bioguide.congress.gov>

<http://bushlibrary.tamu.edu>

<http://clerk.house.gov>

<http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/>

<http://home.nra.org>

<http://news.bbc.co.uk>

<http://news.minnesota.publicradio.org>

<http://usforeignpolicy.about.com>

<http://www.aipac.org>

<http://www.census.gov>

<https://www.cia.gov>

<http://www.chron.com>

<http://www.defense.gov>

<http://www.economywatch.com>

<http://www.eia.doe.gov>

<http://www.history.navy.mil>

<http://www.hoover.org>

<http://www.issues2000.org>

<http://www.jewishvirtuallibrary.org>

<http://www.jinsa.org>

<http://www.lib.utexas.edu>

<http://lieberman.senate.gov>

<http://www.millat.com>

<http://www.npr.org>

<http://www.nytimes.com>

<http://www.pbs.org>

<http://www.politico.com>

<http://www.senate.gov>

<http://www.state.gov>

<http://www.theodora.com>

<http://www.time.com>

<http://www.un.int>

<http://www.westpointaog.org>

<http://www.whitehouse.gov>

Discursos

AUCOIN, Les. "Supporting the Presidente with respect to Iraqi aggression against Kuwait". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 1 de Outubro de 1990, p.H8449;

BRYAN, Richard. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265;

DELLUMS, Ronald. "Supporting the President with respect to Iraqi aggression against Kuwait". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 1 de Outubro de 1990, p.H8454;

FASCELL, Dante. "Supporting U.S. presence in the Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H569;

GRAHAM, Bob. "Authorization for use of military force against Iraq Resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 11 de Janeiro de 1991, p.S265;

HATFIELD, Mark. "Supporting U.S presence in the Persian Gulf". *Congressional*

Record, 102nd Congress (1991-1992), Senado dos Estados Unidos da América, 17 de Janeiro de 1991, p.S972;

LIEBERMAN, Joseph. "Authorizing use of U.S. Armed forces pursuant to U.N. Security Council resolution". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Senado dos Estados Unidos da América, 12 de Janeiro de 1991, p.S377;

KERRY, John. "The War Powers Act". *Congressional Record, 101st Congress (1989-1990)*, Senado dos Estados Unidos da América, 5 de Outubro de 1990, p.S14617;

LANTOS, Tom. "Condemning the Iraqi attack against Israel". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 23 de Janeiro de 1991, p.H655;

LEVINE, Meldon. "Suporting U.S. presence in Persian Gulf". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.H592;

PALLONE, Frank. "Support troops in the Persian Gulf day". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 18 de Janeiro de 1991, p.E369;

SOLARZ, Stephen. "Condemning the Iraqi attack against Israel". *Congressional Record, 102nd Congress (1991-1992)*, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, 23 de Janeiro de 1991, p.H656;

Documentos Oficiais

NATIONAL SECURITY COUNCIL. "Saddam's message of friendship to President Bush". Telegrama enviado da Embaixada Norte-Americana em Bagdá para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, 25 de julho de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files), Working Files Iraq Pre-2/8/90-12/90 (2 of 6).

NATIONAL SECURITY COUNCIL. "US policy in response to the Iraqi invasion for Kuwait". Memorando para o Vice-Presidente, Secretários de: Estado, Defesa, Energia e Tesouro, Advogado geral, Diretores: Orçamento e Gestão, Central de inteligência, Agencia Americana de Controle de Armas e Desarmamento e Agencia de Informação dos Estados Unidos elaborado pela Casa Branca, 20 de agosto de 1990.

WHITE HOUSE. "George Bush letter to Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Carta. 23 de outubro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working File October 1990 (1 of 6).

WHITE HOUSE. "George Bush meeting with Israeli PM (Yitzhak Shamir)". Memorando de diálogo. 11 de dezembro de 1990. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, December 1990 .

WHITE HOUSE. "George Bush phone call to French President (Mitterrand)".

Memorando de diálogo. 16 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.1.

WHITE HOUSE. "George Bush letter to coalition leaders (Gorbachev's negotiations with Saddam)". Carta. 19 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.1.

WHITE HOUSE. "George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)". Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991.

WHITE HOUSE. "George Bush phone call with (Soviet negotiations with Saddam)". Memorando de registro telefônico. 23 de fevereiro de 1991. Bush Library, NSC (Richard Haass Files) - Working Files, February 1991, p.1.